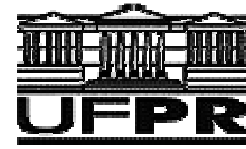




**Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor de Tecnologia
Curso de Arquitetura e Urbanismo**



TAMY SUE HINO

HOSTEL TASSI

**PROJETO DE RECICLAGEM DE EDIFÍCIO
HISTÓRICO NO CENTRO DE CURITIBA - PR**

CURITIBA

2011

TAMY SUE HINO

HOSTEL TASSI

PROJETO DE RECICLAGEM DE EDIFÍCIO HISTÓRICO NO CENTRO DE CURITIBA - PR

Monografia apresentada à disciplina Orientação de Pesquisa (TA040) como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

ORIENTADORA:

Prof^a. Dr^a. Juliana Harumi Suzuki

CURITIBA

2011

FOLHA DE APROVAÇÃO

Orientadora: Juliana Harumi Suzuki

Examinador: José La Pastina Filho

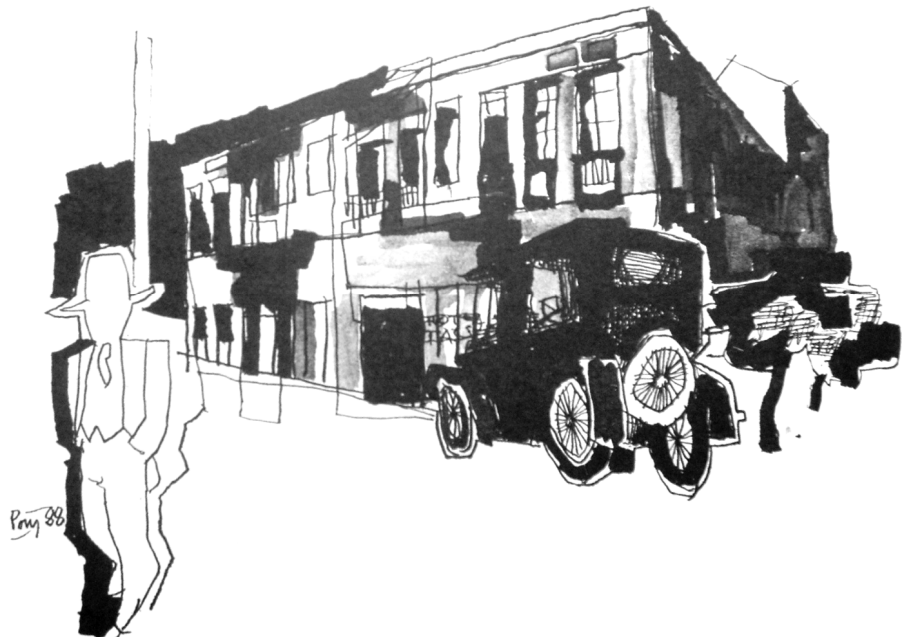
Examinador: Arthur Renato Ortega

Monografia defendida e aprovada em:

Curitiba, 28 de junho de 2011.

Dedico este trabalho a todos que amo.

***Agradeço a Profª. Juliana Suzuki, que com muita
sabedoria e paciência me auxiliou a expandir
meus conhecimentos***



*Ser moderno é fazer o melhor uso da memória e arriscar-se a inventar
(Jean Nouvel)*

RESUMO

A pesquisa abordará a reciclagem de edifício histórico no centro de Curitiba, mais especificamente o sobrado que comportava o Hotel Tassi, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº823. O edifício abandonado em meados dos anos 1960 foi tombado em 1985, no entanto, desde então ainda não foi ocupado, acelerando o processo de degradação da parte física da construção e contribuindo para a desvalorização do entorno. Como meio de recuperar a área, será atribuída à construção uma função diferente da original, de hotel para hostel, cujas modificações e inserções deverão atender a critérios e à legislação em vigor que protege o patrimônio tomado.

Palavras chave: patrimônio histórico, reciclagem, hostel, antigo Hotel Tassi

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	LEGENDA	PÁGINA
2.1.	Colagem – diversidade Cultural	7
2.2.	Mário de Andrade	13
2.3.	Viollet le Duc	15
2.4.	John Ruskin	15
2.5.	Camilo Boito	15
2.6.	Cesare Brandi	17
2.7.	Entidades Patrimoniais	20
3.1.	Hotel Avenida	35
3.2.	HI	38
3.3.	Primeiro albergue - Altena	40
3.4.	Fachada Clink Hostel	46
3.5.	Corte esquemático	47
3.6.	Esquema de cores	47
3.7.	Corte transversal e planta - lounge	48
3.8.	Recepção	48
3.9.	Oops! Hostel	49
3.10.	Lisbon Calling	50
3.11.	Dormitórios	51
3.12.	Áreas sociais	52
4.1.	The Youth Hostel Bremen	55
4.2.	Implantação	56
4.3.	Vista leste	57
4.4.	Planta 4º ao 5º, 3º, 2º e térreo (sentido horário)	58
4.5.	Lateral oeste	58
4.6.	Imagens ambientes	58
4.7.	Vistas externas	60
4.8.	Materiais	60
4.9.	Inserções	61
4.10.	Ligações com o bloco existente	61
4.11.	The Hotel	61
4.12.	Localização	62
4.13.	Subsolo, térreo e pavimento tipo	63
4.14.	Cortes	64
4.15.	Imagens restaurante	64
4.16.	Detalhe das vedações	65

4.17.	Imagens estar	65
4.18.	Quarto – imagens e palheta de cores	66
4.19.	Hall	67
4.20.	Abertura -dormitório	67
4.21.	Mobiliário - quarto	68
4.22.	Detalhamento mobiliário	68
4.23.	Acesso Principal	68
4.24.	Detalhamento acesso	68
4.25.	Hotel JohnScher	69
4.26.	Localização	70
4.27.	Hotel Johnscher - 1976	71
4.28.	Acessos	72
4.29.	Desenho técnico - plantas	73
4.30.	Desenho técnico – cortes e elevações	72
4.31.	Espaço do restaurante e piso do 2º pavimento	74
4.32.	Ambientes sociais no ano da inauguração	75
4.33.	Quartos	75
4.34.	Áreas sociais - atual	76
4.35.	Restaurante Zea Maïs	76
4.36.	Parte interna – início da obra	77
4.37.	Reforma	78
5.1.	Paraná – Curitiba - Centro	80
5.2.	Localização	80
5.3.	Fluxo de turistas em Curitiba	81
5.4.	Quantidade de hotel em Curitiba	81
5.5.	Motivo da viagem	82
5.6.	Tipo de hospedagem	82
5.7.	Pontos Turísticos de Curitiba	84
5.8.	Equipamentos Culturais em Curitiba	85
5.9.	Rua da Liberdade	87
5.10.	Mapa transporte público região central	89
5.11.	Linha turismo	90
5.12.	Mapa equipamentos turísticos no bairro São Francisco	92
5.13.	Hotel Estrada de Ferro	93
5.14.	Casal Tassi e filipeta Hotel Tassi	94
5.15.	Edifício em estilo eclético	95
5.16.	Ambientes internos	96
5.17.	Elevação rua Barão do Rio Branco	98
5.18.	Elevação Av. Sete de Setembro	98
5.19.	Estado atual – parede interna	99
5.20.	Estado atual - cobertura	100

5.21.	Estado atual - cobertura	101
5.22.	Estado atual - esquadrias	102
5.23.	Estado atual - piso	102
5.24.	Planta subsolo, térreo e 2º pavimento	103
5.25.	Corte AA	104
5.26.	Corte BB	104
5.27.	Corte CC	104
5.28.	Elevação avenida Sete de Setembro	104
5.29.	Elevação rua Barão do Rio Branco	104
6.1.	Relação entre novo e antigo	108
6.2.	Contraste	109
6.3.	Página do livro do tombo	110
6.4.	Símbolos internacionais de pessoas com deficiência	112
6.5.	Organograma e fluxograma	117
6.6.	Hotel Andels	118

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Norms Técnicas
APAJ	Associação Paranaense de Albergues da Juventude
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FBAJ	Federação Brasileira dos Albergues da Juventude
FUNGETUR	Fundo Geral de Turismo
HI	Hostelling International
ICCROM	International Centre for Study of Preservation and Restoration of Cultural Property
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IYHF	International Youth Hostel Federation (Federação Internacional dos Albergues da Juventude)
SBClass	Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem
SETU	Secretaria do Turismo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SHU	Sítio Histórico Urbano
UIP	Unidade de Interesse de Preservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas
WHC	World Heritage Centre

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
1.1. Objetivo Geral	03
1.2. Objetivos Específicos	03
2. PATRIMÔNIO HISTÓRICO	05
2.1. Por que Preservar	08
2.2. Construção do Patrimônio	09
2.2.1. Construção do patrimônio no Brasil	10
2.2.2. Construção do patrimônio no Paraná	12
2.2.3. Construção do patrimônio em Curitiba	13
2.3. Teorias do Restauro	14
2.3.1. Restauro da reintegração estilística	14
2.3.2. Restauro romântico	14
2.3.3. Restauro moderno	15
2.3.4. Restauro científico	16
2.3.5. Alois Riegl	17
2.3.6. Restauro criativo	17
2.4. Como Preservar	18
2.4.1. Preservação comportamental	19
2.4.2. Preservação formal	20
2.4.2.1. Cartas patrimoniais	21
2.4.2.2. Leis de tombamento	29
3. MEIOS DE HOSPEDAGEM	30
3.1. Categorias dos Meios de Hospedagem	31
3.1.1. Tipologias de meios de hospedagem	31
3.2. Histórico	33

3.2.1. História dos meios de hospedagem no Brasil	34
3.3. Classificação e Características dos Mercados	36
3.3.1. Turismo	36
3.4. Albergue – International Youth Hostel Federation	38
3.4.1. Evolução dos Albergues	39
3.4.2. Evolução dos Albergues no Brasil	40
3.4.3. Normas e critérios	43
3.4.3.1. Ambientes internos	44
3.4.3.2. Serviços	45
3.4.4. Exemplos de hostels	45
3.4.4.1. Clink Hostel – Londres, Reino Unido	46
3.4.4.2. Oops!! Hostel – Paris, França	49
3.4.4.3. Lisbon Calling Hostel – Lisboa Portugal	50
3.4.4.4. HI MATIC – Paris, França	51
4. ANÁLISE DE OBRAS CORRELATAS	53
<hr/>	
4.1. Deutsches Jugendherbergswerk – Alemanha	55
4.1.1. Características	57
4.2. Análise	59
4.2.1. The Hotel Luzern- Suíça	61
4.2.2. Características	62
4.2.3. Análise	67
4.3. Hotel Johnscher - Brasil	69
4.3.1. Características	70
4.3.2. Análise	74
4.4. Conclusão	78
5. INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE	79
<hr/>	
5.1. O Sítio	80
5.1.1. A cidade de Curitiba e o Turismo	81

5.1.1.1. Atrativos turísticos	82
5.1.2. Centro	86
5.1.2.1. Histórico	86
5.2. Sítio x Edifício	88
5.2.1. Acessibilidade e mobilidade	88
5.2.2. Serviços e atrativos no entorno imediato	91
5.3. O Edifício Existente	93
5.3.1. Histórico	93
5.3.2. O edifício	95
5.3.3. Dignóstico do estado atual	97
5.3.3.1. Alvenarias de tijolos auto-portantes	98
5.3.3.2. Paredes de estuque	100
5.3.3.3. Cobertura	100
5.3.3.4. Esquadrias	101
5.3.3.5. Piso	102
5.3.3.6. Forro	102
5.3.4. Levantamento arquitetônico	103

6. METODOLOGIA DE PROJETO **105**

6.1. Intervenção em Edifício Existente	106
6.1.1. Reciclagem	107
6.2. Legislação e Normas Técnicas	109
6.2.1. Carta do Tombamento	109
6.2.2. Lei nº 9800/2000	111
6.2.3. Decreto nº 212/2007	111
6.2.4. Decreto nº 28/2000	111
6.2.5. NBR 9077	112
6.2.6. NBR 9050	112
6.3. Programa de necessidades	113
6.3.1. Organograma e Fluxograma	116
6.4. Diretrizes projetuais	117

7. REFERÊNCIAS **119**

7.1. Bibliografia Básica **126**

8. FONTES DE FIGURAS **128**

INTRODUÇÃO



1. INTRODUÇÃO

A importância do valor cultural de um bem consiste na melhoria da qualidade de vida de uma comunidade através do reforço da identidade cultural da mesma, conseguida pelo estímulo da memória das experiências, dos hábitos e dos conhecimentos adquiridos pelo homem como membro desse grupo. Além disso, a preservação da memória coletiva garante a gerações futuras a continuidade e o desenvolvimento das manifestações culturais. Por isso é imprescindível a proteção destes. A maneira mais eficaz de proteção e conservação dos bens culturais é sua integração na sociedade contemporânea.

Este trabalho surge da necessidade de compreender que o projeto em um edifício histórico é um meio de recriar vínculos com o passado da cidade, e seu uso é a maneira mais eficaz de proteção e conservação dos bens culturais e da memória coletiva de um grupo. O abandono de uma construção, além de acelerar o processo de degradação do bem, gera ainda problemas urbanos. Por isso se faz necessária a reintegração do bem na sociedade, conservando além do patrimônio físico a identidade da cidade. Para tal, será proposto e analisado a inserção de um hostel no edifício que anteriormente abrigava o hotel Tassi, pois Curitiba desponta cada vez mais no cenário turístico e econômico do país, e apesar das inúmeras possibilidades de se hospedar, na capital do Paraná, há carência de opções alternativas ao padrão tradicional do hotel. Deve-se ressaltar que a demanda não é homogênea, por isso a importância de se diversificar o ramo da atividade hoteleira. O hostel é uma solução que atende diversos tipos de público, e no município há apenas dois estabelecimentos do tipo.

No espaço urbano constituído pela Praça Eufrásio Correia e pelas arquiteturas que a circundam permanecem as características de sua urbanização, sendo documentos originais de um tempo passado, que representam um fragmento importante para a memória da cidade, por isso a escolha do sítio. A conservação de um período da história não é simplesmente uma volta ao passado, mas a revitalização dos caminhos que os trouxeram até o presente, e um fator relevante para a compreensão da realidade.

1.1. Objetivo Geral

A pesquisa tem como principal meta aprofundar o conhecimento na área de preservação do Patrimônio Histórico. A partir disto, serão estudadas as relações entre a preservação de obras arquitetônicas e sua influência na área de entorno isto é, como a inserção de um novo uso em um bem significativo para um grupo de pessoas pode contribuir para a melhoria de uma região, no caso, qual o impacto de um hostel no entorno consolidado da praça Eufrásio Correa.

1.2. Objetivos Específicos

- Levantar dados arquitetônicos e históricos do edifício a ser reciclado, fazer um comparativo do estado atual e original, e traçar as características do usuário e de programa;
- Analisar o prédio existente, através dos levantamentos de dados, e desenvolver um projeto no qual é possível conciliar a criação de um novo espaço, o hostel, sem descaracterizar ou agredir o existente, baseando-se em diretrizes de restauro adquiridos pelo estudo da teoria de correntes intervencionistas do patrimônio;
- Elaborar diretrizes de reciclagem para desenvolvimento de projeto, agregando valor ao patrimônio cultural existente, dada a importância do resgate do espaço como parte da memória afetiva de uma sociedade;
- Analisar exemplos de situações semelhantes de âmbito nacional e internacional;
- Estudar o Centro de Curitiba e seu entorno, examinando as possibilidades e aspectos necessários para a revitalização de uma região através da arquitetura, observando qual é o resultado da reciclagem (recuperação física e novo uso) de um objeto isolado numa região.

Tais objetivos resultarão na metodologia e estruturação da pesquisa, a começar pela conceituação temática do patrimônio e dos meios de hospedagem. Esta primeira parte tem como principal função o entendimento dos elementos que compõem

o tema. A abordagem conceitual será analisada em obras correlatas selecionadas, com características próximas ao objeto de estudo, como meio de criar subsídios para as seguintes etapas. No caso, serão examinados exemplos de intervenção em edifícios de interesse histórico, com a função de hospedagem.

Assim posto, será apresentada a realidade sob a qual o edifício está condicionado, qual sua importância dentro de um contexto histórico e sua relação com o espaço em que está inserido. Além disto, será diagnosticado o estado atual da edificação, para assim ser possível levantar quais as necessidades e intensidade de intervenção para recuperação do bem. Desta última parte dependerá a definição da metodologia projetual, que será utilizada na elaboração do projeto.



**PATRIMÔNIO
HISTÓRICO**

2. PATRIMÔNIO HISTÓRICO

O patrimônio histórico pode ser considerado como um segmento de um contexto mais abrangente que é o patrimônio cultural. Sua especificidade consiste na representação do bem como parte da história de um povo.

É consenso entre o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2011 a e b) e outros autores, que o patrimônio cultural é o conjunto de bens herdado de gerações passadas e portadores de valores de um grupo, cuja importância reside na construção da identidade e compreensão da existência das pessoas como parte integrante de uma sociedade. O legado estimula o exercício a cidadania, através do senso de memória e de continuação histórica, na qual se apóia a cultura.

Outra definição, conforme COELHO (1992) seria todo o ecossistema do homem, incluindo o sítio onde se instala, que existirá em função de uma rede simbólica entre os membros do conjunto, e logo terá significado para quem vive nesse contexto. O produto do ambiente criado, será de interesse social tanto pela ligação com fatos históricos memoráveis, como pelo excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, compreendendo os monumentos naturais, os sítios e as paisagens que sejam importantes conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

O patrimônio cultural, de acordo com o IPHAN (2011 a e b), divide-se em material e imaterial. O primeiro está dividido em bens imóveis: os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis: coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Já o patrimônio cultural imaterial é definido pela Organização das Nações Unidas (UNESCO, 2011) como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.



CULTURA



MEMÓRIA



PATRIMÔNIO



Figura 2.1.: Colagem - Diversidade cultural
Fonte: autora, 2011

2.1. Por que Preservar?

O exercício da memória social é fundamental para estreitar os vínculos da identidade com o seu respectivo grupo, e tem como consequência a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Além da continuação dos costumes e das manifestações culturais, a preservação do patrimônio cultural implica também na perpetuação de conhecimentos.

Nas palavras de LEMOS (2006, pág. 25), “é dever de patriotismo preservar os recursos materiais e as condições ambientais em sua integridade, sendo exigidos métodos de intervenções capazes de respeitar o elenco de elementos componentes do Patrimônio”. Além dos recursos materiais – sítio e bens culturais, devem-se conservar igualmente os recursos imateriais, que se referem à área do saber e da técnica. Contudo, não é preciso preservar tudo aquilo que foi produzido pelas gerações precedentes e ainda o que é produzido hoje, faz-se necessária uma seleção. Para LA PASTINA FILHO (1993), esta seleção, por sua vez, implica na definição de critérios para a identificação dos valores adicionais que singularizam os bens culturais.

Conservar o patrimônio, no entanto, não significa petrificar a cultura, pois as relações entre indivíduos não são estáticas, logo o comportamento em sociedade não permanece inerte à passagem do tempo e a modificações de valores. De acordo com COELHO (1992, p. 29), “o homem cria sempre novos valores e modifica comportamentos sociais existentes calcados na cultura que as gerações pretéritas lhe oferecem. O presente está assim deitando suas raízes nas criações do passado”, por isso a importância de sua documentação e preservação.

A construção dos novos referenciais formados por variáveis externas, que alteram a relação entre pessoas, não modificam necessariamente a estrutura social do coletivo. As modificações comportamentais estão sob influência de forças de renovação e de conservação, que apesar de antagonistas se complementam, às vezes predominando uma delas. O que dá estabilidade ao conjunto, ainda baseado no que diz COELHO (1992), é a tradição, que proporcionar-lhe-á unidade no tempo. “cada nova geração relê e refaz seu patrimônio cultural de acordo com seus referenciais

socioculturais. A memória individual está articulada à grupal que, por sua vez, liga-se à memória coletiva, que poderia ser chamada de tradição” (KERSTEN, 2000, p.28)

2.2. Construção do Patrimônio

Para KERSTEN (2000), apesar da noção de patrimônio histórico começar a se formar a partir do século XVIII, o termo se consolidou, a partir da metade do século XIX, do conceito de monumento histórico, tendo ele, de acordo com CHOAY (2001) evoluindo paralelamente com a execução de seu projeto de conservação. A primeira Comissão dos Monumentos Históricos, criada na França, em 1837, tinha interesse em preservar três grandes categorias de monumentos históricos: os remanescentes da Antigüidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Logo depois da Segunda Guerra Mundial (1934-1945), o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais, agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: casas, bairros, aldeias, cidades e conjuntos de cidades. No século XX, também na França, uma comissão do “patrimônio do século XX” estabeleceu critérios e uma tipologia para não deixar escapar nenhum testemunho historicamente significativo. Logo, a noção de monumento histórico e as práticas de conservação que a ela são associadas extravasaram os limites da Europa, de onde se originaram (CHOAY, 2001).

Mais precisamente, a partir do movimento da Revolução Francesa, deu-se a origem da conservação dos monumentos históricos na França, resposta ao vandalismo que assolou o país. Como consequência da revolução, em 1789, os bens da igreja e da aristocracia foram confiscados, passando a ser públicos; a transferência de propriedade e a perda de destinação era sem precedentes, assim como os problemas desencadeados por ela. Foi necessário elaborar um método para preparar o inventário desta herança e definir as regras da sua gestão. Primeiro, tombou-se as diferentes categorias de bens recuperados pela nação, e em seguida, para cada categoria foi feito um levantamento (seguindo a metodologia de inventário). E finalmente, antes de qualquer decisão sobre sua destinação, os bens são protegidos e postos “fora de circulação” (CHOAY, 2001).

A consagração do monumento histórico, conforme CHOAY (2001), aparece diretamente ligada à era industrial. A industrialização, despertou em escritores e intelectuais a consciência da mudança do tempo histórico e do meio ambiente, acelerando o estabelecimento de leis que visam a proteção do monumento que fazem da restauração uma disciplina integral. “Enquanto um processo irreversível, a industrialização, com seu constante movimento transformador, tornou necessário guardar o passado que se esvaía rapidamente [...] Essa expressão faz reviver no presente aspectos do passado” (KERSTEN, 2000, p. 33).

De acordo com CHOAY(2001), o término da fase de consagração do monumento histórico pode ser determinado por volta da década de 1960, ou considerando outro marco simbólico, em 1964, data da redação da Carta de Veneza, a qual será explicada mais a diante.

2.2.1. Construção do patrimônio no Brasil

Ações no âmbito de proteção e preservação dos bens culturais aconteceram esparsamente no decorrer da história do Brasil. Segundo KERSTEN (2000), as primeiras preocupações em preservar alguns bens, que poderiam ser considerados como patrimoniais, foram os de origem da colonização portuguesa. Os de origem indígena e diferentes grupos étnicos que compunham a população escrava não eram reconhecidos, fato que mudou com o Romantismo¹.

Na Revolução de 1930, de acordo com KERSTEN (2000), o Estado tomou para si a tarefa de unificar as várias culturas da nação, estabelecendo uma relação entre grupos culturalmente distintos. As diferenças entre grupos, no entanto, dificultavam a definição que nortearia a ação governamental neste campo. Paralelamente, no cenário internacional, havia a necessidade de se estabelecer critérios que atuassem como referência para as ações de preservação, contexto do qual surgiu a Carta de Atenas (1931). As autoridades e os intelectuais brasileiros, atentos ao que acontecia fora do país, fortaleceram o propósito de criar o primeiro monumento

¹ O movimento romântico (1836-1881), patriótico e nacionalista, tentou expressar a identidade brasileira, quebrando com a idéia de que as culturas indígenas fossem bárbaras e inferiores.

histórico oficial nacional, a cidade mineira de Ouro Preto. Mediante o Decreto nº 22.928/1933, a cidade foi transformada em monumento nacional.

Para LEMOS (2006), somente em 1936, quando Mário Raul de Moraes Andrade (figura 2.2.), a pedido de Gustavo Capanema, elabora projeto de preservação a bens culturais, o ato de preservar tem maior notoriedade. O projeto virou lei em novembro de 1937, quando também o jornal “O Estado de São Paulo” lança a campanha “Contra o Vandalismo e o Extermínio”, que trouxe a público o estado em que se encontrava o que restou do patrimônio cultural arquitetônico brasileiro. Em seu texto, Andrade já propunha resguardar a totalidade dos bens culturais do Patrimônio Cultural brasileiro; chamada de “obras de arte” pura ou aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, que foram agrupadas em oito categorias: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras. Mário de Andrade pretendia catalogar todas as manifestações brasileiras, não apenas dos artefatos, mas o “saber” e o “saber fazer”

A primeira resposta imediata ao projeto de Andrade foi a elaboração de uma lei, em janeiro de 1937, que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN. A entidade, em comparação com o projeto de Mário de Andrade, pouco abrangia sobre a totalidade de bens culturais propostos no texto do autor. No mesmo ano da criação do SPHAN, no Decreto-Lei nº 25/1937, foi definida oficialmente o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como sendo: o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (LEMOS, 2006).

Com a promulgação da Constituição de 1964, a primeira a explicitar a proteção de documentos históricos, foi reafirmada a responsabilidade do Estado em relação aos bens culturais e ao patrimônio no Brasil. Com objetivo de agilizar as atividades relativas à administração do patrimônio, o SPHAN foi transformado em diretoria, DPHAN. Em 1969, a DPHAN passou novamente por reestruturação

administrativa, transformando-se no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), hoje vinculado ao Ministério da Cultura (KERSTEN, 2000).

Segundo o IPHAN (2011a), atualmente, técnicos são preparados e tombamentos, restaurações e revitalizações são realizados, assegurando a permanência da maior parte do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiros, assim como do acervo documental e etnográfico das obras de arte integradas e dos bens móveis, seguido da proteção dos acidentes geográficos notáveis e paisagens agenciadas pelo homem.



Figura 2.2.: Mário de Andrade
Fonte: Bravo Online, 2011

2.2.2. Construção do patrimônio no Paraná

A pedido do diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, David Carneiro relacionou o que, ao seu modo de ver, deveria ser protegido no âmbito do Estado do Paraná. Por volta de 1944, Carneiro rompe relações com Dr. Rodrigo, vindo apenas em 1948 retomar os contatos com o SPHAN. Em 1953, com a promulgação da Lei de número 1211, baseada na legislação federal, o Paraná adiantou-se aos demais Estados brasileiros estabelecendo uma política estadual de preservação em sintonia com o órgão federal (LA PASTINA FILHO, 1989).

Ao final da década de 1960 surgiram as primeiras tentativas de preservação de conjuntos urbanos no Paraná com a delimitação do Centro Histórico de

Paranaguá em 1968, e do Setor Histórico de Curitiba, em 1970. Em 1979, ocorreu a transformação do IPHAN em Secretaria do Ministério da Cultura, como órgão normativo e da direção superior e a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, incumbida como entidade operacional para proporcionar os meios e recursos para o desenvolvimento das tarefas da preservação cultural. A criação do Escritório Técnico da SPHAN/Pró-Memória em 1984 possibilitou a implantação de uma política de real integração entre as ações preservacionistas aos níveis municipal, estadual e federal, sempre que possível contando com a participação das populações locais (LA PASTINA FILHO, 1989).

2.2.3. Construção do Patrimônio em Curitiba

A primeira preocupação formal com o patrimônio cultural de Curitiba acontece em 1941, com o tombamento do acervo do Museu Paranaense. Em 1966, o Plano Diretor de Curitiba, estabeleceu diretrizes para uma política municipal de preservação do patrimônio histórico e cultural e é criado e delimitado, em 1971, através do Decreto nº 1.160, o Setor Histórico de Curitiba. Além da restauração e da preservação, foi proposto, a partir de 1971 a reciclagem de uso dos imóveis de valor histórico, arquitetônico e cultural (IPPUC, 2011d).

Em 1973, o único imóvel de arquitetura colonial que havia sobrevivido foi transformado na Casa Romário Martins e uma antiga fábrica de cola foi transformada no Centro de Criatividade. A recuperação e reciclagem de uso dos prédios históricos tinham por objetivo a valorização da história dos curitibanos. Nesta época foram tombados 30 imóveis. Em 1979, o Decreto 1.547 cria o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação, com o objetivo de proteger 586 imóveis testemunhas da história de Curitiba (IPPUC, 2011).

Em 1982, a Lei 6.337 - ou a Lei do Solo Criado, como ficou conhecida - instituiu incentivo construtivo para a preservação de imóveis de valor cultural, histórico ou arquitetônico. Ela permitiu avanço significativo no trato e na recuperação do patrimônio cultural edificado da cidade, pois em 1981, mesmo com a concessão de incentivos, para que preservasse e revitalizassem imóveis de propriedade privada, muitas unidades de interesse de preservação foram perdidas para o crescimento da cidade. Esta lei

permitia a comercialização do direito de construir, trocando a preservação do patrimônio histórico, pela autorização para construção acima dos limites da legislação em vigor, no próprio terreno da unidade histórica ou em regiões previamente especificadas. Ainda em 1982 é criada a Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural, que analisa as Unidades de Interesse de Preservação - UIPs - e concede reduções no IPTU, àquelas que estiverem em boas condições ou incentivo construtivo através do Solo Criado (IPPUC, 2011).

2.3. Teorias do Restauro

2.3.1. Restauro da reintegração estilística

Conforme KÜHL (2000), a Reintegração estilística, deu-se entre 1830 e 1870, sendo Emmanuel Èugene Viollet-le-Duc (1814-1879) o grande influenciador quando se aborda o tema. Le-Duc (figura 2.3.), historiador e teórico da arquitetura e do restauro, buscava a purificação do estilo, isto é, a recuperação do estilo ideal, que procurava entender profundamente um sistema, concebendo então um modelo ideal, e impondo sobre a obra o esquema idealizado. De acordo com SUZUKI (2010b), o restauro tentava resgatar a unidade estilística do edifício, sendo responsabilidade do restaurador alterar ou corrigir as partes “defeituosas” do edifício, o que incluía a inserção ou retirada de partes do monumento. Para LE DUC (2000), restaurar um edifício não é mantê-lo ou repará-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento. Das questões levantadas por le-Duc, uma recomendação que se mantém atual é a utilização e manutenção dos edifícios como forma de preservá-los.

2.3.2. Restauro romântico

Baseado em CASTRO (2003), diferente do restauro da reintegração estilística, o restauro romântico defende a não intervenção no edifício, considerando que as marcas do tempo registradas sobre o edifício fazem parte da sua essência. Vitor Hugo, citado por CHOAY (2001, pág. 160), defende a mesma posição para monumentos: “envelhecidos ou mutilados, receberam do tempo ou dos homens uma certa beleza [e nos quais] sob nenhum pretexto se deve tocar, porque os desgastes e

supressões feitos pelo tempo ou pelos homens são importantes para história e às vezes também para arte. Consolidá-los, impedi-los de cair, é tudo o que podemos nos permitir”. Em seu livro “As sete lâmpadas da Arquitetura”, John Ruskin (1819-1900), principal teórico da preservação no século XIX, coloca-se radicalmente contra a restauração, defendendo em seu lugar a conservação e manutenção constante aos monumentos, isto sem alterar significativamente o rumo da história que a construção deve seguir (PINHEIRO, 2008). Segundo o próprio Ruskin (figura 2.4): “A restauração é a maior destruição que um edifício pode sofrer”, pois recuperá-lo era atentar contra a autenticidade que constitui sua essência. Nas palavras de SUZUKI (2010c), para o teórico, a ruína é o estado de maior beleza do monumento, e inclusive seu projeto deveria ser feito em função disso.

2.3.3. Restauro moderno

Segundo CHOAY (2001, p. 164), “confrontado com essas duas doutrinas antagônicas, [Camilo] Boito (figura 2.5) recolhe o melhor de cada uma [...]” e propõe uma abordagem dialética para intervir sobre o monumento. De acordo com CASTRO (2003), Boito (1835-1914) busca em Ruskin a noção de autenticidade, respeitando as transformações sofridas pelo edifício; e em le-Duc apoio para legitimação da restauração interventiva, quando outras posturas como consolidação e manutenção não fossem suficientes, e desde que as complementações tivessem caráter

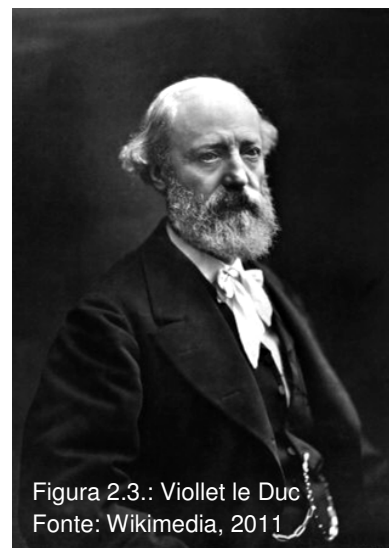


Figura 2.3.: Viollet le Duc
Fonte: Wikimedia, 2011

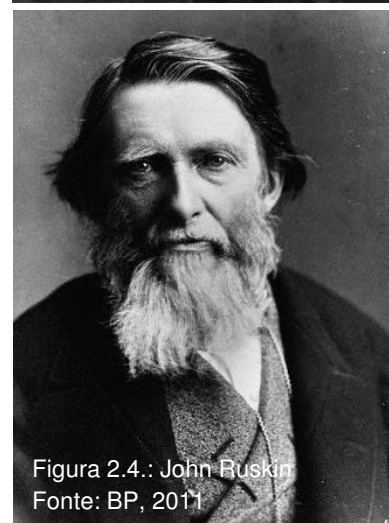


Figura 2.4.: John Ruskin
Fonte: BP, 2011



Figura 2.5.: Camilo Boito
Fonte: Vitruvius, 2011

diverso do originale sem destoar do conjunto. “O monumento deve ser antes consolidado a reparado e antes reparado a restaurado” (BOITO).

“Boito ainda afirmava que acréscimos realizados em épocas posteriores à concepção do edifício deveriam ser tolerados, exceto quando estivessem mascarando ou alterando a obra” (ANDRADE, 2003). Os processos construtivos pelo qual passavam um monumento possuíam um valor documental, e deviam ter o processo de restauração documentado, bem como as peças removidas e não utilizadas na restauração deviam ser exibidas. Conforme SUZUKI (2010d), para Boito os monumentos devem ser vistos como documentos da história, por isso deve-se respeitar as várias partes do edifício, e não cometer a purificação estilística.

2.3.4. Restauro científico

Para CASTRO (2003), a partir da reelaboração das teorias de Boito, Gustavo Giovannoni (1873-1943), propõe uma intervenção intermediária entre o restauro estilístico e a pura conservação, dando ênfase à conservação antes da restauração. Os princípios do restauro científico são basicamente: a manutenção dos acréscimos posteriores, que apresentem valor artístico, ainda que com prejuízo da unidade estilística; distinção dos novos elementos, substituições e complementações neutras, que não ofusquem a obra existente; a utilização de técnicas modernas; e a preservação dos conjuntos urbanos, o monumento não pode ser dissociado do seu meio.

Giovannoni, segundo SUZUKI (2010e), dividiu a intervenção em bens em diferentes categorias, entre elas: de consolidação, quando o monumento ou meio se mantém com as características atuais; de recomposição, quando a obra está desmontada (anastilose); de liberação, há necessidade de eliminar partes que prejudicam o conjunto arquitetônico, que é diferente de purificação estilística; de complementação, quando há lacunas importantes no monumento a serem preenchidas; e de inovação.

2.3.5. Alois Riegl

Nas palavras de CHOAY (2001), Alois Riegl (1858-1905) no começo do século XX, inicia uma reflexão com respeito a atitudes e condutas ligadas à noção de monumento histórico.

De acordo com CASTRO (2003), Riegl realiza um sistemático levantamento dos valores atribuídos aos monumentos ao longo dos séculos e estabelece uma classificação para ele. Em 1902, publica “O Culto moderno dos Monumentos, onde apresenta duas categorias e valores para os monumentos: o valor de rememoração, ligados ao passado, para memória (monumento), para a história e a história da arte (monumento histórico) e de ancianidade (monumento histórico), referente à idade do monumento e às marcas que o tempo lhe imprime; e o valor de contemporaneidade, artístico (relativo e de novidade) e de uso (monumento e monumento histórico).a principal diferença entre as duas categorias é o tempo em que estão ligadas, enquanto a primeira refere-se ao passado e se valem da memória, a segunda pertence ao presente.

2.3.6. Restauro criativo

Cesare Brandi (figura 2.6.),1906-1988, fundador e diretor do Instituto Central de Restauro de Roma, de 1939 até 1961, considera o restauro como intervenção sobre a matéria, assim como a salvaguarda das condições ambientais que assegurem a apreciação da obra. As obras de arte implicam em duas instâncias: a instância estética (a artisticidade), pela qual a obra de arte é obra de arte; e a histórica (historicidade), que lhe compete como produto humano realizado em um certo tempo

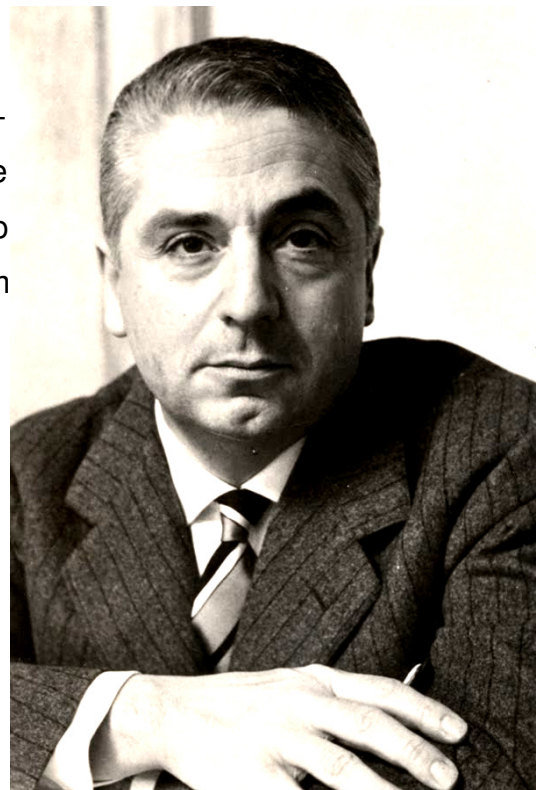


Figura 2.6.: Cesare Brandi
Fonte: Cláudio Arquitetura, 2011

e

lugar (BRANDI, 2000). De acordo com CASTRO (2003), o teórico condenava a restauração estilística, defendendo a manutenção de acréscimos de natureza estética e a pátina do tempo sobre a obra. As reintegrações seriam aceitas se devolvessem a unidade potencial da obra.

Para ele “restauração consiste no reconhecimento metodológico da obra de arte, na sua consistência física e em sua polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão ao futuro” (BRANDI, 2000, p. 30), ainda: “[ela] deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 2000, p. 33).

2.4. Como Preservar?

Apesar de sua importância, são diversas as ameaças aos bens culturais. Para DVORAK (2008, pág. 68), eles podem ter origem: na ignorância ou na negligência; na cobiça e na fraude; nas idéias equivocadas a respeito do progresso e das demandas do presente; e na busca de embelezamento e renovação, na falta de uma educação estética, ou numa educação estética equivocada. Complementando o argumento de DVORAK (2008), para COELHO (1992,) também as ações da natureza e do homem, através do tempo, são responsáveis pela deterioração do patrimônio.

Como ação da natureza é possível classificar duas causas: a intrínseca, ligada à própria estrutura do bem; e a extrínseca, intervenções vindas do exterior. No primeiro caso, relaciona-se como causa a própria natureza da matéria, seu uso inadequado e durabilidade condicionada a variáveis climáticas. Como causa extrínseca, há os agentes de ação prolongada: fenômenos físicos, químicos, botânicos, biológicos e microbiológicos; e os de ação ocasional: terremotos, maremotos, erupções vulcânicas, ciclones, tufões, inundações, avalanches e incêndios. Entre tantas ações destrutivas do homem sobre o patrimônio cultural, podemos entender duas formas que se constituem nas mais diretas: o conflito armado – guerras e revoluções - e a destruição voluntária, que se exerce por vários motivos (COELHO, 1992).

Definidas algumas causas de deterioração e os motivos para a conservação do patrimônio cultural, é possível identificar aspectos de preservação dos bens culturais, entre os quais: o comportamental – conscientização da necessidade de conservar os valores culturais - e o formal – através de instituições políticas.

2.4.1. Preservação comportamental

O aspecto comportamental consiste no entendimento do conjunto de maneiras pelas quais o patrimônio é integrado no contexto contemporâneo sem que haja a presença de nenhuma instituição estabelecendo controle social. Neste caso, o nível cultural do grupo é, em geral, o regulador da integração de valores culturais pretéritos (COELHO, 1992).

Isto posto, de acordo com LEMOS (2006, p. 68) “a primeira norma de conduta ligada ao ‘como preservar’ é manter o bem cultural, especialmente o edifício, em uso constante e sempre que possível satisfazendo a programas originais”. Confirmando o que diz LEMOS, LYRA (19-?, p. 01) afirma que “[ruínas] foram edifícios que em um certo momento tornaram-se ociosos, sem finalidade de uso. Perdendo sua função entraram em processo de decadência física [...] Em muitos casos a “causa mortis” é explicada em reutilizações inadequadas”. Quando a função já está defasada ou o programa obsoleto, estes podem ser reajustados, ou atualizados, pois o edifício só estará protegido se estiver readequado às necessidades sociais contemporâneas; conquanto, o novo uso e o espaço pretendido sejam compatíveis. “[...] sobreviver depende fundamentalmente de usar e preservar implica em usar adequadamente” (LYRA, 19-?, p. 01)

“A sociedade contemporânea não admite o monumento, sítio ou objeto como coisa intocável, protegida para ser admirada, sem que o homem possa participar de sua existência. [...] Acreditamos que a reanimação do patrimônio cultural é a condição principal para sua proteção, conservação e, portanto, sua permanência no tempo e no espaço” COELHO (1992, p. 60).

Conforme LYRA (19-?), a reutilização potencializa o uso e garante a sobrevivência do edifício, mas não a do monumento, assim como a restauração recupera a identidade, mas não garante longevidade ao monumento, se não houver manutenção. Ainda, de acordo com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA, 2010), outra maneira de estruturar a ação preservacionista comportamental seria a difusão e participação da sociedade na elaboração do conjunto de normas, sob ações que busquem a formação da consciência preservacionista.

2.4.2. Preservação formal

A proteção segundo os aspectos formais acontece através da instituição de leis, normas ou regulamentos específicos para preservação dos valores e bens culturais, e em diferentes níveis de alcance, desde o regional ao internacional. Segundo COELHO (1992), na organização política brasileira há três níveis distintos de interesse cultural, em diferentes escalas de abrangência: nacional, estadual e municipal. Além do Poder Público, ou vinculado a ele, instituições ligadas ao Patrimônio contribuem para preservar a diversidade cultural, as de maior destaque mundialmente e no Brasil são: World Heritage Centre (WHC) e International Centre for Study of Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), ambas parte da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO); Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS); no campo nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); entre outros.



Figura 2.7.: Entidades Patrimoniais

Fonte: da esquerda para a direita – WHC, ICCROM, ICOMOS, IPHAN

Uma das ações formais, por exemplo, é o inventário, que consiste no levantamento sistemático de bens culturais, tendo como objetivo o conhecimento e a proteção do acervo de uma cultura. O resgate e registro de bens constitui-se em instrumento imprescindível no estabelecimento de políticas de preservação, pois “só é possível ser preservado aquilo que se conhece e só se consegue preservar aquilo que a comunidade reconhece e identifica como testemunho de seu modo de vida” (LA PASTINA, 1993, pág. 03).

Outra ação formal é o tombamento, um ato administrativo realizado pelo Poder Público, utilizando leis específicas ou a legislação federal, que tem como finalidade preservar bens e áreas de interesse para a memória coletiva. O tombamento começa pelo pedido de abertura do processo, iniciativa que pode ser tomada por uma instituição pública ou individual por qualquer cidadão, e é submetido à deliberação das unidades técnicas responsáveis pela proteção aos bens culturais brasileiros. Caso seja aprovada a intenção de proteger um determinado bem, seja cultural ou natural, é expedida uma notificação ao seu proprietário. Essa notificação significa que o bem já se encontra sob proteção legal, até que seja tomada a decisão final, depois de o processo ser devidamente instruído, ter a aprovação do tombamento pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e a homologação ministerial publicada no Diário Oficial. O processo finalmente termina com a inscrição no Livro do Tombo e a comunicação formal do tombamento aos proprietários (IPHAN, 2010). Os tombamentos federais são da responsabilidade do IPHAN, os estaduais e municipais, são respectivamente por meio do IPHAN do Estado ou pelas administrações municipais.

Outras ações, quando o interesse do bem extrapola o nível nacional, são as Recomendações internacionais, também chamados de Cartas Patrimoniais, que faz recomendações acerca da preservação do patrimônio histórico mundial, em relação ao trato de bens materiais e imateriais que se tenha interesse em proteger.

2.4.2.1. Cartas patrimoniais

As cartas patrimoniais reúnem recomendações e generalidades relativas à proteção do patrimônio cultural. Foram elaboradas em conferências ocorridas em

diversas épocas e em diferentes partes do mundo (IPHAN, 2011c). Para este trabalho, foram selecionadas as de maior relevância no contexto da proteção ao patrimônio.

a. Carta de Atenas (1931) – Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações

A Carta de Atenas (1931) reúne princípios gerais referentes à proteção dos monumentos de interesse histórico, artístico ou científico; para o qual recomenda-se constante utilização, afim de assegurar sua conservação.

Administração e Legislação dos Monumentos Históricos

A legislação tem como objetivo proteger os monumentos, tendo como tendência geral tornar coletivo propriedades particulares em benefício do interesse geral, de maneira que se concilie o direito público e o particular. Ainda, será incumbido à autoridade pública de cada Estado tomar medidas de conservação, caso haja necessidade.

Valorização dos Monumentos

Para valorização do monumento, recomenda-se a preservação não apenas do bem, mas inclusive do ambiente no qual ele se insere, de modo a lhes conservar caráter antigo. Por isso é aconselhada a supressão de anúncios publicitários e qualquer intervenção considerada agressiva ou invasiva nas suas proximidades.

Os Materiais de Restauração

Na consolidação de construções antigas, é aceita a utilização de materiais e técnicas modernas; que não prejudique o aspecto final e o caráter do edifício a ser restaurado.

Técnica da Conservação

Antes de qualquer intervenção, consolidação ou restauração parcial, é fundamental a análise do estado em que se encontra o monumento, baseados em estudos do campo da arqueologia e arquitetura.

A Conservação dos Monumentos e a Colaboração Internacional

A fim de favorecer a conservação dos monumentos, é desejável que instituições e grupos qualificados possam manifestar interesse pela salvaguarda das obras-primas que se apresentem ameaçadas, isso sem interferir no direito internacional público.

b. Carta de Atenas (1933) – Assembléia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM)

O CIAM tem como objetivos: formulação do problema arquitetônico contemporâneo; apresentação da idéia arquitetônica moderna; divulgar essa idéia nos círculos técnicos e sócio-econômico; e cuidar da solução do problema da arquitetura.

Sobre o patrimônio histórico das cidades, prega que os valores que sintetizam a expressão de uma cultura anterior e são de interesse geral devem ser salvaguardados, posto que são testemunhos do passado e possuem valor histórico e sentimental, ou ainda estético. No entanto, é necessário saber reconhecer o que deve ser respeitado. Mas, em nenhum caso, o culto ao passado deve ter primazia sobre a salubridade da moradia da qual dependem o bem estar e a saúde moral do indivíduo, pois ele não pode levar a desconhecer as regras da justiça social.

Em construções novas das zonas históricas, abomina-se, sob condição estética, a utilização de estilos do passado. Tais métodos apenas desacreditam os testemunhos autênticos, os quais havia intenção de se preservar.

c. Carta de Veneza (1964) - Carta Internacional Sobre a Conservação e a Restauração de Monumentos e Sítios

A Carta de Veneza baseia-se nos princípios da Carta de Atenas, e tem por objetivo complementá-los e determinar diretrizes, destacando a importância da preservação do patrimônio cultural da sociedade. O objetivo das ações de conservação

é salvaguardar não apenas a obra de arte em si, mas o testemunho histórico conferido por ela.

Conservação

A Carta de Veneza determina algumas diretrizes básicas para a conservação de um bem cultural, dentro do seu contexto.

- De acordo com a Carta, a manutenção permanente é premissa básica para a conservação do monumento, uma vez que previne a perda irreversível de atributos da obra e a necessidade de posterior restauração.

- As relações sociais são dinâmicas, e por isso, os usos dos bens culturais passam por diversas mudanças. Ainda que a função original do monumento para a sociedade tenha mudado, ou deixado de existir, o mesmo deve ser preservado, para que seja testemunha da sua história. Recomenda-se que ocorram adaptações para os novos usos, desde que não prejudiquem a integridade dos monumentos originais.

- O monumento é inseparável da história de que é testemunho, e portanto não deve ser deslocado. Apenas a conservação da obra de arte, e não do contexto em que está inserido muitas vezes faz com que a obra em si perca o significado, pois já não é possível perceber a sua relação com a humanidade e a contribuição cultural que foi gerada. Da mesma forma, partes do monumento não podem ser retiradas, a menos que tais medidas sejam necessárias para assegurar sua conservação.

Restauração

A restauração é uma operação de caráter excepcional, quando a integridade da obra de arte está severamente prejudicada devido ao abandono ou à falta de manutenção. É um processo cuja base é o respeito pela autenticidade e pelos materiais originais, e depende de estudos técnicos aprofundados. Na Carta de Veneza recomenda-se que o acréscimo ou substituição de partes faltantes integre-se harmoniosamente ao conjunto, mas que seja distinguível, de modo que fique bem clara a separação entre estes e as partes originais.

Documentação e Publicações

A Carta determina que todas as fases do trabalho de conservação, reconstrução ou escavação devem ser registradas através de relatórios técnicos e analíticos e publicados.

d. Carta de Washington (1986) - Carta Internacional Para Salvaguarda das Cidades Históricas

A Carta de Washington complementa os manifestos anteriores sobre Patrimônio Cultural, mas mais especificamente trata da conservação de centros e cidades históricas. Nela verificam-se instruções gerais para a elaboração do plano de salvaguarda dessas cidades, e recomenda-se que sejam seguidos os princípios e métodos da Carta de Veneza.

Preâmbulo e Definições

Todas as cidades do mundo devem ser preservadas, pois são a expressão material dos valores e do modo de vida das sociedades. Entretanto, o processo de urbanização nascido na era industrial e que é característico dos centros urbanos atuais é uma tipologia que acelera a deterioração das cidades e a perda da memória coletiva exprimida por elas.

Princípios e Objetivos

O primeiro passo para garantir a salvaguarda das cidades históricas é a elaboração de um plano interdisciplinar, baseado em estudo prévio, pesquisas e análise de dados, que defina diretrizes a se cumprirem. Esse plano não será eficaz se entrar em conflito com as políticas públicas implantadas e com o planejamento urbano do município, tampouco deve deixar de ter a participação direta ou indireta da população da cidade, levando-se em consideração as suas necessidades, informando-a e educando-a para que valorize a memória coletiva e participe da preservação dos bens culturais.

Em relação às cidades históricas, os valores a serem preservados através do plano dizem respeito: à forma - das edificações e do traçado urbano -, à relação entre os espaços – no interior e no exterior da cidade - e às diversas vocações que a cidade adquiriu ao longo do tempo.

Métodos e Instrumentos

O plano de salvaguarda define as edificações a serem particularmente protegidas, e que tipo de intervenção será realizado. O plano deve buscar uma articulação harmoniosa entre a parte histórica e o conjunto da cidade. A introdução de elementos de caráter contemporâneo, desde que não perturbe a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento. O tráfego de veículos deve ser estudado cuidadosamente, a fim de que não prejudique a integridade das cidades históricas.

e. Compromisso de Brasília (1970)

O Compromisso de Brasília foi elaborado a fim de assegurar a importância da preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, e definir ações necessárias no âmbito das políticas públicas para que ele seja preservado.

Inicialmente, é preciso que se reconheça o papel da ação governamental em diversas instâncias – Federal, Estadual e Municipal - para a proteção dos bens culturais. É essencial a articulação entre os órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, ou sua criação, no caso de ainda não existirem.

Deve ser prevista também a criação de cursos visando à formação de mão-de-obra especializada, de modo que o corpo de funcionários dos órgãos de preservação do patrimônio seja composto por intelectuais e técnicos competentes. Além disso, deve ser estimulada a valorização do passado como elemento básico da consciência nacional, através da propagação do conhecimento histórico e artístico nos currículos escolares, em todos os níveis de ensino.

Recomenda-se pesquisas e elaboração de monografias que estudem os valores inerentes às obras que formam o patrimônio histórico nacional, e transmissão do conhecimento adquirido às gerações mais jovens. No Compromisso de Brasília prevê-se ainda a promoção e divulgação dos bens culturais regionais e nacionais, utilizando como instrumento os meios de comunicação de massas.

É de suma importância a conservação do acervo arquivístico e bibliográfico, bem como a preservação do patrimônio paisagístico e arqueológico. Devem ser instituídos inclusive museus regionais, que transmitam a história das dinâmicas culturais de todas as partes do Brasil, e que sejam responsáveis pelo inventário histórico-artístico das suas respectivas regiões.

f. Carta de Machu Picchu (1977) – Encontro Internacional de Arquitetos

A carta de Machu Picchu vem complementar a Carta de Atenas, considerando que se passaram 45 anos da sua elaboração, e desde então houveram modificações nas estruturas urbanas e arquitetônicas. Para ela, o processo de planejamento não termina quando é formulado um plano e sua subsequente execução, pois sendo a cidade um organismo em constante mudança, é necessário considerar e prover contínuas manutenções.

Em relação ao patrimônio, a cidade não é formada apenas por sua parte física, mas também, por características sociológicas. A preservação do patrimônio histórico e cultural conserva valores que são fundamentais para afirmar a personalidade comunal ou nacional, e ainda aqueles que tem significado para a cultura em geral. Por isso é necessário que nos processos de conservação, restauração e reciclagem considere-se sua integração ao processo vivo do desenvolvimento urbano.

g. Carta de Petrópolis (1987) – 1º Seminário Brasileiro para Preservação de Centros Históricos

Segundo a carta, o sítio histórico urbano (SHU) é o espaço que comporta além das paisagens naturais e construídas, os valores produzidos no passado e no presente, é onde se concentram os registros culturais de uma cidade. A cidade está em constante mudança, e os novos espaços urbanos devem ser entendidos como testemunhos ambientais em formação, que agregam a expressão cultural novos valores.

A preservação do SHU deve abrigar diferentes funções e usos, pois manifestaria as verdadeiras expressões da sociedade, heterogênea e plural, incluindo neste quesito, a moradia, como forma de permanência no SHU das populações residente e das atividades tradicionais. A reapropriação do espaço urbano consolida a noção de identidade e cidadania. É fundamental, para tais fins, ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais, além da participação popular.

Como parte dos procedimentos da análise e compreensão da realidade, o inventário constitui como ferramenta para o conhecimento do acervo cultural e natural. Não só o inventário, mas o tombamento, normas urbanísticas, isenções e incentivos, desapropriações são instrumentos para proteção legal do SHU.

h. Conferência de Nara (1994) – Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial

O documento foi concebido no Japão com fim de desenvolver e ampliar a Carta de Veneza (1964), em resposta ao alargamento dos conceitos de patrimônio cultural e seus interesses contemporâneos, entre eles a força da globalização e seu efeito homogeneização.

Diversidade Cultural e de Patrimônios

A proteção e valorização da diversidade cultural e patrimonial no mundo deve ser essencial para o desenvolvimento humano, pois ela é uma fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade, a qual deve ser respeitada independentemente das diferenças das tradições.

Valores e Autenticidade

A autenticidade é essencial na atribuição dos valores do patrimônio. O conhecimento e a compreensão dos levantamentos de dados a respeito da originalidade dos bens e de suas transformação, são requisitos para que se tenha acesso a todos os aspectos da autenticidade. O emprego de pesquisas e levantamentos permite delinear as dimensões específicas - artística, histórica, social e científica - do bem a ser examinado,

2.4.2.2. Leis de tombamento

Além das orientações das cartas e tratados citados acima, no Brasil, o IPHAN baseia-se em legislações específicas para a gestão dos bens culturais nacionais tombados, que representam partes da cultura brasileira. As disposições legais de maior relevância, segundo o IPHAN (2010), estão incluídas no Decreto no25/1937, que cria o instituto do tombamento, na Lei de Arqueologia no 3.924/2006, nas atribuições contidas na Constituição Federal - Art. 215 e 216, no Decreto nº 3.551/2000, sobre o registro de bens culturais de natureza imaterial, nas normas sobre a entrada e saída de obras de arte do país, e no Decreto nº 5.040, que aprova a estrutura regimental do Instituto, entre outros. Além da legislação nacional específica, a preservação de bens culturais é orientada pelas cartas patrimoniais já citadas, além de outros instrumentos legais, tais como as legislações que tratam de questões ambientais, de arqueologia e de turismo cultural

MEIOS DE HOSPEDAGEM



3. MEIOS DE HOSPEDAGEM - HOSTEL

O presente capítulo pretende dar um panorama geral para se compreender a especificidade do espaço de hostel, entre os diferentes tipos de hospedagem; e do perfil dos hóspedes, a partir da conceituação de termos que envolvem o tema. Assim, o projeto se desenvolverá partindo de princípios aqui levantados, que se tornarão diretrizes projetuais, num próximo capítulo.

Segundo o BRASIL (2011), entende-se por meios de hospedagem:

“Os empreendimentos ou estabelecimentos, independente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumentos contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária”. (artigo 23 d lei nº11.771/2008)

3.1. Categorias dos Meios de Hospedagem

A classificação por categorias e tipologias do ramo da hotelaria é feita pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), que serve como ferramenta oficial de comunicação entre o setor hoteleiro e os turistas, com o objetivo de orientá-los em suas escolhas de maneira clara e objetiva (BRASIL, 2011).

De acordo com MONTEJANO (2001) há ainda as hospedagens extra-hoteleiras, ou alternativas, que são os estabelecimentos que prestam diversos tipos de alojamento distintos dos que oferecem os hotéis, devido a sua diferente ordenação legal, infra-estrutura, preços e serviços.

3.1.1. Tipologias de meios de hospedagem

O novo Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem foi estruturado por meio de uma parceria entre o Ministério do Turismo, Inmetro, Sociedade Brasileira de Metrologia e sociedade civil (BRASIL, 2011). São eles:

- Hotel: meio de hospedagem com serviços de recepção e alimentação;
- Resort: hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que oferece serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento;
- Hotel Fazenda: hotel instalado em uma fazenda ou outro tipo de exploração agropecuária e que oferece a vivência do ambiente rural;
- Cama & Café: meio de hospedagem oferecido em residências, em que o dono more no local, com no máximo três unidades habitacionais para uso turístico, com café da manhã e serviços de limpeza;
- Hotel Histórico: hotel instalado em edificação com importância histórica. Entende-se por edificação histórica aquela com características arquitetônicas de interesse histórico ou que tenha sido cenário de fatos histórico-culturais de relevância reconhecida;
- Pousada: meio de hospedagem de característica arquitetônica predominantemente horizontal. Pode ser em um prédio único ou com chalés ou bangalôs;
- Flat/ Apart Hotel: Meio de hospedagem em edifício, com serviços de recepção, limpeza e arrumação, constituído por unidades habitacionais que dispõem de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, com administração e comercialização integrada.

O novo SBClass está baseado em uma série de requisitos a que os empreendimentos devem atender, são eles: de infraestrutura, serviços e sustentabilidade. Segundo GIARETTA (2003) , assim como os meios de hospedagem hoteleiros, os extra-hoteleiros também devem conter serviços e equipamentos de qualidade, sendo o diferencial o tipo de atendimento prestado e não a qualificação do produto oferecido. As categorias alternativas de hospedagem contam com um leque composto de:

- Campings: local onde se estabelecem barracas ou tendas, cuja infraestrutura disponível são chuveiros e cozinha coletiva; o restante dos equipamentos são levados

pelos usuários. Geralmente se localizam em áreas onde o contato com a natureza é fator decisivo para escolha do local;

- Albergues / Hostels: meio de hospedagem com serviços de recepção e café da manhã, com quartos coletivos ou individuais, cozinha coletiva e banheiros coletivos separados por sexo;

- Alojamentos esportivos / Estabelecimentos religiosos: usuários utilizam a infraestrutura existente em locais destinados a outra função, por curtos períodos.

3.2. Histórico

Baseado em ANDRADE, BRITO e JORGE (2009), a oferta hoteleira surgiu da necessidade de abrigo durante as rotas comerciais na Era das Grandes Navegações, século XV ao XVII, nos países da Ásia, Europa e África, gerando núcleos urbanos e centros de hospedagem para atender aos viajantes, que durante a Idade Média eram acolhidos em mosteiros e abadias. Com o início das monarquias nacionais, a hospedagem ficava a cargo do próprio Estado, nos palácios da nobreza ou em instalações militares e administrativas; ou, para os não atendidos pelo Estado restava a opção das estalagens e albergues, muitas vezes com serviço precário. (ANDRADE, BRITO, JORGE, 2009).

Funcionalmente, as mudanças nos meios de hospedagem, aconteceram, a maioria, no pós- II Guerra Mundial, como consequência da maior mobilidade de carro, navio, ou avião e da possibilidade de se passar os finais de semana fora de casa. Também estimulado pela Revolução Industrial e a expansão do capitalismo, a hospedagem passou a ser uma atividade econômica a ser explorada comercialmente. No entanto, o mesmo incentivo que aumentava o mercado hoteleiro, implicou em novas concorrências de hospedagem. Logo as opções de baixo custo e informalidade foram novas alternativas ao padrão hoteleiro comercial (PEVSNER, 1979).

3.2.1. História dos meios de hospedagem no Brasil

Para ANDRADE, BRITO, JORGE (2009), no Brasil, durante o período colonial, os locais para hospedagem eram: as casas grandes dos engenhos e fazendas, os casarões das cidades, os conventos e os ranchos em beiras de estradas; e eram comum também famílias receberem hóspedes em suas casas. Os ranchos, na época, o tipo mais frequente de hospedagem, eram construídos ao lado de estabelecimentos, que forneciam aos viajantes alimento e bebida. Ao longo do tempo, os ranchos e pousadas dispostos à beira das estradas se aliaram a outras atividades comerciais e de prestação de serviço e, com elas surgiram povoados e cidades.

No Rio de Janeiro, século XVIII, surgem as estalagens, ou casas de pasto, que inicialmente ofereciam refeições e, mais tarde, passam a alugar também quartos para dormir. Em 1808, com a chegada da corte portuguesa ao Rio e a abertura dos portos, grande fluxo de estrangeiros se deslocou para o país, para exercer funções diplomáticas, científicas e comerciais; como consequência, aumentou a demanda por alojamento. Nos anos seguintes, proprietários das casas de pensão, hospedarias e tavernas passam a utilizar a denominação hotel, com a intenção de elevar o conceito do estabelecimento, independente da quantidade de leitos e padrão dos serviços oferecidos, e anunciar o serviço junto aos estrangeiros (ANDRADE, BRITO, JORGE, 2009).

A escassez da oferta de hotéis, em meados do século XIX e início do século XX, levou o governo a criar o Decreto nº1160/1907, que isentava por sete anos de todos os impostos municipais os cinco primeiros grandes hotéis que se instalassem no Rio de Janeiro, nessa ocasião, por exemplo, que se instalou o Hotel Avenida (figura 3.1.), em 1908. A partir da década de 1930, passam a ser implantados grandes hotéis, localizados nas capitais, nas estâncias minerais e em áreas de apelo paisagístico, cujo grande atrativo eram os cassinos, que funcionavam junto aos hotéis. Quando, em 1946, foram proibidos os jogos de azar, cassinos foram fechados e os hotéis a eles vinculados tiveram procura diminuída, o que levou ao fechamento de vários estabelecimentos (ANDRADE, BRITO, JORGE, 2009).

Em 1966, é criada a EMBRATUR, e com ela o FUNGETUR (Fundo Geral de Turismo), que atua através de incentivos fiscais na implantação de hotéis, promovendo uma nova fase na hotelaria brasileira, principalmente no segmento dos hotéis de luxo, e leva também a alterações nas leis de zoneamento, facilitando a construção de hotéis nas cidades. Paralelamente, nos anos 1960 e 70, as redes hoteleiras internacionais chegam ao Brasil, criando uma nova orientação na oferta, com novos padrões de serviços e de preços. A expansão dos hotéis 5 estrelas causa desequilíbrio no perfil de novo hotéis oferecidos, pois segmentos importantes da demanda, como os ligados a negócios e serviços que buscam hotéis de categoria média e econômica, não são atendidos. Nos últimos anos, cadeias hoteleiras internacionais vêm ampliando sua participação no mercado brasileiro, visando o segmento de hotel econômico, o que trará alterações nos padrões de oferta atual. O aumento da concorrência diminuirá as tarifas



Figura 3.1.: Hotel Avenida
Fonte: ANDRADE, BRITO, JORGE, 2009

e melhorará o padrão de atendimento ao cliente, passando a se adaptar à demanda atual dos novos segmentos do turismo, e conseqüentemente qualificar e especializar os serviços de hospedagem (ANDRADE, BRITO, JORGE, 2009).

3.3. Classificação e Características dos Mercados

De acordo com LAWSON (2003), nos estudos preliminares ao planejamento do meio de hospedagem, é necessário que seja quantificado o nível de demanda por acomodação em hotéis, as características dos empreendimentos envolvidos e se os equipamentos existentes suprem as necessidades do mercado. Essa análise prévia, tem como objetivo a identificação de oportunidades para futuros empreendimentos, ou a avaliação da adequação de um sítio em particular, pois depende também da escala do empreendimento em questão e da origem principal dos turistas e possíveis usuários.

A distinção dos segmentos de mercado auxilia na identificação de perfis de hóspedes e suas necessidades, na comparação das taxas de crescimento relativo e tendências na demanda, na avaliação dos segmentos de mercado e pontos fortes na concorrência e, no desenvolvimento de atrativos inovadores para a criação de novas demandas. Na prática, eles tendem a ser agrupados em quatro segmentos principais: viajantes em férias, viajantes a negócios, visitantes locais ou em trânsito e grupos em conferências ou convenções. O desejável é manter uma mistura equilibrada dos grupos de usuários, pois evita a superdependência de fontes específicas de hóspedes e a oscilação da ocupação ou durante os dias úteis, nos casos de visitantes a negócio, ou na sazonalidade das férias. No entanto, deve-se evitar a introdução de grandes variações de padrões dentro de um mesmo local de hospedagem. O empreendimento deve satisfazer uma faixa de mercado, cujo padrão de sofisticação, serviço e preço deve refletir tal objetivo (LAWSON, 2003).

3.3.1. Turismo

Visto os segmentos de mercado, é definido como perfil de hóspedes de hostels aqueles em trânsito e os em busca de lazer. A segunda categoria em especial,

abrange um tópico importante a ser tratado, pois envolve a questão do turismo, atividade que promove o deslocamento de pessoas e, conseqüentemente, a necessidade haver locais específicos que as abriguem, além de fazer parte da filosofia seguida pelas redes de albergues.

De acordo com Salah-Eldin Abdel Wahad, professor de Direito Internacional, citado por TRIGO (2002):

“O turismo é uma atividade humana internacional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto de dentro como fora de um país. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outras regiões ou países visando à satisfação de outras necessidades que não a de atividades remuneradas”.

Em resumo, qualquer viagem temporária com duração superior a vinte e quatro horas é turismo, as de apenas um dia são as chamadas de excursões (TRIGO, 2002). Dentro da classificação de turismo, de acordo com CRUZ (2001), há o turismo de massa e o alternativo, sendo que o segundo é uma expressão criada para caracterizar modalidades de turismo que, do ponto de vista de seu objeto de consumo e da sua forma de consumo do espaço, se contrapõe ao primeiro.

O turismo brasileiro está estruturado em segmentos, que contribuem para promover a ampliação e diversificação do consumo do produto turístico nacional, e apoiar a ordenação dos tipos de segmentos turísticos, por meio da articulação e do fortalecimento de suas instâncias representativas e a padronização de referência conceitual, de modo a dar identidade a produtos turísticos, minimizar os efeitos da sazonalidade e aumentar e diversificar a oferta turística no mercado doméstico e internacional. Segundo a EMBRATUR (2011) o turismo pode ser subdividido em: cultural, de negócios e eventos, Rural, de Sol e Praia, Ecoturismo, de Aventura, de Pesca, de Saúde, Náutico e Turismo de Estudo e Intercâmbio.

3.4. Albergue – International Youth Hostel Federation

Conforme GIARETTA (2003), as características dos albergues são: um meio de hospedagem segmentado a princípio para o público jovem, embora já não há mais limite de idade; caráter associativo, por estarem organizados por associações ou federações dos países e estados; e baixo preço das diárias, o que aumenta o raio de atingimento das classes sociais. Em sua maioria, possui quartos coletivos, podendo também ter quartos individuais, ou duplos, variando o preço.



Figura 3.2.: Símbolo HI
Fonte: HI, 2011

De acordo com a FBAJ (2011), uma das maiores redes de albergue do mundo é a Hostelling International (HI), uma entidade com regulamento próprio e padrão internacional de atendimento e de controle de qualidade; que segue normas e critérios internacionais da International Youth Hostel Federation (IYHF), da qual faz parte os Albergues da Juventude. Para Fuster, citado por GIARETTA (2003), a IYHF tem como princípio desenvolver a rede em todos os países; para que pessoas de todo mundo conheçam países, cidades, culturas e costumes diferentes e aprendam a respeitar as peculiaridades de cada povo e a conviver em sociedade, promovendo o intercâmbio cultural. Os hostels da rede são regidos por cinco premissas básicas para assegurar aos associados boa hospedagem são elas: segurança, higiene, conforto, hospitalidade e bom preço.

Além do serviço de qualidade, a HI preza pela formação pessoal e o incentivo ao engajamento social dos usuários, e se comprometem com questões sobre o meio ambiente e a paz mundial. Em abril de 2003, a UNESCO e a Hostelling International, firmam um “Memorandum” tornando os Albergues da Juventude “centros de cultura e paz”, que representa o reconhecimento do quanto a HI se compromete com valores, premissas e fundamentos na formação da cidadania e dos valores culturais (APAJ, 2011). Com o intuito de incentivar a consciência ecológica entre seus

associados, a FBAJ (2011) estabeleceu uma carta ambiental, que apresenta princípios a serem seguidos pelos Albergues da Juventude e seus usuários:

- Conservação de energia e redução de consumo: albergues associados devem controlar o consumo de energia, sendo desejável projetos de fontes renováveis de energia; alertando que os produtos devem ser adquiridos de forma consciente.
- Reciclagem: sempre que possível utilizar produtos reciclados e realizar a separação do lixo.
- Transporte: quando houver infra-estrutura local disponível, utilizar meios de transporte coletivo, bicicletas e passeios a pé.
- Natureza: a FBAJ (2011) apóia a criação de reservas naturais, parques e áreas verdes. Parte do terreno do albergue, quando possível, deve ser destinada a jardins e áreas abertas.
- Educação ambiental: os albergues da juventude devem possuir instrumentos didáticos ou espaços específicos destinados à educação ambiental.

3.4.1. Evolução dos Albergues

Conforme FBAJ (2011), a idéia dos albergues da juventude mundiais, até 1990 chamados Youth Hostel, surgiu de uma idéia que o professor Richard Schirrmann, numa ocasião em que, durante uma das excursões-aula, que costumava dar, pegou uma tempestade com seus alunos e teve que buscar abrigo numa escola. A partir daí imaginou que as escolas poderiam ser utilizadas como alojamento durante as férias. Assim que retornou para escola que lecionava, Nette, na Alemanha, implantou o primeiro albergue da juventude e começou a escrever em periódicos alemães sobre o assunto, ganhando simpatizantes.

De acordo com GIARETTA (2003), em 1912, foi aberto em Altena, Alemanha, o primeiro albergue de fato (figura 3.3.), o qual funciona até hoje, em um monumento histórico restaurado, contando com dormitórios, banheiros coletivos separados por sexo e cozinha. Em dois anos, o número de albergues passava para 535

unidades. Neste ano, Schirrmann encontrou-se com Baden-Powell, fundados do movimento escoteiro, na Inglaterra, e iniciaram a expansão do movimento internacional. Após o encontro, o movimento ficou inerte por causa da Primeira Guerra Mundial. Em 1919, um Comitê Central de Albergues foi formado, com o intuito de retomar a idéia do movimento, momento em que a Europa estava arrasada pela guerra. Em 1923, o alberguismo já era bastante reconhecido, recebendo fundos e contribuições de governo, indústrias e simpatizantes. Três anos mais tarde, Schirrmann escreveu um manual de orientação sobre a construção de albergues da juventude, denominado 'Concepção de Albergues da Juventude', no qual recomendava albergues simples, funcionais e a preservação da paisagem. Em 1932, foi criada a International Youth Hostel Federation – IYHF, e a partir desse momento o movimento torna-se de fato internacional, entrando em diversos países.

3.4.2. Evolução dos albergues no Brasil

O primeiro contato dos fundadores do movimento no Brasil deu-se em 1956, na França, quando um casal de brasileiros, Yone e Joaquim Trotta, conheceu o alberguismo e resolveu trazer a idéia para o Brasil. De acordo com GIARETTA (2003), antes de implantar o sistema no país, o casal divulgou o movimento, através de palestras em colégios e universidades, sendo essa fase chamada de 'fase teórica'. Apenas em 1961, Yone e Joaquim resolveram instalar os albergues da juventude, adquirindo conhecimentos a respeito do movimento com as federações européias. O primeiro albergue da juventude brasileiro, foi aberto no Rio de Janeiro, com 36 leitos, que funcionou entre 1965 e 1973, atendendo pessoas de outros estados e mochileiros vindos do Uruguai, Chile, Alemanha, Suíça e Inglaterra. Em 1971, na Argentina, foi realizado o primeiro encontro do



Figura 3.3.: Primeiro albergue - Altena
Fonte: German Missions in the U.S., 2011

Centro de informação e Desenvolvimento de Albergues da Juventude na América Latina (Cidajal), com a participação do Brasil, já com a Federação Brasileira de Albergues da Juventude. Na mesma época, foi realizado no Uruguai, o segundo congresso do Cidajal, que resultou nas seguintes recomendações:

“(…) 1- Sobre Turismo Social:

Como pioneira das instituições dedicadas no mundo do Turismo Social, as Associações de Albergues presentes fazem firmar que é em nível da juventude onde é mais necessária uma ação coordenada e consciente a ocupar o máximo do tempo livre dos jovens para que sejam utilizados para aqueles que exportam as tendências e gostos dele;

(…) Dar às associações criadas e em formação absoluta independência para se organizar de acordo com a realidade socioeconômica do país onde se criam, enquadradas dentro das exigências mínimas da Federação Internacional de Albergues da Juventude;

2- Sobre a promoção dos Albergues da Juventude da América Latina: se formará o Centro de Informações e Desenvolvimento dos Albergues da Juventude, que terá como finalidade a expansão do movimento na América latina (...);

3- Sobre a ajuda dos movimentos alberguistas em países desenvolvidos aos países em vias de desenvolvimento: (...) as associações dos países latino-americanos solicitarão de países desenvolvidos o assessoramento e colaboração, para edição de manuais, guias folhetos, etc.

As associações organizarão itinerários pelo continente, a serem utilizados por alberguistas que visitam o continente. Estes itinerários cobrirão as zonas de maior beleza natural e de interesse cultural ou artístico.

4- Sobre a ação pedagógica dentro dos albergues: se tratará de complementar a formação dos jovens dentro dos albergues da Juventude, por meio de cursos especiais (...) se formarão programas de viagens aos albergues europeus para realizar o intercâmbio cultural” (GIARETTA, pág.82, 2003).

Baseado em GIARETTA (2003), foi no período da transcrição acima, que o alberguismo brasileiro passou a se incorporar na organização internacional. A década seguinte foi marcada como o período de expressivo desenvolvimento do movimento, decorrente do apoio fornecido pela Embratur, de enviar verba destinada à divulgação e o ter incorporado como um dos projetos de turismo social, contando com uma equipe de técnicos para cuidar da implantação das instalações de todo país. Além disso, foi elaborado um regulamento dos albergues, apontando como principais itens os seguintes pontos:

- os albergues são destinados à acolhida de jovens associados em viagens por período de curta duração;
- destinam-se a aproximar jovens de todo o mundo e incentivar o turismo da juventude;
- os albergues da juventude podem ser temporários ou permanentes, da cidade ou do campo. São considerados temporários aqueles que só funcionam nas férias ou em datas especiais, como festivais, congressos, etc., e;
- devem obedecer aos requisitos mínimos da federação internacional, são eles: sala de estar, dormitórios, banheiros com duchas, local para guardar bagagem, cozinha de alberguista.

A década de 1990 representou ao alberguismo, no Brasil, o período de consolidação do movimento, marcada pelas seguintes ações: modernização da rede nacional; elaboração de procedimentos e matriz de controle de qualidade dos albergues da juventude; elaboração do “Manual de abertura e operação de albergues da juventude”, que determina os padrões de qualidade; cursos de capacitação para inspetores de qualidade, gestão de albergues; participação do Brasil nos encontros

internacionais; implantação do sistema internacional de reservas; consolidação dos sistemas estaduais de reservas; entrada do alberguismo na era da internet, com reservas, páginas de divulgação; maior enfoque aos cuidados com a natureza, tanto para alberguistas, quanto para as administrações de albergues da juventude, trabalhando educação ambiental com usuários e determinando procedimentos ambientais adequados nos aspectos de construção e operação, como reciclagem de lixo, uso de produtos biodegradáveis, economia de energia elétrica, entre outras medidas ambientais (GIARETTA, 2003).

3.4.3. Normas e critérios

Para garantir um padrão internacional de atendimento e controle de qualidade, a IYHF e suas federações estabelecem normas e recomendações, os quais todos os Albergues da Juventude associados devem seguir. De acordo com GIARETTA (2006), no “Manual de Abertura e Operações dos Albergues da Juventude”, a FBAJ estabelece como critérios principais para funcionamento: higiene, limpeza e conforto; privacidade e segurança para os usuários; e oferecer no mínimo 40 leitos. No Brasil, baseado na FBAJ (2011) para poder utilizar a marca do Hostelling International, o estabelecimento deve seguir as normas da rede e ser autorizado pela FBAJ, ou pela associação estadual, no caso do Paraná, a APAJ. A autorização será cedida se o estabelecimento atender os requisitos, baseados na análise de:

- Local de implantação: o estabelecimento deve se situar em um município de interesse turístico, em local de fácil acesso e próximo a um ponto de parada de transporte coletivo.
- Imóvel: pode ser adaptado ou construído para este fim e deve ser adaptado de acordo com as normas da FBJA.
- Viabilidade econômica: é analisada a demanda local.

No caso de ser credenciado, o empreendimento será ligado à rede Hostelling International e poderá usar o título de Albergue da Juventude, sendo divulgado mundialmente pela IYHF. Depois de credenciados, os Albergues da

Juventude devem enviar relatórios mensais para a FBAJ, que anualmente inspeciona e verifica a qualidade do estabelecimento. Se o estabelecimento não atender o mínimo desejado, corre risco de ser descredenciado (GIARETTA, 2006).

3.4.3.1. Ambientes internos

A FBAJ, de acordo com o Manual de Abertura e Operações dos Albergues da Juventude (GIARETTA, 2006), estabelece normas a serem seguidas em relação aos ambientes, são elas:

- Recepção: possuir acesso direto a partir do exterior; apresentar murais com informações turísticas e sobre o estabelecimento; o dimensionamento do espaço deve ser adequado para um funcionário trabalhar confortavelmente.
- Escritório: restrito aos funcionários, e destinado à administração do estabelecimento, área mínima de 5m².
- Dormitório coletivo: deve ser separado por sexo; área mínima de 2,80m² por leito, desejável de 3,50m²; armários com cadeado, que podem estar localizados em área comum; máximo de 8 leitos por quarto.
- Dormitório casal: área mínima de 8m².
- Dormitório família: deve oferecer uma cama de casa e dois leitos, ou quarto leitos.
- Alojamento para funcionário residente: conjugar quarto, banheiro e cozinha.
- Banheiros: podem ser privativos, um por quarto; ou coletivos; devem ser separados por sexo; se coletivos, devem ser localizados próximos à área dos dormitórios.
- Áreas de convívio: uma das áreas mais importantes do estabelecimento, e deve ser tratada como tal; pode oferecer espaço para leitura, jogos, multimídia e acesso à internet.
- Cozinha comunitária: considerada como área de convivência, podendo ser utilizada por todos os hóspedes; área mínima de 0,5m² por leito; deve oferecer todos os utensílios e equipamentos básicos.

- Local para refeições: localizado próximo ou anexo à cozinha comunitária; capacidade mínima de 50% do número de leitos oferecidos.
- Depósito/almojarifado: acesso restrito aos funcionários; estocagem de materiais diversos.
- Lavanderia: deve possuir no mínimo dois tanques ou um tanque a cada 20 leitos.
- Rouparia: utilizada para guarda de roupa limpa de cama e banho; localizada próxima à recepção facilitando o controle e fornecimento aos alberguistas.

3.4.3.2. Serviços

Ainda a FBJA (2011) normatiza serviços obrigatórios e desejáveis a serem oferecidos pelos Albergues da Juventude.

- Obrigatórios: recepção com funcionamento 24horas ou sistema que permita o acesso dos alberguistas no período noturno com segurança; serviço de limpeza; café da manhã servido pelo estabelecimento; roupa de cama e banho aos hóspedes; serviço de cofre para guarda de valores e de documentos pessoais; acesso à internet; participar do sistema de reserva das Associações.
- Desejáveis: telefone público e caixas de correios; loja de conveniência com venda de produtos de primeira necessidade; serviço de lanches rápidos ou refeições; lavanderia self-service; prestação de serviços turísticos próprios ou de terceiros aos alberguistas; atividades e equipamentos de lazer; serviço de internet aberto ao público; reserva e venda de ingressos para shows, teatros e festivais.

3.4.4. Exemplos de hostels

A um ano de completar um século de criação, o HI continua contemporâneo, acompanhando a tendência mundial do mercado internacional. Os albergues, que já tiveram a conotação de abrigar desabrigados, agora aliam-se à arquitetura e design, para promover instalações acessíveis e cada vez mais modernas para viajantes.

3.4.4.1. Clink Hostel – Londres, Reino Unido

Localizado no centro de Londres, o Clink Hostel (figura 3.4.), foi instalado no interior de um espaço que abrigava um tribunal, projetado pelo escritório 24H architecture. A principal intenção do projeto foi ordená-lo de maneira que as diferentes partes e andares tenham linguagem e atmosferas próprias, afim de facilitar o entendimento espacial pelos usuários (figura 3.5.). A sala de internet, o lounge bar e a



Figura 3.4.: Fachada Clink Hostel
Fonte: Arthitectural, 2011

recepção estão nas monumentais salas de tribunal, cada um com design específico do mobiliário. O hostel conta com aproximadamente 600 leitos, combinados em quartos de 2 a 16 camas. Os quartos contam com móveis diferenciados (figura 3.6.), que combinam painéis e caixas de armazenamento (24H ARCHITECTURE, 2011).

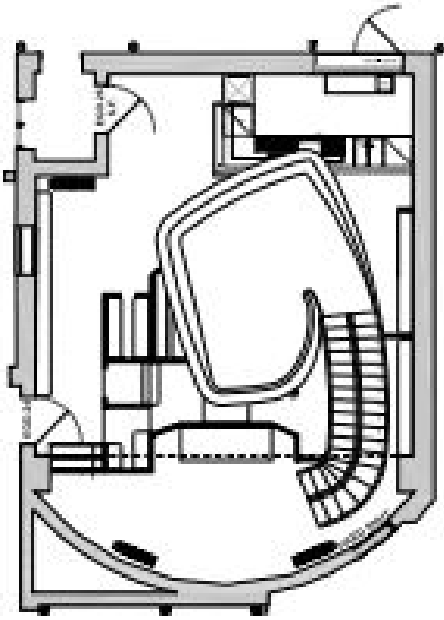
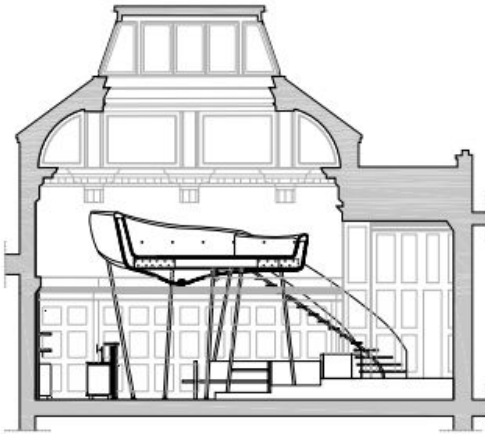


Figura 3.7.: Corte transversal e planta
Fonte: 24h, 2011



Figura 3.8.: Recepção
Fonte: Arthitectural, 2011



Figura 3.5.: Corte esquemático
Fonte: 24h, 2011

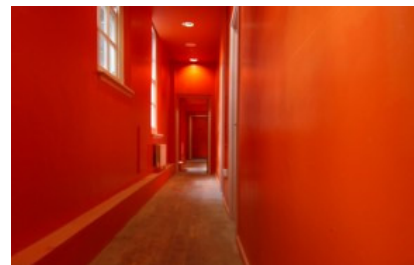
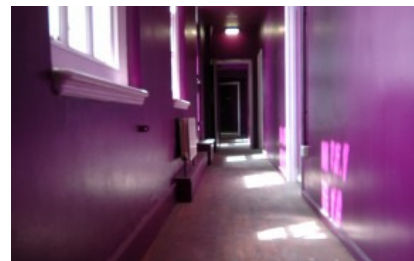


Figura 3.6.: Esquemas de cores
Fonte: 24h, 2011

3.4.4.2. Oops!! Hostel – Paris, França

Coube à equipe de arquitetura de Philippe Maidenberg, com a colaboração da artista Daniela Milas, o projeto de reciclagem do primeiro hostel design de Paris, o Oops! Hostel. O albergue conta com recepção 24h, internet gratuita e é adaptada para portadores de deficiências físicas (OOPS!! PARIS, 2011).



Figura 3.9.: Oops! Hostel
Fonte: Maidenberg Architecture, 2011

3.4.4.3. Lisbon Calling Hostel – Lisboa, Portugal

Lisbon Calling Hostel, localizado no antigo centro de Lisboa, foi instalado num prédio de 250 anos, próximo às principais atrações turísticas, lojas e vida noturna do Bairro Alto. O local é de fácil acesso por ônibus, metrô ou trem. Cada quarto é composto de beliches e plataformas suspensas, que recebe um tratamento diferente em relação aos móveis. O conjunto é harmonico, graças a padronização dos materiais (LISBON CALLING HOSTEL, 2011).



Figura 3.10.: Lisbon Calling
Fonte: Lisbon Calling, 2011

3.4.4.4. HI MATIC – Paris, França

Matali Crasset colaborou com Patrick Elouarghi e Philippe Chatelet para o projeto da HI matic. O conceito norteador da estruturação dos espaços é o tratamento direto e simplificado do programa do hostel, dando ênfase às áreas de convívio e de troca de experiências. Voltado para o exterior, pelas grandes aberturas, ainda se mantêm intimista pelo uso de compartimentos que criam microambientes dentro do cômodo, possibilitando o contato com o cotidiano parisiense sem sair do estabelecimento.

A primeira impressão quando se entra nos dormitórios é a apropriação dos espaços. Os 42 quartos ocupam 5 andares, e são concebidos como se fossem cabines (figura 3.11.). O espaço trabalha com a flexibilidade de usos e elementos do ambiente. A extensão da cabine é uma pequena mesa, a cama é uma plataforma, que durante o dia é uma área de estar, jantar ou trabalhar. A maior preocupação é a liberdade das áreas. O lobby assim como o restaurante, foi pensado para favorecer encontros, promovendo o convívio entre usuários (ARTHITECTURAL, 2011).

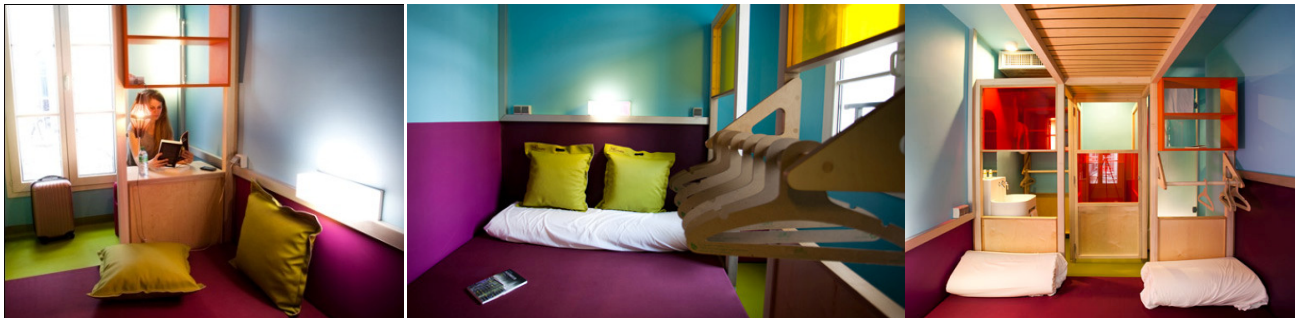


Figura 3.11.: Dormitórios
Fonte: Dezeen, 2011



Figura 3.12.: Áreas sociais
Fonte: Dezeen, 2011



ANÁLISE DE OBRAS CORRELATAS

4. ANÁLISE DE OBRAS CORRELATAS

O principal objetivo do capítulo é analisar decisões projetuais em questões similares ao projeto a ser desenvolvido. Os exemplos escolhidos são edifícios históricos que tiveram intervenções posteriores e se localizam em centros urbanos consolidados, cujo entorno carecia de medidas para revitalização. Em cada uma das obras há particularidades a serem consideradas sob diferentes aspectos, detalhadas ao longo dos subcapítulos. Para o estudo dos casos serão observados critérios para uma boa adaptação de edifícios antigos, baseados em LYRA (19-?).

O primeiro deles diz respeito à integração, sendo uma boa adaptação aquela em que há perfeita harmonia da nova função no espaço antigo e que satisfaz as exigências decorrentes do programa de necessidades do novo uso com o mínimo de modificações na arquitetura original.

Outro critério é o da autenticidade. Todas as inserções devem assumir a condição de novo, transmitindo características ou marcas do tempo em que foi introduzido, revelando sua contemporaneidade. De modo algum o falso histórico deve ser tolerado, um dos princípios básicos da Carta de Veneza.

A reversibilidade diz respeito às inserções decorrentes de adaptações de uso. Elas devem ser projetadas de modo que haja a possibilidade de serem eliminadas no futuro, sem prejuízo do bem cultural. Isso porque as novas funções que determinam as adaptações nem sempre são definitivas e a boa inserção, portanto, deve ser facilmente removida.

E, por fim, a qualificação, que é a garantia da qualidade do que se insere nas adaptações, as quais dependem a valorização e a longevidade do bem cultural. Novas instalações devem ser projetadas e dimensionadas para durarem e não oferecerem risco. É necessário ressaltar que as inserções são elementos estranhos, e sua introdução se constitui em medida traumática para as estruturas que não foram projetadas para recebê-la.

4.1. The Youth Hostel Bremen – Deutsches Jugendherbergswerk - Alemanha

Localizado às margens do Rio Weser, em Bremen, Alemanha, o projeto do Hostel Bremer surgiu da necessidade de readequação do espaço às exigências do público. O caso foi escolhido por se tratar de uma ampliação num edifício histórico, cuja importância se estende além dos muros do próprio lote. Para a cidade de Bremen, o projeto foi um elemento chave para a revitalização de um bairro central que durante décadas se manteve a parte do desenvolvimento urbano.

Além da atividade hoteleira, o empreendimento abriga um *bistrô*, de uso dos hóspedes e do público externo, e salas de reuniões e conferências. As diferentes funções diversificam as atividades, atraindo diferentes tipos de público. O *bistrô*, todo aberto para a vista do rio, integra a paisagem ao edifício e contribui para criação de áreas de permanência e de encontro no bairro, recuperando em parte a movimentação nas ruas.



Figura 4.1.: The Youth Hostel Bremen
(Fonte: Panorâmio, 2011)

O projeto, vencedor numa competição em 2003, tinha como objetivo ampliar o número de leitos oferecidos e melhorar a qualidade das instalações do prédio, que já funcionava como hostel, construído em 1955 (RAUMZEIT, 2011).



Figura 4.2.: Implantação
(Fonte: Raumzeit, 2011)

- Data de conclusão da obra: 2004
- Autor do Projeto: Raumzeit (Jan Läufer, Gunnar Tausch, Friedrich Tuczek)
- Cooperadores: Julia Neubauer, Olaf Pfeifer, Michael Stollenwerk, Grugrun Styhler, Daria Grouhi, Phillip von Kap-herr, Henning Sigge
- Proprietário: Deutsches Jugendherbergswerk, Landesverband Unterweser-Ems
- Projeto estrutural: HOL-Ing, Berlin

4.1.1. Características

O edifício original da metade da década de 1950 é formado por um sólido volume de tijolos maciços, com ritmo constante das aberturas, retangular, com 6 andares de altura que abriga no térreo as áreas administrativas e de serviço e no restante dos pavimentos as áreas de hospedagem. A capacidade do antigo hostel, que era de cento e setenta leitos, aumentou para duzentos e vinte, não havendo necessidade de grandes alterações nas partes existentes.

A ampliação acontece em dois blocos distintos, nos quais se dividem o restante dos quartos, no volume vertical, e as áreas sociais – recepção, salas para conferências, salas de reuniões, terraço, refeitório, cozinha e lavanderia comunitária, *bistrô* e maiores áreas de convivências, no prisma horizontal. A área de expansão, por estar num centro já consolidado, ocupou todo o lote existente. Assim, as áreas ao ar livre foram localizadas no terceiro andar, com vista para o rio.

O novo volume vertical possui sete andares e orienta-se no gabarito das construções vizinhas. Para privilegiar a vista ao sul, que está voltada para o Rio Weser, toda extensão dos quartos antigos, foi preservada. Para leste, o afastamento dos vizinhos permite também a vista do rio (figura 4.3.). As entradas, tanto social, quanto de serviço foram dispostas nas laterais leste e oeste para deixar as áreas de convívio com a principal vista (figura 4.4.). O perímetro dos primeiros pavimentos configura um quadrado, cuja parte central foi ocupada pelo hall de estrada (figura 4.5.), com pé direito duplo e iluminação zenital. A partir dele todos os outros setores são distribuídos, os quartos, sala de jantar, salas de reunião e outras áreas comuns, interligados visualmente pelo vazio e fisicamente por uma ligação vertical em forma de espiral.



Figura 4.3.: Vista leste
(Fonte: Raumzeit, 2011)

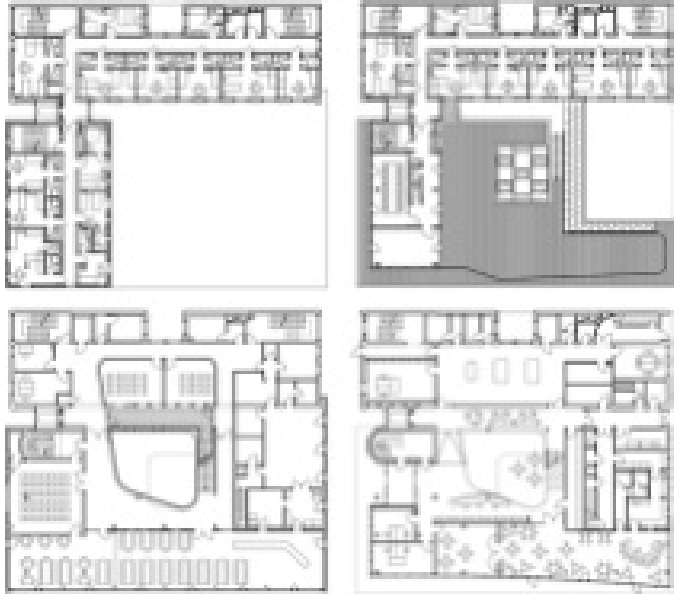


Figura 4.4.: Planta 4º e 5º andar, 3º, 2º e térreo (sentido horário)
(Fonte: Raumzeit, 2011)



Figura 4.5.: Lateral oeste
(Fonte: Raumzeit, 2011)



Figura 4.6.: Imagens ambientes
(Fonte: Custódio, 2008)

4.1.2. Análise

Sobre o critério de integração, apesar de manter o uso anterior, articulações foram feitas para atender as novas exigências dos usuários. Por exemplo, as salas de reuniões e conferências, localizadas no novo bloco, são novas funções que se encaixam no programa e no espaço do hostel. Porém, no bloco existente, há um pequeno conflito entre o antigo e o novo, pois mesmo ambos comportando as mesmas atividades, há alterações na configuração dos ambientes. Com exceção dos pavimentos inferiores, que antes comportavam toda parte de social e de serviço, agora cabem a eles as áreas administrativas e de serviço e algumas de reuniões. Nos andares superiores, os quartos tiveram modificações nas divisões internas, de modo a comportar até seis usuários por cômodos. Os banheiros passaram de coletivo a privativo por quarto, o que também alterou as ambiências. No quesito de conforto, as adaptações foram benéficas ao conjunto edificado, no entanto não se pode dizer o mesmo em relação à preservação do bem original, descaracterizado.

Já a questão da autenticidade é melhor desenvolvida. A composição volumétrica e os materiais não deixam dúvidas sobre a contemporaneidade dos elementos inseridos. É visível no anexo vertical, tanto pela cor amarela como pelo ritmo em intervalos irregulares das aberturas. E no bloco horizontal, pela diferente forma e pelo material empregado no revestimento lustroso cor de beringela, contrário ao material poroso dos tijolos do edifício existente e da grande parte das construções do entorno. Cada de um dos novos elemento são facilmente distinguíveis e visíveis pelos contrastes de forma e cor (figura 4.7.). Na elevação oeste, os volumes são separados pela circulação vertical. Pressupõe-se que houve a preocupação com o gabarito baixo do entorno e as linhas horizontais formadas pelas aberturas, mas inserção não foi usada como forma de valorizar o bem existente. O elemento de destaque é o novo bloco vertical e a base em que ele está assentado, pelos tamanhos excepcionais, cores e localização estratégica, deixando o prédio antigo como pano de fundo na composição.



Figura 4.7.: Vistas externas
(Fonte: Google Earth, 2011)

As adições feitas ao bloco existente possuem novos materiais e tecnologias, garantindo ao edifício a qualidade da adaptação. Ela pode ser reconhecida nos materiais utilizados nos revestimentos externos, amarelo e cor de berinjela, nas vedações das aberturas e na circulação vertical com vista panorâmica (figura 4.8.). A inserção de elementos contemporâneos e de boa procedência contribui para a valorização do bem.

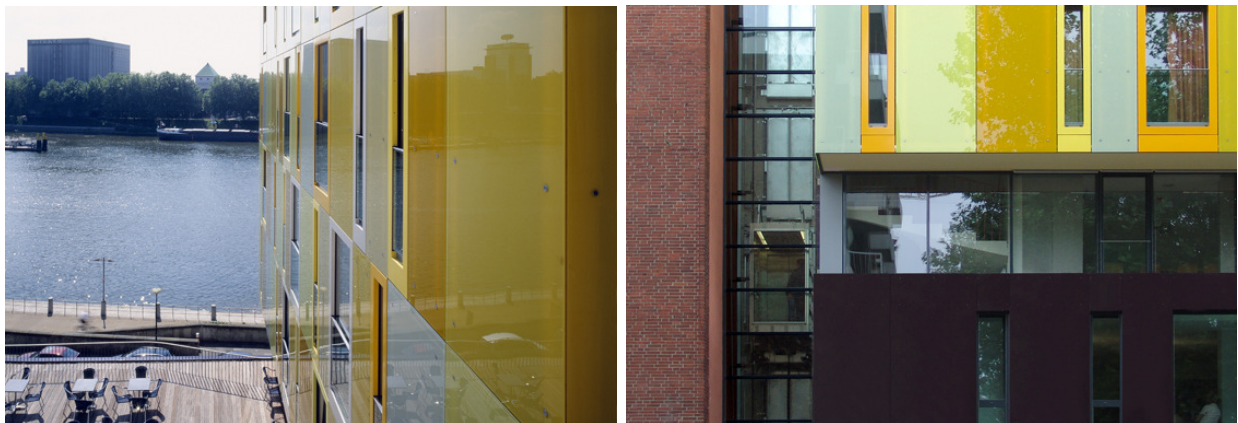


Figura 4.8.: Materiais
(Fonte: Raumzeit, 2011)

A inserção (figura 4.11.) obedece parcialmente aos padrões de reversibilidade, uma vez que as antigas estruturas não dependem das adições posteriores, que estão interligadas ao prédio existente por aberturas e circulações (figura 4.10.). As modificações internas dos dormitórios, no entanto, podem ser consideradas como consolidadas, pois já descaracterizaram as partes existentes, sendo uma intervenção irreversível.

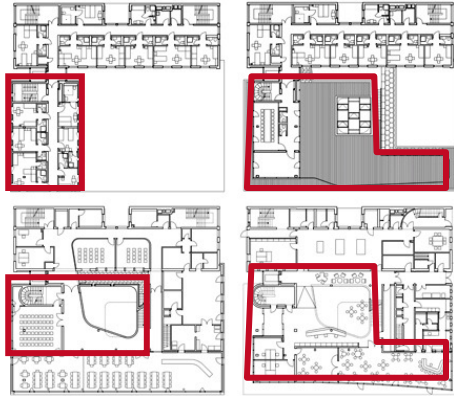


Figura 4.9.: Inserções
(Fonte: modificado pela autora, 2011)

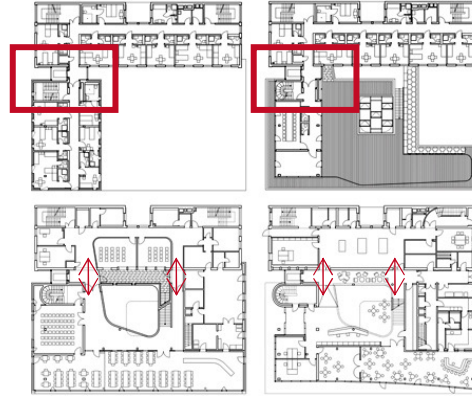


Figura 4.10.: Ligações com o bloco existente
(Fonte: modificado pela autora, 2011)

4.2. The Hotel Luzern- Suíça

Ao convidar Jean Nouvel para projetar o hotel em Lucerna, Suíça, o proprietário tinha em mente a concepção de um meio de hospedagem diferente das oferecidas pelas grandes cadeias internacionais. A idéia é de um hotel-butique, isto é, pequenos estabelecimentos de luxo com espaços criativos e personalizados. Segundo NOVEL (2011), além de ser atraente e inovador, para se destacar, deveria ser apropriado ao novo século, onde o hotel não fosse apenas lugar para dormir, mas propiciasse sentimentos de

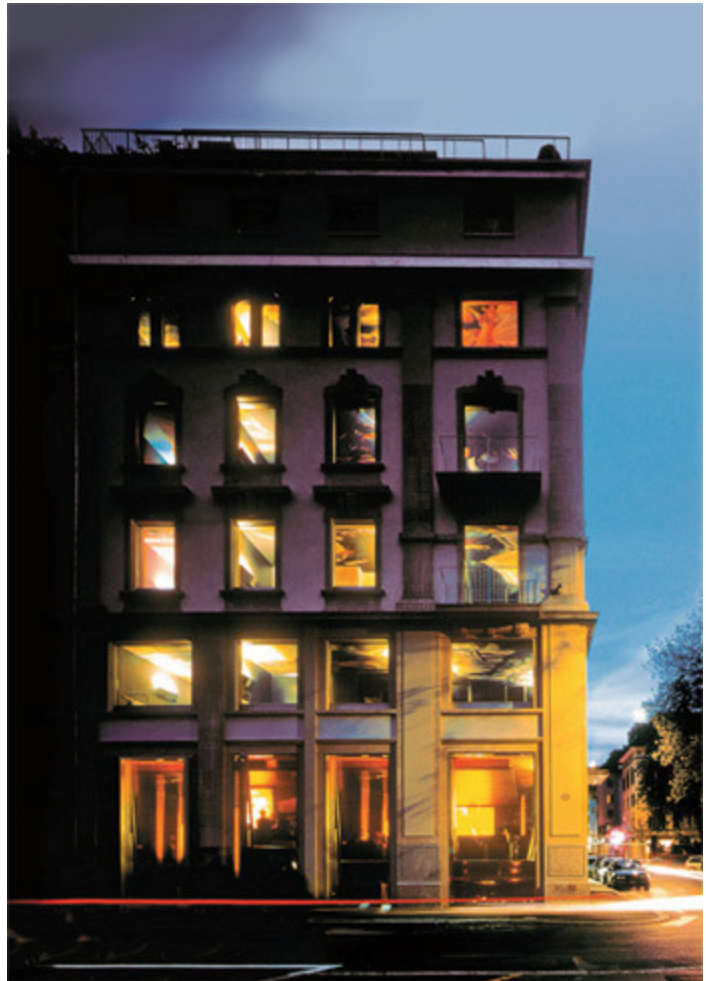


Figura 4.11.: The Hotel
(Fonte: Ateliers Jean Nouvel, 2011)

integração e identificação. Foi principalmente por este fator que caso foi escolhido para ser analisado. Além disto, o edifício, que não poderia ser demolido, se localiza no centro da cidade de frente para um parque e próximo a estação ferroviária, sítio similar ao do antigo hotel Tassi.

- Projeto: 1998-2000
- Autor do Projeto: Jean Nouvel (Pritzker 2008)
- Proprietário: Astoria Shiller, Urs Karli
- Cores e Imagens: Alain Bony e Henri Labiole

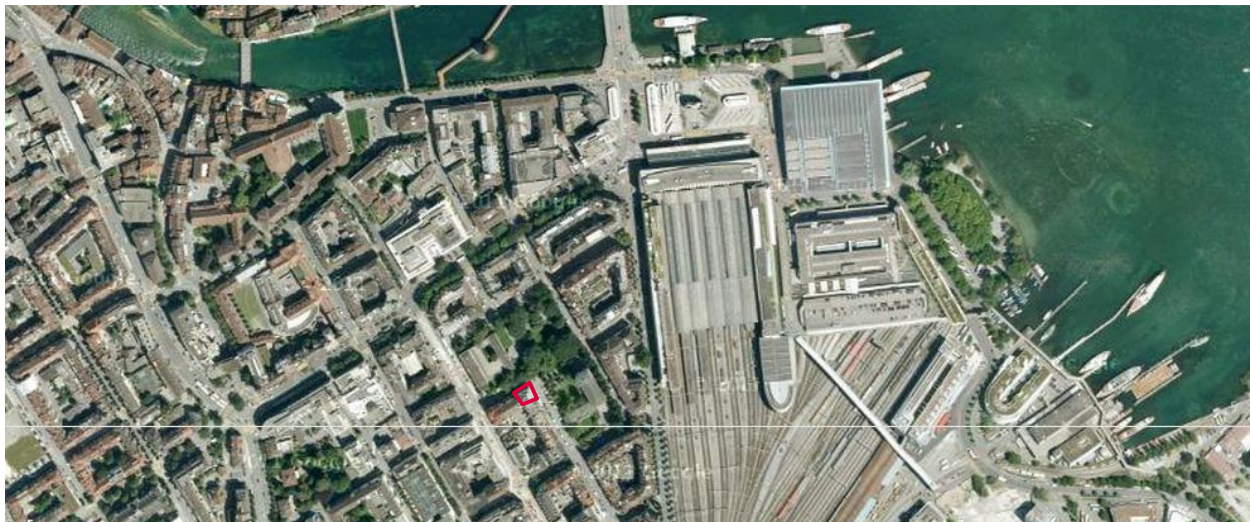


Figura 4.12.: Localização
(Fonte: Google Earth, 2011)

4.2.1. Características

Do edifício antigo, apenas as fachadas foram mantidas. Num terreno quadrado de mil quatrocentos metros quadrados, foram distribuídos vinte e cinco apartamentos em cinco andares, cada um deles com formas, tamanhos, mobiliários, cores e temas diferentes, do qual surge o conceito de luxo, que é dada pela identidade particular de cada quarto. A base do edifício foi ocupada por áreas sociais e de serviço, como recepção, lobby, elevador e escada; e o subsolo recebeu restaurante e cozinha.

A área restrita do lote exigiu manipulações arquitetônicas para acomodar o programa. Por meio de artifícios como diferenças de nível, fluidez, cores e transparências, o arquiteto conseguiu maximizar os ambientes.

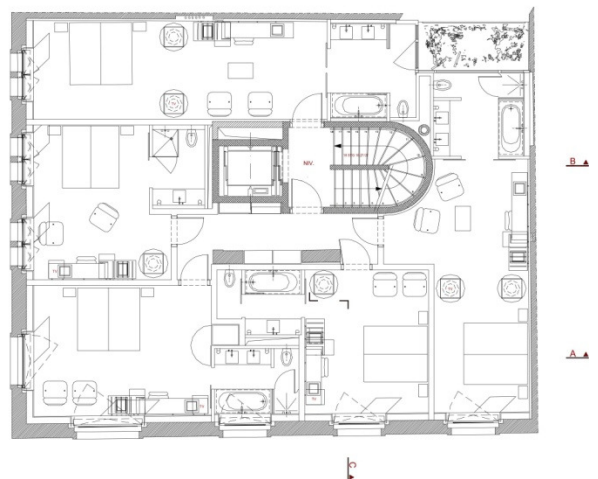
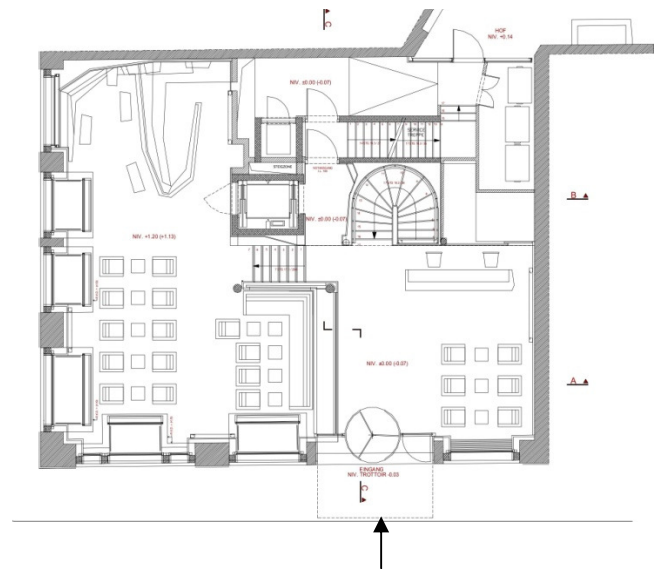
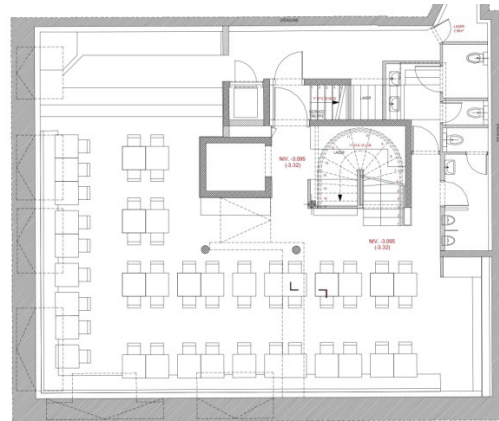


Figura 4.13.: Subsolo, térreo e pavimento tipo
(Fonte: Ateliers Jean Nouvel, 2011)



Figura 4.14.: Cortes
(Fonte: Ateliers Jean Nouvel, 2011)

No subsolo, o desafio consistia em desenterrar o restaurante e reverter a ordem exterior e interior. Para isso, Nouvel introduziu, conservando a intimidade do restaurante, jogos de vidros e espelhos que permitem a visão das árvores e dos pedestres no nível inferior (figura 4.15. e 4.16.). Com os desníveis, o ambiente de estar parece flutuar sobre o restaurante e o t erreo.



Figura 4.15.: Imagens restaurante
(Fonte: Ateliers Jean Nouvel, 2011)

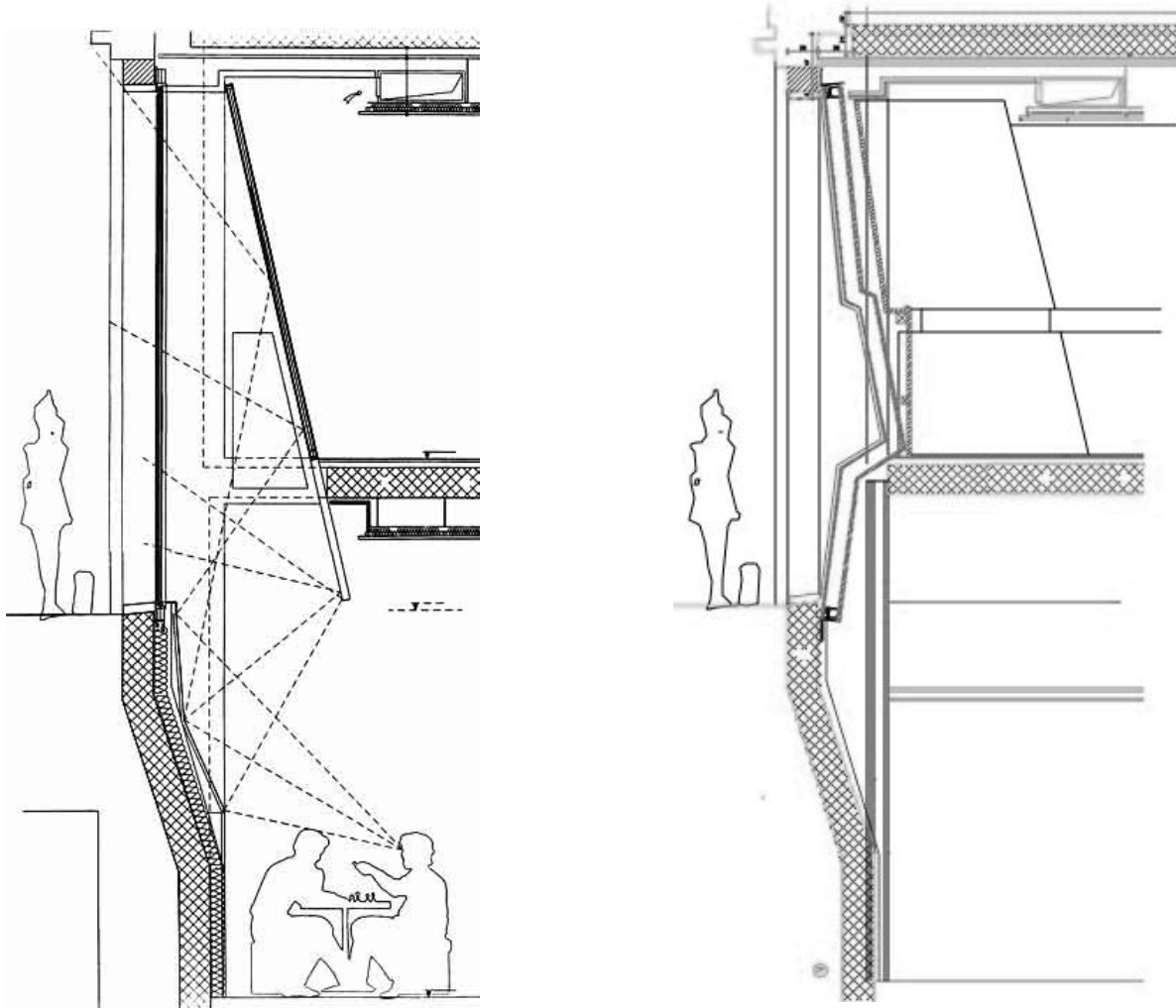


Figura 4.16.: Detalhe das vedações
 (Fonte: Ateliers Jean Nouvel, 2011)

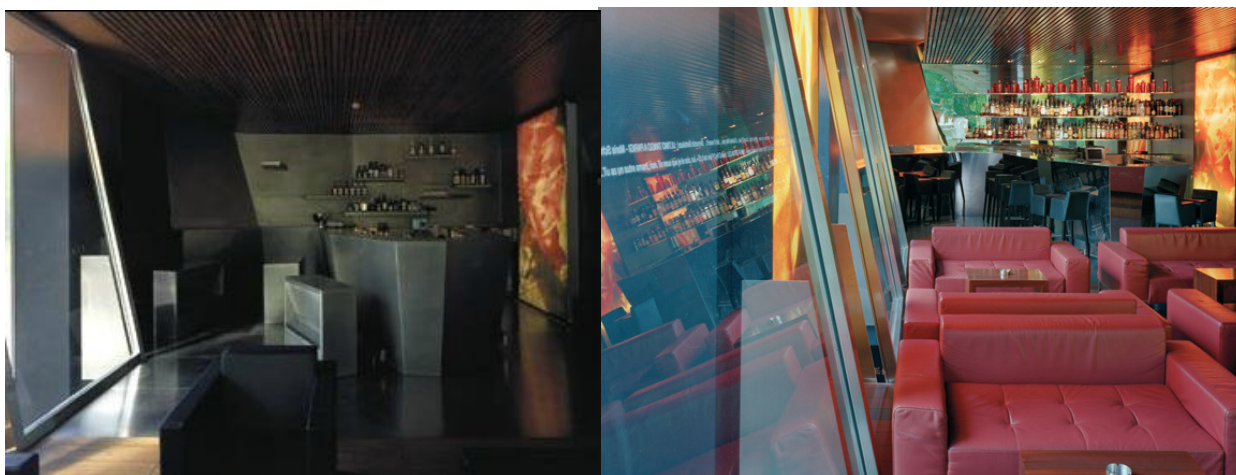


Figura 4.17.: Imagens estar
 (Fonte: Ateliers Jean Nouvel, 2011)

Nos apartamentos, as cores das paredes e a tonalidade do mobiliário são exclusivas, e em cada uma delas foi aplicada uma imagem de filme no teto (figura 4.18.). Como Nouvel queria que as fotos passassem do forro para as paredes, convidou os artistas plásticos Alain Bony e Henri Labiole, que determinaram as cores dos fundos em função de cada imagem.



Figura 4.18.: Quarto – imagens e palheta de cores (Fonte: Ateliers Jean Nouvel, 2011)



Figura 4.19.: Hall
(Fonte: Ateliers Jean Nouvel, 2011)

O hall, com paredes em tons castanho-vermelhos, possui dimensões reduzidas e um balcão de recepção de formas rígidas. Esse ambiente claro-escuro é animado por um mural luminoso e pelo uso de espelhos e de vidraça baixa, colocada entre o nível do bar e o teto da parte rebaixada do restaurante, no subsolo.

Na cozinha, em aço inoxidável, o arquiteto propôs uma fenda com uma câmera, permitindo aos clientes assistir à preparação dos pratos. Do restaurante também se pode ver, por parede envidraçada, o lobby, com idas e vindas de clientes, como silhuetas escuras diante de figuras escaneadas e iluminadas na cor laranja.

4.2.2. Análise

Do edifício original restaram apenas as paredes externas, logo não se pode averiguar se há conflito do novo uso com o espaço existente. Sobre o critério de integração portanto é possível apenas examinar em relação a fachada. O ritmo das aberturas são compatíveis com as divisórias internas, inclusive, elas são valorizadas pelas imagens no forro dos quartos, visíveis para quem olha da rua (figura 4.20). O térreo, com suas grandes vitrines, abrigam as áreas sociais, que se abrem para o exterior. A relação é interessante pois como proposto, integra as áreas internas e externas e não descaracteriza o prédio existente.



Figura 4.20.: Abertura – dormitório
(Fonte: Ateliers Jean Nouvel, 2011)

Toda parte interna construída atende ao critério de autenticidade, pois em momento algum o projeto pretende reconstituir a idéia de um tempo que não o presente. As formas, linhas e materiais empregados na reconstrução do prédio são claramente adições posteriores e estão de acordo com o critério de qualificação. Além dos materiais empregados, pode-se perceber a qualidade da inserção pela solução de projeto bem desenvolvida e resolvida, pela excelência espacial e pela elegância do resultado formal dos ambientes e móveis. O cuidado com detalhes construtivos também contribui para a valorização do bem, como, por exemplo, a decisão e a execução da integração do subsolo com o térreo por vidros e espelhos, as imagens instaladas nos tetos dos quartos, o projeto de iluminação, o detalhamento do balcão da recepção, entre outros.



Figura 4.21.: Mobiliário - quarto
(Fonte: Hotel Guide, 2011)

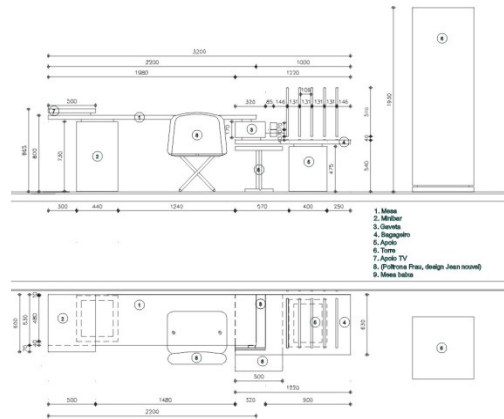


Figura 4.22.: Detalhamento mobiliário
(Fonte: Ateliers Jean Nouvel, 2011)



Figura 4.23.: Acesso Principal
(Fonte: Hotel Guide, 2011)

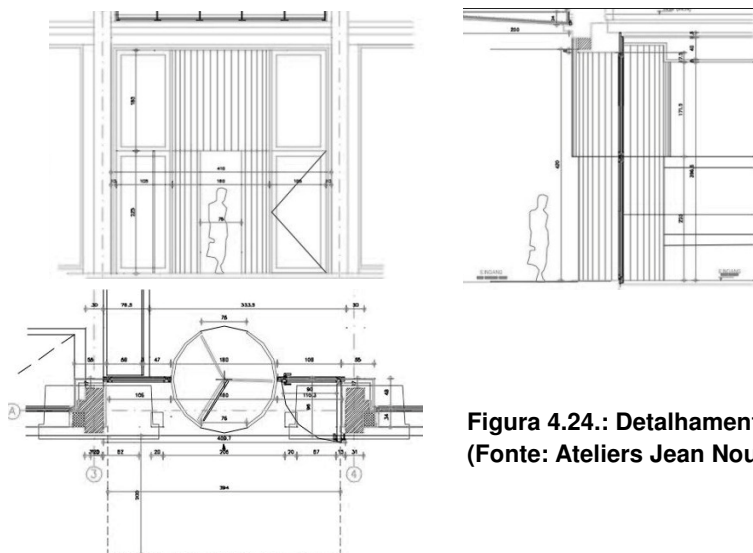


Figura 4.24.: Detalhamento acesso
(Fonte: Ateliers Jean Nouvel, 2011)

Na questão da reversibilidade, não houve preocupação com o estado original da obra. A nova construção do prédio junto à fachada pode ser considerada permanente, pois a remoção dos seus novos elementos danificariam todo o conjunto.

4.3. Hotel Johnscher - Brasil

O hotel Johnscher começou a funcionar em 1917, quando a família Jonhscher, de imigrantes alemães, estabeleceu-se em Curitiba. Junto com o Tassi, tiveram o auge da glória com a instalação da ferrovia e com o ciclo da erva mate. Com o declínio da rua Barão do Rio Branco, ambas foram desativadas, e assim permaneceram por um longo período de tempo, em péssimo estado de conservação. Depois de quase 20 anos sem uso, o antigo hotel Johnscher foi restaurado pelo arquiteto Humberto Fogassa.

O caso foi escolhido por ter vários pontos em comum com o objeto em estudo. Assim é possível analisar como foram feitas as interferências num edifício de interesse de preservação, de mesmo estilo arquitetônico, também bastante deteriorado, num sítio similar e com áreas de uso compartilhado entre hóspedes e público de restaurante.



Figura 4.25.: Hotel Johnscher
(Fonte: autora, 2011)

- Projeto: 2000
- Conclusão da obra: 2002
- Autor do Projeto de restauro: Humberto Fogassa Arquitetura
- Arquitetura e interiores: Planotel Arquitetura e Consultoria Turística e Hoteleira



Figura 4.26.: Localização
(Fonte: Google Maps, 2011)

4.3.1. Características

O prédio, classificado como Unidade de Interesse de Preservação – UIP, foi doado à Prefeitura de Curitiba, em 1995, em troca de potencial construtivo. Em 2002, iniciou-se o projeto de restauro pela iniciativa privada. A rede San Jun de Hotéis foi escolhida em licitação, realizada pelo município, e assinou um contrato de concessão de uso, com direito de explorar comercialmente o hotel por 35 anos, em troca da reforma e da administração do edifício, mantendo o mesmo uso. O público alvo, de acordo com a Planotel Arquitetura e Consultoria Turística e Hoteleira (PROJETO DESIGN, 2003), que está executando a obra de restauro e assessorando o grupo San Juan no projeto do novo Johnscher, são os executivos e artistas, pessoas que gostam de hospedar-se em lugares agradáveis e não em hotéis semelhantes a ambientes hospitalares.



Figura 4.27.: Hotel Johnscher - 1976
(Fonte: Folha Web, 2011)

O restauro do imóvel faz parte do projeto de revitalização do eixo Barão-Riachuelo, cujo objetivo principal é o reencontro da edificação com a história da cidade. Um dos maiores desafios do projeto, de acordo com o arquiteto Fogassa (PROJETO DESIGN, 2003), foi conciliar a preservação dos aspectos arquitetônicos originais da edificação com as necessidades atuais, como elevadores, sistema de climatização central, TV a cabo, suporte para informática e acesso à Internet. O projeto de restauro da edificação recupera todos os detalhes que

caracterizavam o estilo eclético, típico das áreas urbanas do início do século passado. Como o imóvel ficou por muito tempo sem uso, sofrendo uma grande deterioração neste período, a maior parte destes detalhes foi recuperada graças à documentação disponível na Casa da Memória e no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc).



Figura 4.28.: Acessos
(Fonte: autora, 2011)

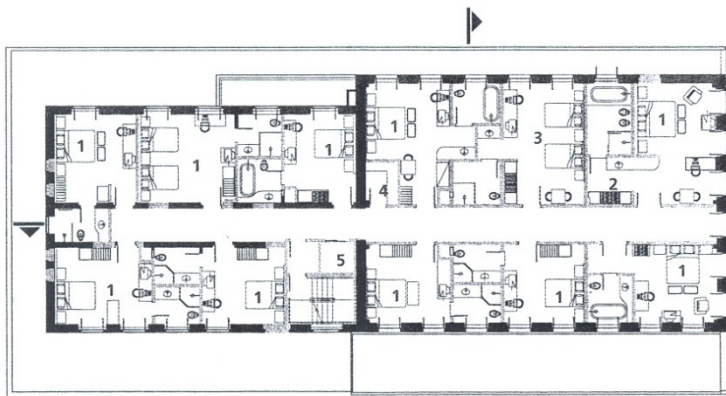
A construção ocupa quase toda a área do terreno. A técnica construtiva predominante é a alvenaria de tijolo maciço rebocado. O estuque é o material construtivo das paredes internas, da maioria das divisórias e forros. A solução de projeto é caracterizada pela planta com regularidade de perímetro, formando um volume único interligando os 3 pavimentos. Externamente, a solução estética apresenta muitos detalhes na fachada principal, sendo os elementos artísticos representados por requadros, frisos, cimalkhas, pilastras com capitel decorado e platibanda. O pé direito alto, o ritmo constante, a

proporção das aberturas, o vocábulo plástico confere riqueza a fachada principal, que se projeta simetricamente no corpo principal. A quebra da simetria se dá nos trechos laterais, onde se encontravam os acessos do prédio. As demais fachadas são desprovidas de ornamentação (IPPUC, 199?).

Numa área de 640m², foram contruídos 1.464m², distribuídos em três pavimentos mais o sótão. No térreo estão o setor administrativo e de serviço, além da recepção e do restaurante, de atendimento ao público externo. O restaurante/bar Zea Maïs é um refinado ponto de encontro, de linhas modernas e arrojadas. Os outros pavimentos acomodam 22 amplas suítes, de 45 m² cada e o pé-direito de 4,80m. O sótão recebe mais duas suítes master.

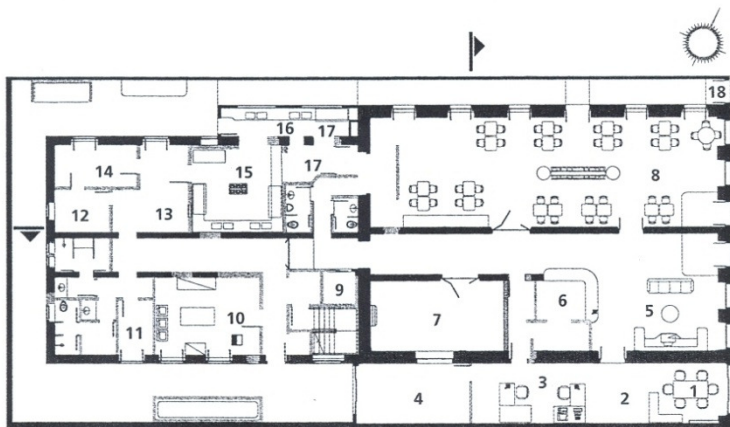


Figura 4.30.: Desenho técnico - cortes e elevações
(Fonte: IPPUC, 199?)



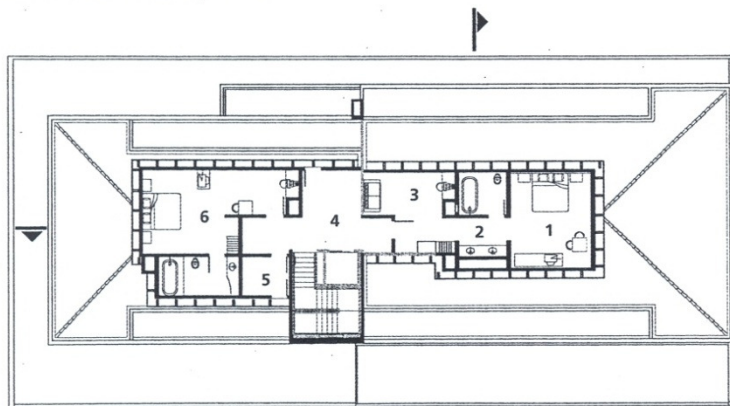
1º PAVIMENTO

- 1. Apartamento / 2. Lavabo/vestir
- 3. Apartamento para deficientes físicos
- 4. Depósito/rouparia / 5. Elevador



TÉRREO

- 1. Gerência geral / 2. Centro de negócios
- 3. Escritório temporário / 4. Foyer / 5. Estar / 6. Recepção
- 7. Sala de reuniões/eventos / 8. Restaurante / 9. Elevador
- 10. Lavanderia / 11. Governança / 12. Escritório / 13. Refeitório
- 14. Almojarifado / 15. Cozinha / 16. Pré-preparo/lavagem
- 17. Garçons / 18. Acesso de serviço



SÓTÃO

- 1. Suite master / 2. Lavabo / 3. Estar/TV
- 4. Hall do elevador / 5. Depósito / 6. Suite

Figura 4.29.: Desenho técnico - plantas
(Fonte: IPPUC, 199?)

Num etapa anterior ao do restauro, teve que ser levantada a situação do edifício. Através de análise, mapeamento de danos e patologias, foram fornecidos elementos para a diagnose do seu estado. De um modo geral, a maior parte dos problemas registrados foi a partir de dois fatores condicionantes: de danos da decomposição da própria matéria prima e da ação de agentes externos ao material construtivo. As principais causas para o arruinamento do prédio se deram pelos seguintes motivos: intemperismo, uso inadequado através de modificação e ampliações, falta de uso atual – abandono e ausência de manutenção. Numa maior abrangência, os maiores danos estruturais registrados foram decorrentes da desarticulação e inexistência da cobertura, que expunha permanentemente todo o restante da construção às interpéries, e da deterioração natural dos materiais construtivos.



Figura 4.31.: Espaço do restaurante e piso do 2º pavimento
(Fonte: IPPUC, 199?)

4.3.2. Análise

Por se tratar de uma obra de restauro, não houve alteração do uso do edifício. O processo foi de recuperar as características e as atividades originais da obra, através de levantamento de dados e registros históricos. Portanto não será analisado neste caso o critério de integração.

Em relação à autenticidade, há dois momentos diferentes a serem vistos. Isto porque, desde a inauguração em 2002, até o presente ano, houve modificações significantes no interior do edifício, principalmente em relação ao estilo decorativo. No projeto inicial, havia um cuidado em recriar os ambientes que fizeram do Johnscher um ícone em seu tempo. Para tal, foram utilizados na decoração móveis de imbuia, a fim de reproduzir os móveis da época, que podiam ser percebidos nos ambientes do centro de negócios e escritório geral, restaurante e quartos. Assim como na decoração, nas questões construtivas não é possível distinguir os acréscimos e o que foi mantido do original.



Figura 4.32.: Ambientes sociais no ano da inauguração
(Fonte: PROJETO DESIGN, 2003)



Figura 4.33.: Quartos
(Fonte: PROJETO DESIGN, 2003)

Numa intervenção posterior, no entanto, nas áreas sociais e no restaurante, é possível identificar as novas inserções. A área de recepção possui linhas geometrizadas e ausência de ornamentos decorativos presente no estilo eclético. No

restaurante a utilização de esculturas metálicas e volumes puros nos móveis revelam a contemporaneidade do projeto, sem descaracterizar o conjunto arquitetônico antigo.



Figura 4.34.: Áreas sociais - atual
(Fonte: Click Hotéis, 2003)



Figura 4.35.: Restaurante Zea Mais
(Fonte: Zea Mais, 2011)

A reconstituição dos elementos faltantes no projeto de restauro foi construída de modo que não poderiam passar por um processo de desrestauro, isto é,

de retirada de partes não existentes antes da reforma. Por estar num estado bastante degradado, foram feitos reforços estruturais, integrando-se à existente. Portanto não é exequível a retirada dos crêscimos posteriores.

O cuidado com as novas inserções elétricas e hidráulicas, como foi dito pelo arquiteto restaurador, foi um dos desafios do projeto. Compreende-se, a partir disso, que houve uma preocupação real com a necessidade de que as novas intervenções fossem bem executadas, tomando a qualificação como um atributo prioritário nas reformas.



Figura 4.36.: Parte interna – início da obr
(Fonte: Casa da memória)

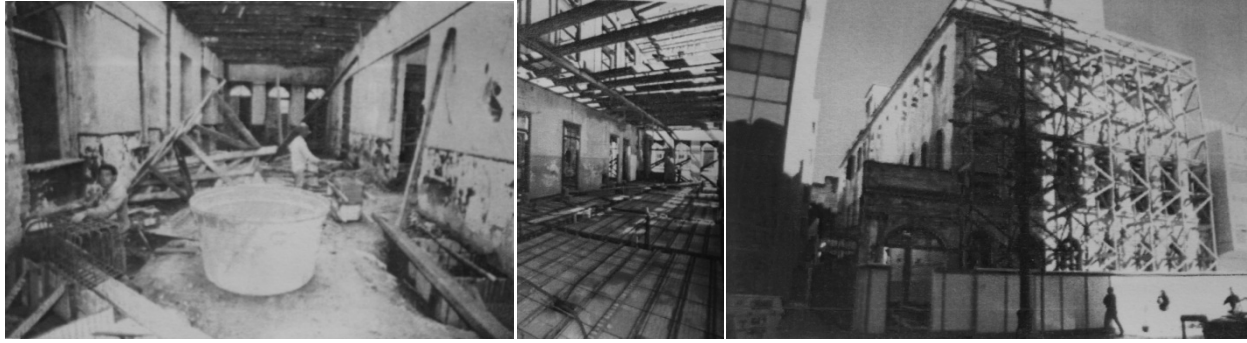


Figura 4.37.: Reforma
(Fonte: IPPUC)

4.4. Conclusão

O estudo de casos semelhantes em diferentes aspectos do projeto oferece subsídios e referências para soluções projetuais, além de desenvolver o olhar crítico sobre decisões arquitetônicas, principalmente em relação aos bens patrimoniais. Através deles, pode-se investigar meios de situar um edifício em espaços consolidados, com poucas áreas para acréscimos.

Nos três exemplos, pôde-se compreender quais são algumas das soluções de projeto para revitalizar uma região, e assim mantê-la após a conclusão da obra, através de atividades que sustentem constante fluxo de usuários. Restaurante, bar, *bistrô* e café são opções defendidas para tal. E como nos correlatos citados, devem possuir algum diferencial, para que junto ao meio de hospedagem, torne-se referencial da região em que se situa.

Os casos possuem a mesma finalidade, de abrigar temporariamente pessoas em unidades habitacionais, mesma distribuição setorial, articulações principais e funcionamento em geral; mas, em cada uma delas, pequenas modificações no programa de necessidades básico e na conceituação da elaboração do projeto; como as áreas de convivência no Bremen; a individualidade dos quartos de Luzern, e o uso de um edifício histórico restaurado; transformam-nas em hotéis ícones para um público diferenciado.

INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE



5. INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

Este capítulo tem como objetivo expor e analisar a realidade sob a qual o projeto está condicionado, através de levantamento e análise de dados e visitas.

Sobre o edifício, será abordada a história, suas características arquitetônicas e sua inserção do contexto urbano. Assim, pretende-se ressaltar a importância histórico-cultural do edifício para a cidade de Curitiba, sob o aspecto do patrimônio, e as condicionantes que levaram à escolha do sítio. O levantamento e o diagnóstico do bem servirão para nortear as ações projetuais da reciclagem.

5.1. O Sítio



Figura 5.1.: Paraná – Curitiba - Centro
(Fonte: IPPUC, 2011)



Figura 5.2.: Localização
(Fonte: Google Earth, 2011)

5.1.1. A Cidade de Curitiba e o Turismo

A capital paranaense, de acordo com o IPPUC (2011a) é uma cidade de grande potencial turístico, tendo recebido em 2008, pela revista Veja, o título de melhor destino cultural e melhor custo-benefício para o turismo da Região Sul e, em 2006, como quarta melhor cidade para turismo, segundo o Guia 4 Rodas - Viagem e Turismo. Em 2007, segundo o INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO (2011a), o fluxo de turistas estimados foi de aproximadamente 2.3 milhões de pessoas, um aumento que não foi acompanhado pelo setor hoteleiro, que de 2006 para 2007 diminuiu a oferta de hotéis na capital.

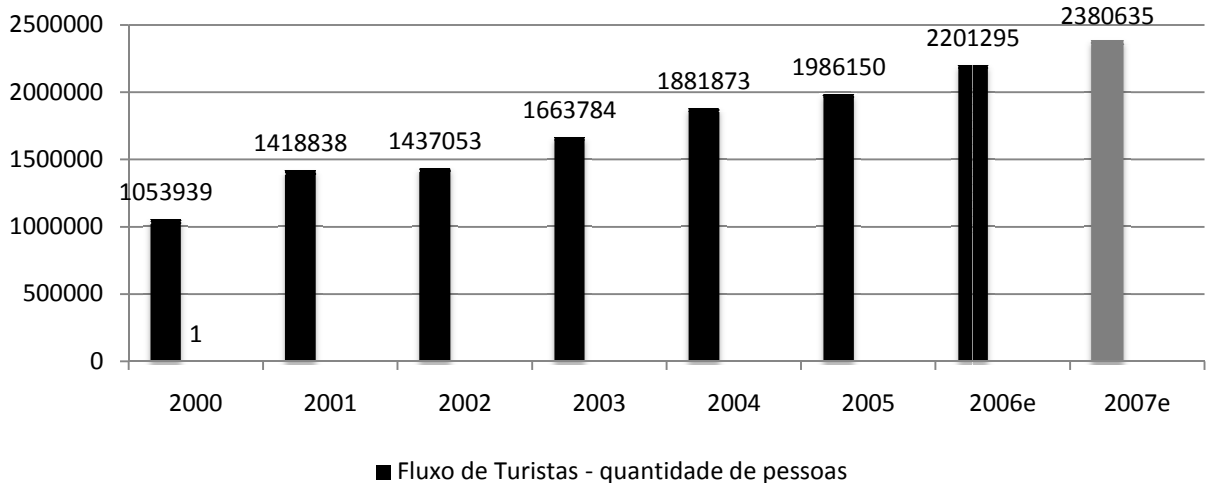


Figura 5.3.: Fluxo de turistas em Curitiba
(Fonte: INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO, 2011)

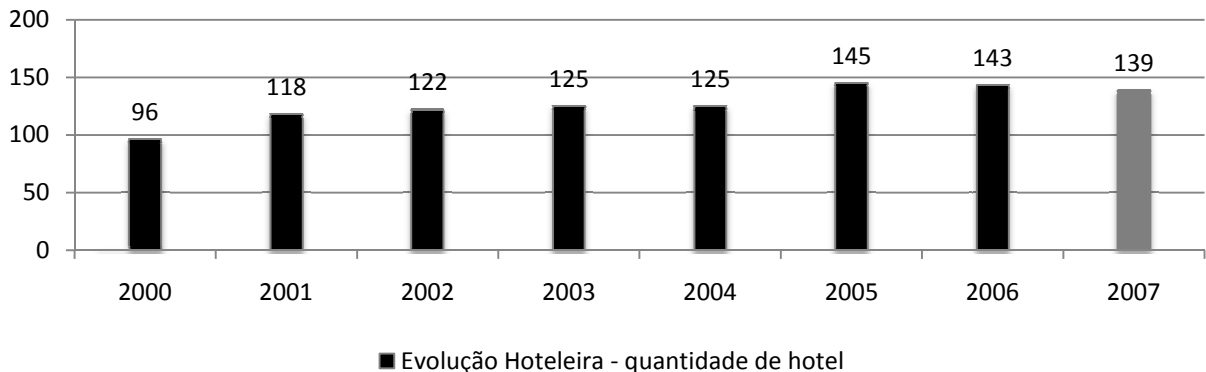


Figura 5.4.: Quantidade de hotel em Curitiba
(Fonte: INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO, 2011)

O principal público alvo do hostel são os viajantes a lazer, que de acordo com as estimativas para 2006 do IPPUC (2011b), representam numa média anual 18% dos visitantes que passam pela capital, além deles pode-se considerar os viajantes em trânsito, 30% do total e os em visita por eventos, 8%. No total, são mais que 50% de possíveis usuários, e de acordo com a SETU (2003), grande parte dos meios de hospedagem em Curitiba é direcionada aos turistas de massa e viajantes a negócios. As hospedagens extra-hoteleiras são a minoria, 5%, e grande parte delas não oferece todos os requisitos mínimos de funcionamento – infra-estrutura e serviço. Em Curitiba, segundo a APAJ (2011), há apenas dois hostels credenciados pelo IYHF, o Eco-Hostel e o Hostel Roma, que durante os grandes eventos da cidade, como por exemplo congressos, a Oficina de Música e o Festival de Teatro de Curitiba, não são suficientes para comportar a demanda.

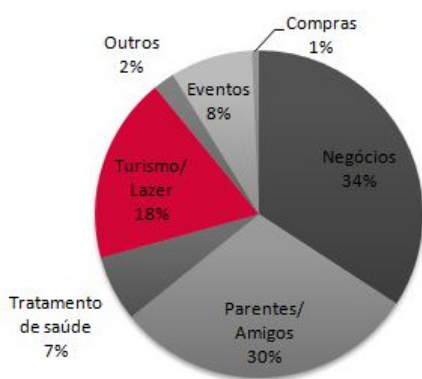


Figura 5.5.: Motivo de viagem
(Fonte: SETU, 2011)

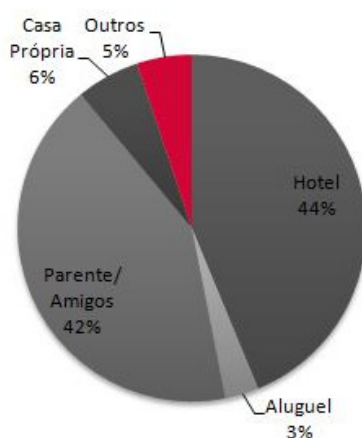


Figura 5.6.: Tipo de hospedagem
(Fonte: SETU, 2011)

5.1.1.1. Atrativos turísticos

Segundo ALMEIDA (2007) podem ser divididos em naturais (parques e praças) e culturais (espaços culturais e eventos). Em Curitiba, baseado nesta divisão, de acordo com INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO (2011b), pode-se listar:

Naturais:

- Parques: Bosque Alemão, Bosque Italiano, Bosque do Papa, Jardim Botânico, Memorial Ucraniano, Parque Barigüi, Parque São Lourenço, Ópera de Arame, Parque Tanguá, Parque Tingui, Parque Iguaçu, Unilivre.

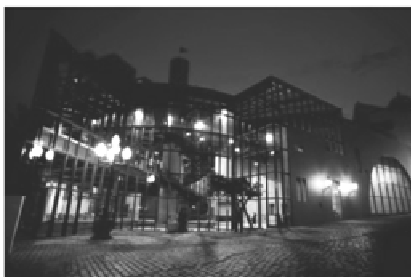
- Praças: Passeio Público, Praça do Japão, Praça Tiradentes, Praça Eufrásio Correia, Praça da Espanha, Ruínas de São Francisco.

Culturais:

- Espaços culturais: Capela Santa Maria, Memorial Árabe, Memorial de Curitiba, Museu Oscar Niemeyer, Paço da Liberdade, Teatro Guaíra, Teatro Paiol, centro histórico, Solar do Barão, Torre Panorâmica, Bondinho da rua XV de Novembro.

- Eventos: festas culturais e gastronômicas, ligadas às colônias de Curitiba – Festa de Uva, Imin/Hana Matsuri, ‘Settimana Della Gastronomia Italiana’, October Fest; pré carnaval do bloco Garibaldi e Sacys, Festival Psycho Carnival; Paraná Business Collection; Crystal Fashion Week; Virada Cultural; shows – Lupa Luna, Tim Festival; feiras – Feiarte; oficinas – oficina de música; festival – de música, teatro; apresentações de natal.

Muitos dos pontos turísticos, como museus e praças citados acima, fazem parte do patrimônio histórico cultural de Curitiba, retomando a idéia de que a revitalização de prédios históricos, valorizam os bens e reforçam a identidade e a memória dos cidadãos.



CURITIBA

PONTOS TURÍSTICOS



Figura 5.7.: Pontos Turísticos de Curitiba
(Fonte: SETU, 2011)

Legenda

- 1 Bondinho da Rua XV
- 2 Casa Romário Martins
- 3 Diretoria do Patrimônio Cultural/Casa Memória
- 4 Moinho Novo Rebouças
Sede da Fundação Cultural de Curitiba
- Centros Culturais**
- 5 Centro de Criatividade de Curitiba
Casa Erbo Stenzel
Casa da Memória
Teatro Cleon Jacques
- 6 Centro Cultural do Portão
Teatro Antonio Carlos Kraide
- 7 Centro Cultural Solar do Barão Gibiteca
Museu do Cartaz
Museu da gravura
Palacete Wolf
- 8 Conservatório de MPB
- 9 Memorial de Curitiba
Teatro Londrina
- 10 Feira do Poeta
Livraria Dario Vellozo
Casa da Leitura
- Espaços Cênicos/Musicais**
- 5 Teatro Cleon Jacques
- 9 Teatro Londrina
- 11 Teatro da ariá
- 12 Teatro do Paiol
- 13 Teatro do Piá
- 14 Teatro Novelas Curitiba
- 15 Teatro Universitário de Curitiba
- 16 Ópera de Arame
- 17 Pedreira Paulo Leminski
- 18 Casa Hoffmann
- Espaços Literários**
- 19 Biblioteca da Casa Kozák
- 20 Biblioteca Cidade Industrial de Curitiba
- 21 Biblioteca Franco Giglio
- 22 Biblioteca Jardim das Américas
- 23 Biblioteca Nair de Macedo
- 24 Biblioteca da Rua da Cidadania do Bairro Novo
- 25 Biblioteca da Rua da Cidadania do Boqueirão
- 26 Biblioteca da Rua da Cidadania da Fazendinha
- 27 Biblioteca da Rua da Cidadania do Pinheiro
- 28 Biblioteca da Rua da Cidadania de S. Felicidade
- 29 Biblioteca Santos Andrade
- 30 Farol do Saber Miguel de Cervantes
- 10 Feira do Poeta
- 7 Gibiteca de Curitiba
- 10 Livraria Dario Vellozo
- Memoriais da Imigração**
- 31 Memorial da Imigração Italiana Casa Culpi
- 32 Memorial da Imigração Polonesa
- 33 Memorial da Imigração Ucraniana
- Museus**
- 34 Museu de Arte Sacra da Arquidiocese de Curitiba
- 7 Museu do Cartaz
- 7 Museu da Fotografia Cidade de Curitiba
- 6 Museu da Gravura
Museu Metropolitano de Curitiba
- Salas de Cinema**
- 35 Cinemateca de Curitiba
- 36 Cine Luz
- 37 Cine Ritz
- 38 Espaço Cultural Frans Krajcber - Jardim Botânico

ONTE: Fundação Cultura de Curitiba
LABORAÇÃO: FCC/IPPUC - Banco de Dados

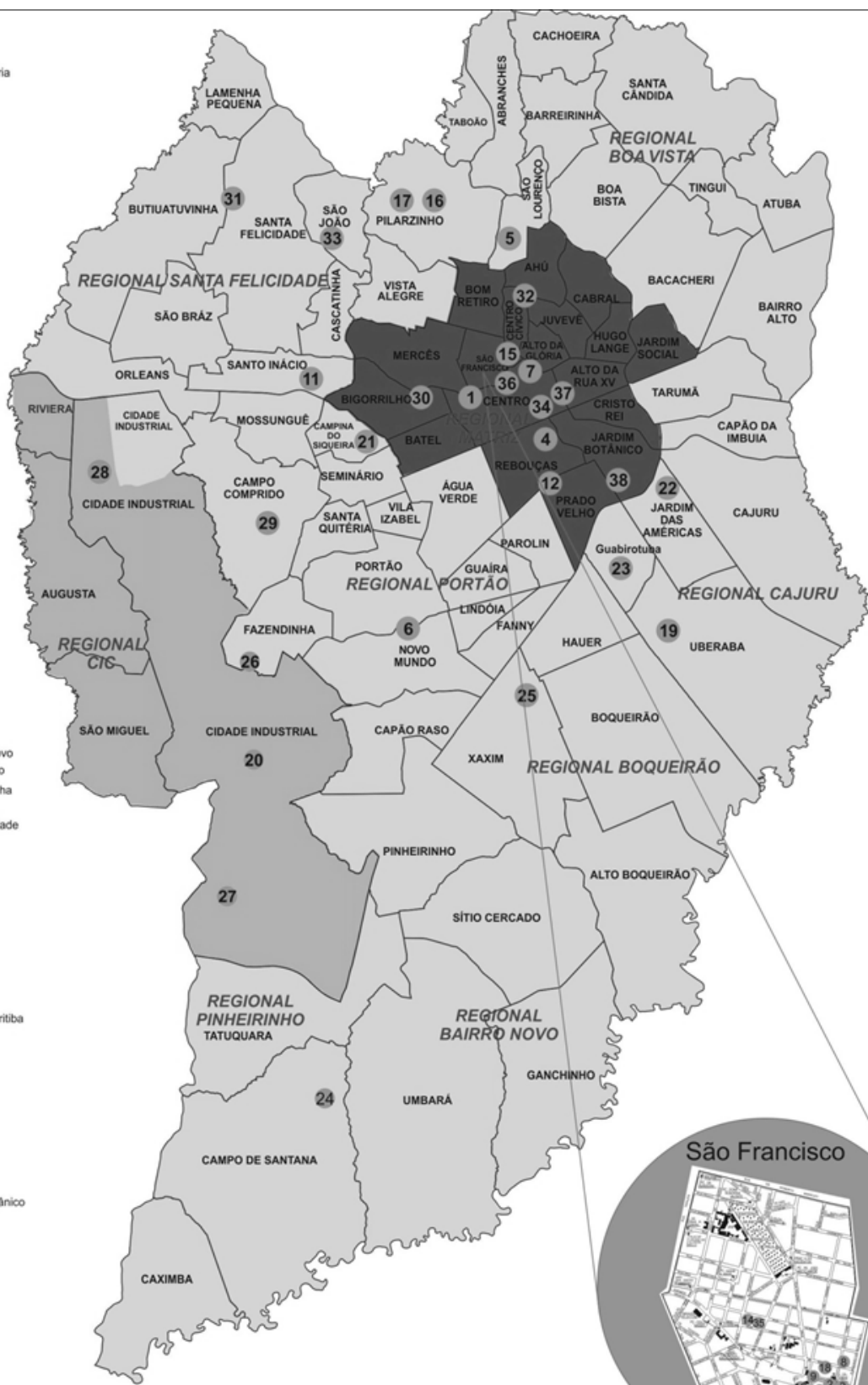


Figura 5.8.: Equipamentos Culturais em Curitiba
(Fonte: IPPUC, 2011)

5.1.2. Centro

Mais especificamente a área da praça Eufrasio Correa representa um fragmento importante para a memória da cidade, por possuir elementos que caracterizam a organização do território e da arquitetura de Curitiba na virada do século XIX. No entanto, em contraponto com a sua importância histórica e efervescência diurna, pela posição central na cidade, o movimento do Shopping Estação, a existência de prédios escolares e comerciais, múltiplos fatores contribuem para um processo de estagnação da área: edifícios abandonados, como o caso do próprio Tassi, a falta de segurança e pouca movimentação durante a noite. Para reverter esse quadro, elaborou-se o projeto de revitalização da praça Eufrásio Correia pelo IPPUC, em 1985, que apontou aspectos que se constituem em potenciais que devem ser considerados em uma proposta de preservação do patrimônio cultural integrada ao planejamento urbano PARANÁ (1985). São elas:

- características pitorescas de forte apelo turístico e de lazer do sítio;
- proximidade da estação rodoferroviária permite a consolidação e desenvolvimento da vocação hoteleira da região;
- potencial de animação do espaço da praça;
- vantagens locacionais para equipamentos de abrangência regional devido: à proximidade com o centro tradicional; às linhas de transporte de massa; rua Barão do Rio Branco equipada para a recepção de grande fluxo de pedestres.

O ideal seria direcionar os futuros usos do local à essência do sítio, que originalmente eram: a praça cívica, como ponto de encontro e acolhimento aos visitantes, a movimentação de passageiros, o bucolismo da praça.

5.1.2.1. Histórico

O nome do bairro, Centro, faz uma referência ao núcleo em volta do qual cresceu a cidade de Curitiba, a partir do século XVII. Em 29 de março de 1693, na pequena igreja matriz, na região da Praça Tiradentes, foi fundada a Vila de Nossa

Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais. Nessa região central, está o marco zero de Curitiba que, geograficamente, indica o “ponto inicial” de uma cidade, ou o ponto a partir do qual eram tomadas as distâncias para a demarcação de uma vila. O atual bairro do centro já teve outros nomes. Em um mapa de 1950, boa parte de seu território é chamada de Liberdade. Em outros mapas, a região onde hoje está o bairro aparecia simplesmente com a inscrição “Curitiba”, como se somente ali fosse a cidade e ao seu redor existissem apenas chácaras, fazendas ou campos inabitados (IPPUC, 2011a).

A região da praça Eufrásio Correia, correspondeu ao mais movimentado logradouro da cidade no final do século XIX, sendo, junto com o desenvolvimento da linha férrea, símbolo de modernidade e progresso da Curitiba do início do século, junto com a rua XV de Novembro e a praça Tiradentes.

“[...] Na pacata Curitiba de 1835, a construção da estação, para a chegada da ferrovia, deu nova direção à espacialização e segundo Edilberto Trevisan: ‘A história da construção da estação de Curitiba, nada mais é que um exercício de urbanismo histórico. ‘Por junção da estrada de ferro formou-se e adensou-se o casario da rua Barão do Rio Branco que ficou margeada de botequins, casas de negócios, padarias, hotéis, estação de bondes e até a Assembléia Legislativa e o Palácio do Governo’. ‘Tudo comprova que a estação ferroviária de Curitiba não foi um elemento intruso introduzido na malha urbana, mas o verdadeiro e único fator formativo e progressista de urbanização da cidade” (TEIXEIRA, 1991, pág. 140 e 141).



Figura 5.9.: Rua da Liberdade
(Fonte: Secretaria da Cultura, 2011)

Antes da inauguração da ferrovia, em 1885, a região era caracterizada por uma região rural. A rua da Liberdade, atual Rua Barão do Rio Branco, era uma via de solo de terra batida, margeada de pequenas residências. Em duas décadas a paisagem foi alterada drasticamente, atendendo a demanda por serviços vinda da ferrovia. A chegada da estrada de ferro ligando a capital administrativa ao porto, em 1935, consolida a cidade como centro econômico, tornando-se foco da economia paranaense neste período (PARANÁ, 1985).

“Outr’ora as suas ruas eram sem estética, formadas de altos e baixos, que não são as de hoje, completamente reformados e symetricamente [sic] alinhados, vendo-se diversas praças arborizadas e floridas. Curityba antes do melhoramento que se observa por toda sua parte, encontrava-se sob o domínio de pântanos e lagoas pluviais que se formavam nos dias chuvosos [...]. A maioria das casas eram construídas de madeira e de barro, hoje substituídas por bellos palecetes e predios que honram a capital do estado (TASSI, apud TEIXEIRA, 1991, pág. 23).

O desenvolvimento do transporte rodoviário e a construção da nova Rodoferroviária em outro ponto da cidade, marca o declínio da Praça Eufrásio Correia como centro polarizador (TEIXEIRA, 1991).

5.2. Sítio x Edifício

O edifício a ser reciclado está localizado na região central de Curitiba, mais especificamente na Rua Barão do Rio Branco, nº 823, esquina com Avenida 7 de Setembro, no sobrado que comportava o antigo Hotel Tassi. A escolha do sítio foi baseado em critérios de acessibilidade e mobilidade, proximidade de serviços e atrativos turísticos, e escolha de em edifício que faça parte memória coletiva dos cidadãos curitibanos, e que possua “vocação” para abrigar um hostel.

5.2.1. Acessibilidade e mobilidade

A localização do antigo hotel Tassi é privilegiada em termos de mobilidade. Por estar na região central de Curitiba, os viajantes que chegam a Curitiba,

tanto de avião, como de ônibus, têm fácil acesso ao sítio escolhido. Para quem vem de transporte aéreo, há as seguintes opções: táxi, ônibus especial do aeroporto, e a linha da Rede Integrada de Transporte de Curitiba, Aeroporto. Quem chega pelo sistema rodoferroviário, além da opção de transporte particular, pode usar o expresso Centenário-Campo Comprido, ou Pinhais – Rui Barbosa; ou ainda usar o ônibus Circular Centro; todos possuem ponto de parada em até 100m do edifício. Da rodoferroviária é possível também ir a pé, pois o hostel está a 3-4 quadras de distância.

Para conhecer a cidade, o turista tem como opção usar a ciclovia, ir a pé, usar veículos de aluguel ou meio de transporte coletivo. A ciclovia de Curitiba, é destinada mais para o lazer, que para o uso cotidiano, a rede liga os principais parques da cidade, sendo um bom passeio a ser feito. Para os que tiverem mais disposição é possível ir andando até os principais centros de comércio e atividades culturais. Até o Largo da Ordem, uma das principais áreas de bares, museus e centros culturais, em passos lentos, a caminhada dura cerca de trinta minutos. De ônibus, há várias opções. Na quadra do lado tem os expressos, que ligam o norte-sul, leste-oeste da cidade, há o terminal Guadalupe, terminal metropolitano, e o terminal na praça Rui Barbosa, com vários ônibus alimentadores.

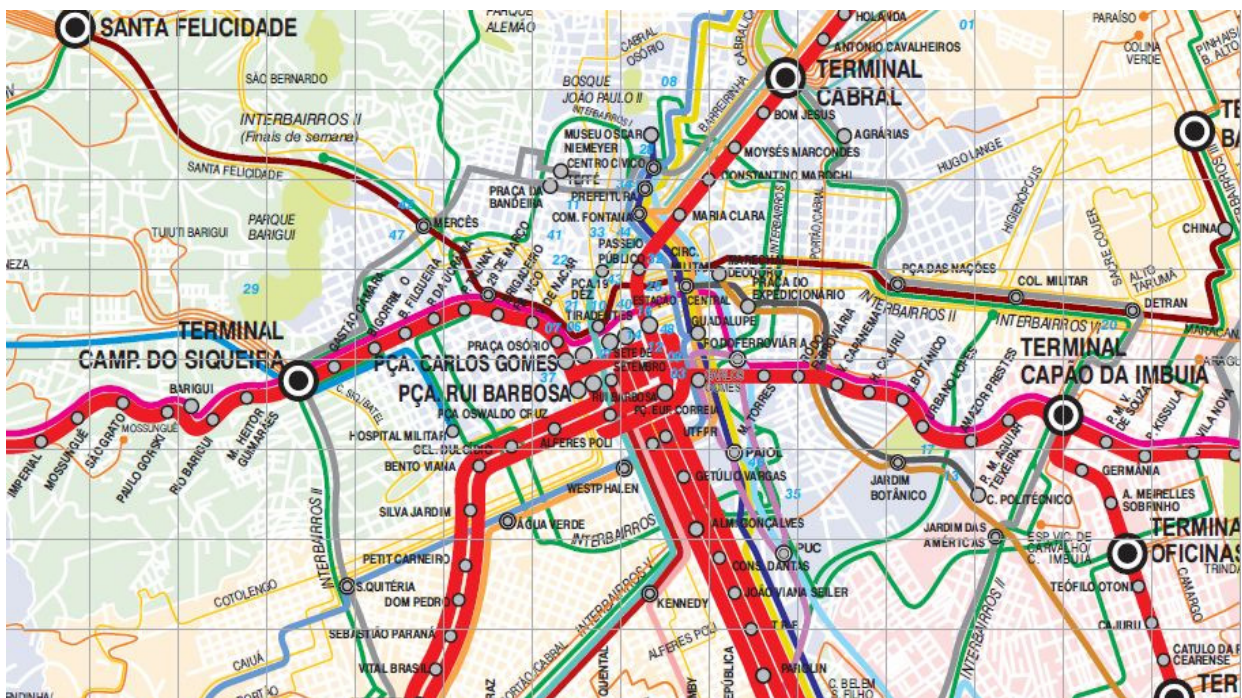


Figura 5.10.: Mapa transporte público região central
(Fonte: IPPUC, 2011)

Há também, para lazer, a oportunidade de usar a Linha Turismo em Curitiba que é feita por ônibus especialmente utilizado para passeio, percorrendo 25 pontos turísticos da cidade. A passagem dá direito os usuários de realizarem 1 embarque e 4 reembarques durante o passeio, ficando a critério os pontos turísticos que se deseja conhecer. Em 2008 foi lançado ônibus doubledecker, que em um ano aumentou em 45% o fluxo de usuários desta linha, de 357.519 para 520.163 usuários (SETU, 2009).



Figura 5.11.: Linha turismo
(Fonte: IPPUC, 2011)

5.2.2. Serviços e atrativos no entorno imediato

Como já foi dito, a região central concentra grande parte das atividades culturais da cidade. O sítio, localizado na rua Barão do Rio Branco, tem em seu entorno imediato muito comércio, serviços de alimentação e habitação transitória - a maioria de baixa qualidade; alguns núcleos residenciais e como principais pontos referenciais o Shopping Estação e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Falta na região áreas de estar e convivência, apesar da existência da praça Eufrásio Correia, não ocorre a apropriação do espaço, tornando-o subutilizado.

Num raio um pouco maior de abrangência, no entanto, há diversos focos de atividades, que os viajantes podem realizar. A começar pelo Rebouças, bairro que no período da estrada se desenvolveu como zona industrial, hoje procura incorporar um caráter cultural na região. Nele se destaca o antigo Moinho Rebouças, atualmente sede da Fundação Cultural de Curitiba e diversos bares, parte integrante das indústrias de bebidas da região. No São Francisco está o Setor Especial Histórico de Curitiba, onde alguns exemplares históricos passaram pelo processo de reciclagem e agora fazem parte do círculo vinculado a museus, escolas de arte e música, casas de apresentações; que utilizam a arquitetura como documento social e histórico, de desenvolvimento e estímulo a arte. Nele estão teatros, bares e muses, formando eixos culturais e de lazer, como a Rua São Francisco até a rua Kellers, onde nos domingos há a Feira do Largo da Ordem; e a rua Treze de Maio, composta por vários teatros.

Assim como o último bairro citado, o Centro possui exemplos isolados e eixos de interesse de interesse histórico. Os principais trajetos de importância patrimonial, são a rua XV de Novembro, rua comercial mais popular da cidade, e a Barão do Rio Branco – Riachuelo, também comercial, recentemente revitalizada por um programa da Prefeitura de Curitiba. Pontualmente, o bairro é agraciado por edifícios tombados, alguns reciclados, que abrigam funções culturais, como por exemplo: o Solar do Barão; o Paço da Liberdade; o Museu de Imagem e Som, atualmente em reforma; Casa Betega, de Vila Nova Artigas; Teatro Guaíra; Biblioteca Pública do Paraná, entre outros.

5.3. O Edifício Existente

5.3.1. Histórico

Angelo Tassi, junto de sua esposa, Angela Puglia, imigrantes italianos vindos de Mantova, compraram um terreno esquina com as ruas Liberdade, a atual Rua Barão do Rio Branco, e a Sete de Setembro, onde contruíram uma casa, a princípio térrea, usando a frente como uma pequena venda. Localizada em frente ao prédio da Estação Ferroviária e da futura praça Eufrásio Correia, tinham como frequentadores assíduos, os passageiros que chegavam na Estação e os carroceiros.



Figura 5.13.: Hotel Estrada de Ferro
(Fonte: Teixeira, 1991)

Inicialmente, no estabelecimento, eram servidos petiscos, que passaram a ser refeições. Devido a demanda, as instalações foram ampliadas, abrindo em 1900,

o Hotel Estrada de Ferro. Mais tarde, o edifício sofreu duas reformas e ampliações, e tomando sua forma definitiva, com dois pavimentos, passando a se chamar Hotel Tassi (TEIXEIRA, 1991).



Figura 5.14.: Casal Tassi e filipeta Hotel Tassi
(Fonte: Teixeira, 1991)

“Funcionando como cartão de visitas da cidade, para os passageiros que ali desembarcavam e que ao saírem da estação pousavam os olhos na praça Euphrásio e no conjunto arquitetônico que a rodeava, o Hotel Tassi, representava não só a possibilidade de repouso, mas a certeza do acolhimento” (TEIXEIRA, 1991, pág. 30)

O desenvolvimento das estradas de rodagem reduziu a importância da ferrovia, e com a diminuição do seu movimento, a rotatividade do hotel caiu. Em 1942, o hotel foi alugado e passou a se chamar Hotel Continental. Na década de 60, os herdeiros decidiram vender a propriedade, que desde então permanece fechada.

Em julho de 1985, o conjunto de sobrados da Barão do Rio Branco, do qual o antigo hotel faz parte, foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (LYRA, 2006).

5.3.2. O edifício

Edificação de esquina, sem recuo e colada a uma das divisas laterais, o antigo Hotel Tassi é o mais extenso do conjunto de sobrados tombados no entorno da praça Eufrásio Correa. De acordo com LYRA (2006), de estilo eclético, possui como principais adornos, cornijas em massa, aberturas adornadas por balaústres da platibanda e ressaltos sobrepostos aos vãos. O ecletismo, nas palavras de Silva, citado por SUTIL (2009), é uma corrente cultural, trazida pelos imigrantes, caracterizada pela reutilização, mais ou menos livre, do vocábulo formal de estilos do passado (figura 5.16)¹.



Figura 5.15.: Edifício em estilo eclético
(Fonte: Teixeira, 1991)

Além da situação cronológica, um dos elementos pelos quais podem classificá-lo como eclética é pelo uso de platibandas, possível, de acordo com REIS (1987), pela integração do país no mercado mundial e a abertura dos portos, pois

¹ SILVA, Geraldo. **Arquitetura eclética em Pernambuco**. In: FABRIS. P. 180.

possibilitou a importação de equipamentos, por exemplo, condutores ou calhas que substituiu os beirais por platibandas.

O interior do hotel, é narrado por Milena Angela Tassi, transcrita por TEIXEIRA (1991), a partir das suas lembranças de infância. Por ela é possível perceber a espacialidade do hotel e o refinamento dos seus detalhes. A começar pela entrada, que possui porta dupla com vidros bisotê, uma sempre mantida aberta e a outra de vai e vem, e ao lado esquerdo a recepção, com o escritório localizado logo atrás. Nesse hall de entrada haviam uma mesa e cadeiras de descanso, na frente, a escada de mármore branco, que levava ao primeiro andar onde estavam os dormitórios. Ao lado da escadaria principal, à esquerda, havia um acesso ao lavabo, e a direita o acesso ao salão do café, cujas janelas abria para a avenida Sete de Setembro. As paredes e tetos eram decorados com gesso e a pintura com desenhos coloridos, que na época, era chamada de “chapeada” (TEIXEIRA, 1991).

À esquerda do hall e da escadaria central, portas de imbuia com almofadas entalhadas e envidraçadas com vidro bisotê davam acesso ao jardim de inverno. O teto era todo de vidro martelado com uma tela de proteção na parte externa. O piso de ladrilho hidráulico possuía desenhos que formavam rosetas em tons de cinza e branco. No jardim de inverno havia mesas e poltronas de junco

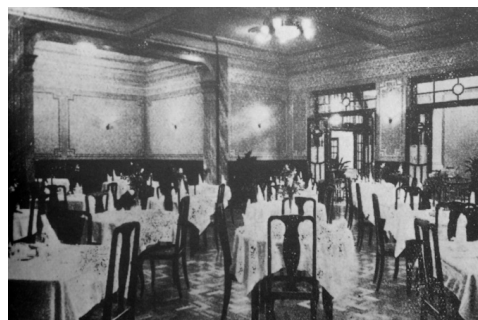


Figura 5.16.: Ambientes internos
(Fonte: Teixeira, 1991)

para a leitura de jornais, um piano e folhagens em colunas de madeira. Contíguo ao jardim de inverno, havia o salão de jantar, com piso e em tacos de imbuia. A metade inferior da parede também era revestida de lambris de imbuia. Além da imbuia, as paredes recebiam pintura chapeda e decorações em gesso (TEIXEIRA, 1991).

Ainda de acordo com a transcrição feita por TEIXEIRA (1991), no primeiro e segundo andares ficavam os quartos, dos quais os melhores eram os que tinham sacada e eram voltados para a praça Eufrásio Correia. Havia no quarto um campainha para chamar a camareira, e quando acionada, repercutia na sala dos empregados, num dispositivo quadrado com o número dos quartos. Os banheiros eram separados dos quartos, e os banhos eram preparados pelas camareiras.

Havia duas cozinhas, uma do restaurante e uma pequena ao lado do café, para o preparo do café da manhã. Do salão de jantar para a cozinha, havia um armário que servia de biombo, por onde os garçons transitavam. Junto da cozinha do salão de café, havia uma despensa, onde eram armazenados os mantimentos, marmeladas, compotas e molhos de tomate, elaborados do plantio da chácara da família Tassi, no Cabral. No porão armazenava-se o vinho, chegado da Europa, que era engarrafado e etiquetado no próprio hotel. Ali havia também a câmara escura de fotografia de João Tassi, com as cubas de revelação (TEIXEIRA, 1991).

5.3.3. Diagnóstico do estado atual

De acordo com PARANÁ (2006), o principal motivo do estado de deterioração, além do incêndio que aconteceu quando o edifício já estava fechado, se dá por causa da ausência de cobertura. As fachadas estão inteiras, apesar de áreas no reboco estarem danificadas pela ação do tempo e restar poucas esquadrias originais; ainda, na fachada da Av. Sete de Setembro, houve um recalque da estrutura, a fundação cedeu no lado direito da volumetria, gerando fissuras e um deslocamento vertical. As paredes de estuque ruíram e também algumas de alvenaria dos andares superiores.



Figura 5.17.: Elevação rua Barão do Rio Branco
(Fonte: autora)



Figura 5.18.: Elevação av. Sete de Setembro
(Fonte: autora)

O desgaste do edifício, acontece além do envelhecimento natural dos materiais, pelo abandono e suas principais consequências. Com a falta de cobertura, causada pelo incêndio, manifestações patológicas também aceleram o processo de degradação da construção. A seguir será especificado o estado atual do antigo Hotel Tassi, baseado no diagnóstico de SAVI (2009).

5.3.3.1. Alvenarias de tijolos auto-portantes

As paredes externas da edificação e também as divisórias internas do primeiro pavimento são em alvenaria tradicional de bloco cerâmico maciço e argamassa. Elas recebem as cargas de esforços da cobertura e dos pavimentos superiores.

DEGRADAÇÕES	CAUSAS
Perda de partes de alvenaria	Falta de cobertura
Proliferação biológica	Pontos de acúmulo de água e sujeira
Estrutura com trincas, desprendimento de reboco e emboço	Infiltração de águas pluviais por percolação e por incidência direta
Eflorescências e bolor	Umidade constante
Pichações depredações	Vandalismo



Figura 5.19.: Estado atual
(Fonte: Secretaria da Cultura)

5.3.3.2. Paredes de estuque

No segundo e terceiro pavimentos, as paredes foram levantadas com a técnica construtiva de estuque, que utiliza argamassa feita de gesso ou cal, areia fina ou pó de mármore, revestindo, neste caso, um ripado de madeira.

DEGRADAÇÕES	CAUSAS
Colapso de paredes, principalmente no segundo e terceiro pavimento	Incêndio
Descoloração e descascamento	Infiltração
Eflorescência	Umidade
Biodegradação	Ataque biológico

5.3.3.3. Cobertura

Toda estrutura de madeira foi consumida pelo fogo, restando hoje testemunhos do madeiramento original nos oitões e platibandas nas alvenarias das fachadas, que permitiu a identificação do sistema construtivo original da cobertura. No trecho do edifício com dois pavimentos, a cobertura era de três águas, e no com três pavimento, com duas, sendo as telhas do tipo francesas.

A cobertura do jardim de inverno, também perdida devido ao incêndio, era de vidro martelado, duas águas, com uma tela de proteção na parte externa.



Figura 5.21.: Estado atual - cobertura
(Fonte: Secretaria da Cultura)



Figura 5.20.: Estado atual - cobertura
(Fonte: Secretaria da Cultura)

5.3.3.4. Esquadrias

As esquadrias internas e externas são de madeira entalhada, mas de todas as existentes, poucas sobreviveram o incêndio. Inicialmente as fachadas não possuíam janelas, apenas grandes portas que abriam para rua, após as reformas e a alteração de uso, as configuração das esquadrias se modificam. No pavimento térreo, algumas portas transformam-se em janelas, e o acesso principal se dá pela rua Barão do Rio Branco. Em uma reforma posterior, duas janelas foram suprimidas para dar lugar a uma porta mais larga, que permanece até hoje. Ao ser construído mais um pavimento, a fachada ganha uma sequência de esquadrias, que intercala duas janelas com balcão francês de gradil metálico, e duas sem. Na parte composta por três pavimentos existem apenas janelas. Os vãos onde não há mais esquadrias foi fechado com alvenaria de tijolos.

DEGRADAÇÕES

O madeiramento que resistiu

CAUSAS

Umidade e perda da pintura



Figura 5.22.: Estado atual - esquadrias
(Fonte: Secretaria da Cultura)

5.3.3.5. Piso

Haviam dois tipo de piso predominantes na edificação, o taco de madeira, no térreo, segundo e terceiro pavimento; e o ladrilho hidráulico, usado apenas no térreo. Do piso em madeira, restou apenas algumas vigas do barroamento, comprometidas pelo fogo e posteriormente pela umidade e biodegradação. O ladrilho hidráulico ainda pode ser encontrado, mas bastante prejudicado.



Figura 5.23.: Estado atual - piso
(Fonte: Secretaria da Cultura)

5.3.3.6. Forro

Os forros eram principalmente de madeira e em alguns ambientes, como o salão de jantar, apresentavam elementos decorativos em gesso. Como grande parte do edifício, os forros não resistiram aos efeitos do incêndio.

5.3.4. Levantamento arquitetônico

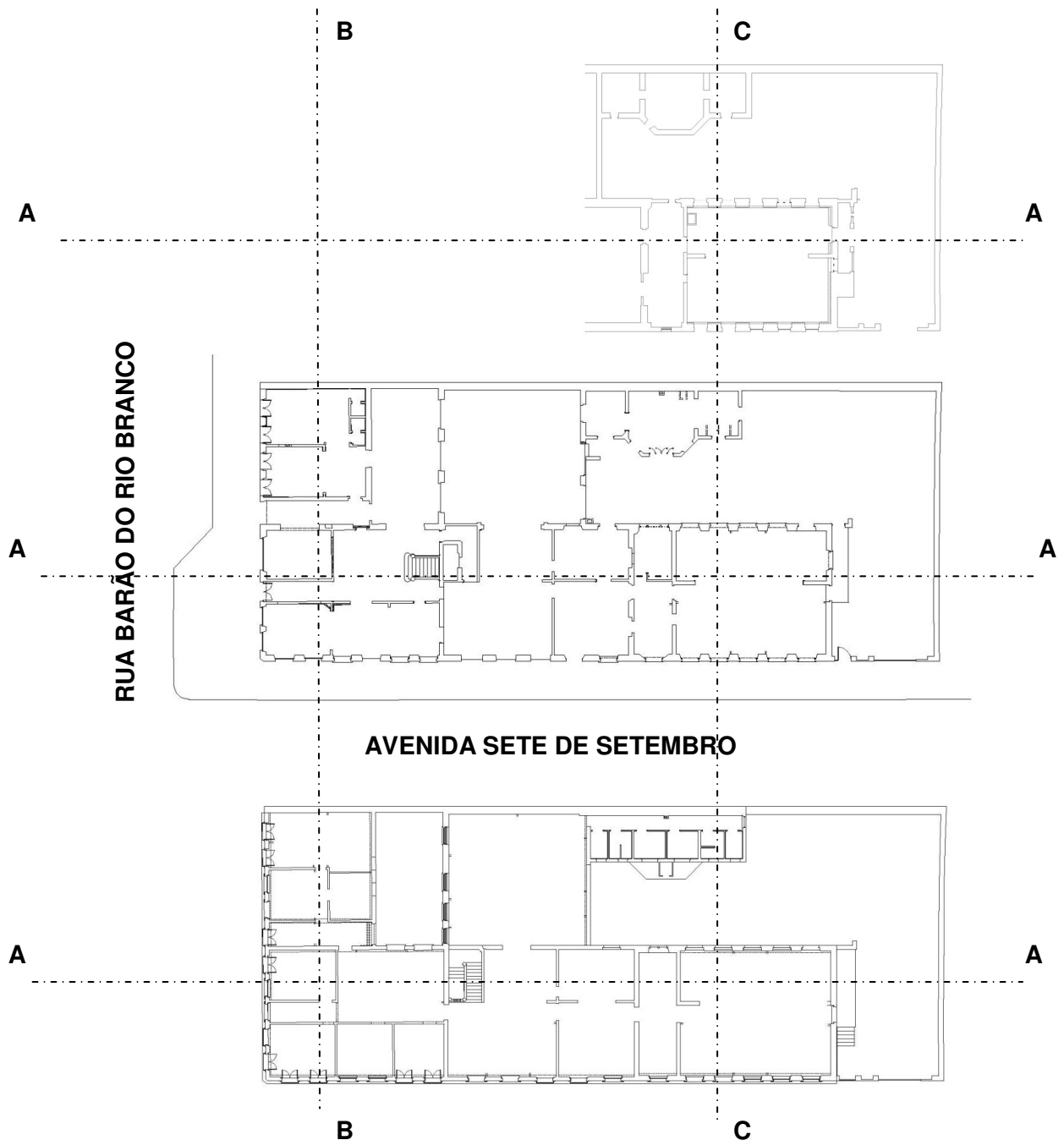


Figura 5.24.: Subsolo, térreo e 2º pavimento
(Fonte: Secretaria da Cultura)

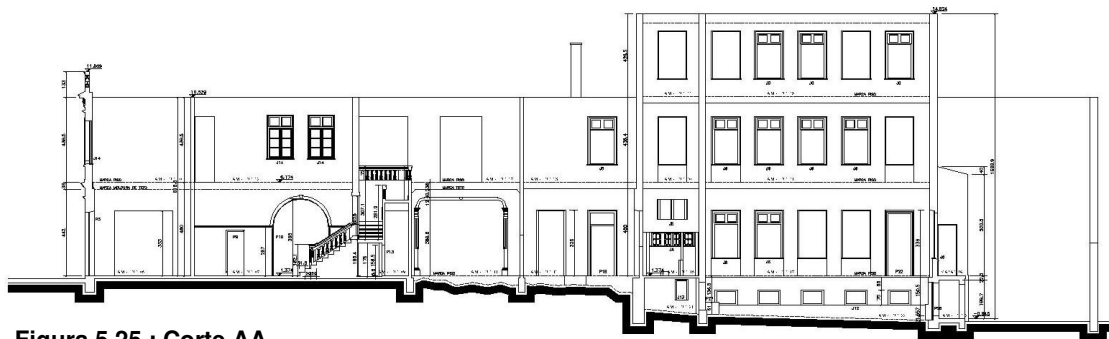


Figura 5.25.: Corte AA
(Fonte: Secretaria da Cultura)



Figura 5.26.: Corte BB
(Fonte: Secretaria da Cultura)

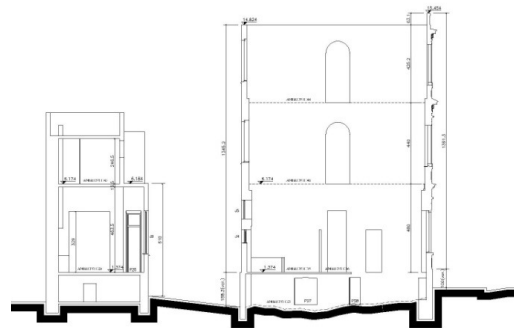


Figura 5.27.: Corte CC
(Fonte: Secretaria da Cultura)

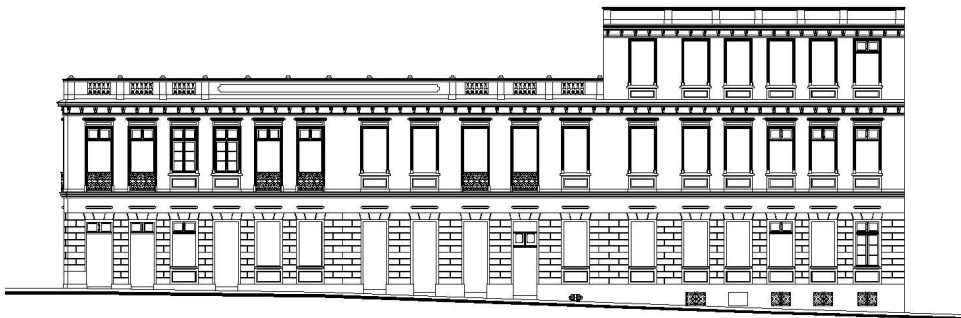


Figura 5.28.: Elevação avenida Sete de Setembro
(Fonte: Secretaria da Cultura)



Figura 5.29.: Elevação rua Barão do Rio Branco
(Fonte: Secretaria da Cultura)

METODOLOGIA DE PROJETO



6. METODOLOGIA DE PROJETO

Com base nas questões levantadas nos capítulos anteriores, sobre a importância do patrimônio; conceituação do que é um hostel, o que prega, suas necessidades e os usuários e quais são as potencialidades e deficiências do prédio existente, este capítulo apresentará as diretrizes do projeto a ser elaborado na próxima etapa. Elas se basearão: em critérios para uma boa adaptação de um edifício antigo a um novo uso; nas restrições legislativas e normas da ABNT; na execução de programa, que atenda às necessidades de um hostel; e em diretrizes conceituais de projeto.

6.1. Intervenção em Edifício Existente

Novos elementos arquitetônicos inseridos em um objeto existente estabelecem novas relações de percepções do próprio monumento e entorno. De acordo com BRAGA (2003) e SUZUKI (2011a), há diferentes tipos de intervenção em objetos existentes, que podem ser classificados como:

- **Conservação:** compreende uma série de medidas de baixa complexidade que serão utilizadas quando o estado atual está muito próximo ao estado original,
- **Restauração:** se faz necessária quando há distância entre o estado original e o atual, tem como objetivo retornar as características originais da obra, preenche e reintegra lacunas, recompondo uma imagem.
- **Consolidação:** quando as alterações na obra em questão se tornam mais importantes que o estado original, mantém-se as modificações, como por exemplo as ruínas.
- **Reconstituição:** é conhecido também como anastilose, e caracteriza-se pela recomposição de uma obra a partir de seus fragmentos originais.
- **Revitalização:** utilizado tanto para arquitetura, como para o urbanismo, tem como objetivo “dar nova vida”, mantendo ou melhorando a função existente.
- **Reforma:** são modificações no objeto, sem estar necessariamente ligada à restauração, pois não há comprometimento com a conservação do bem.

- Reciclagem: ou retrofit, busca adaptar espaços preexistentes para abrigar funções diferentes para as quais eles foram projetados ou contruídos, mas respeitando as marcas características originais.

6.1.1. Reciclagem

Nesse tipo de intervenção, a definição do novo uso deve ser criteriosa. Deve-se atentar para a vocação e as limitações dos espaços antigos. Introduzir um novo uso que não se harmonize com essas características é fadar o bem à degradação acelerada (BRAGA, 2003). Para LA PASTINA FILHO (1989), os programas arquitetônicos são definidos para responder às necessidade de espaços abrigados e racionalmente organizados para o desenvolvimento de determinadas atividades humanas. Com a evolução dos usos e costumes, algumas dessas atividades resultam desprovidas de sentido. De outra parte surgem novas necessidades que devem ser quase que imediatamente supridas em termos de espaço.

Apesar de apresentarem a mesma tipologia de uso, o hostel possui peculiaridades que não estavam previstas no programa original do hotel. A reciclagem garantirá a permanência do edifício sem o risco da sua obsolescência, mantendo-o preservado no espaço da cidade. A espacialidade, apesar de não ser a mesma, é compatível, sendo necessárias apenas pequenas modificações.

A boa reciclagem é aquela que respeita a tendência espacial do objeto arquitetônico, buscando, de acordo com CASTRO (2003), a harmonia entre o novo e o antigo, obtendo como resultado relações de partes que formam um todo indivisível. Para a adaptação do edifício ao novo uso, serão observados os critérios de LYRA (19-?), apresentados no capítulo quatro: integração, autenticidade, reversibilidade e qualificação; e os princípios referentes à relação da composição arquitetônica entre as distintas partes, apresentado por GRACIA apud CASTRO (2003). Estes, são:

- Relação de inclusão: o conjunto composto pelas partes da nova arquitetura estão inseridos no edifício antigo.

- Relação de intersecção: o edifício novo e antigo compartilham partes, mas cada um dos dois elementos mantém sua identidade e definição como espaço.
- Relação de exclusão: inexistem pontos em comum entre o novo e o antigo.

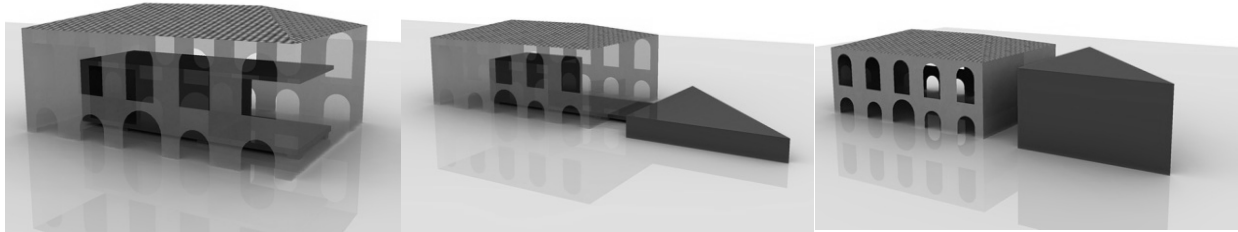


Figura 6.1.: Relação entre novo e antigo
(Fonte: Castro, 2003)

Ainda em relação à composição formal resultante da intervenção sobre o objeto preexistente, de acordo com CASTRO (2003), há princípios, segundo a teoria da Gestalt, de percepção da forma:

- Segregação e unificação: as forças de unificação agem a favor da igualdade de estimulação enquanto a de segregação distingue a porção nova da existente. A distinção de acréscimos é essencial na intervenção de bens preexistentes, por possibilitar a leitura do que é novo e antigo.
- Proximidade e semelhança: a busca pela configuração de conjuntos dentro de uma obra de reciclagem estabelece a organização formal dos novos elementos inseridos, a fim de não criar sobreposição das linguagens utilizadas. A semelhança ou a proximidade entre estes novos elementos podem facilitar a distinção do que é novo e o que é antigo na leitura da obra, conferindo clareza, unidade e equilíbrio ao conjunto.
- Clareza: é uma categoria conceitual de técnica de apreensão visual, que possibilita a decodificação e compreensão imediata do todo.
- Contraste: uma das categorias conceituais de compreensão formal mais importantes no tema da reciclagem de edifícios antigos. Utilizado como estratégia visual que aguça o significado das partes, o contraste se opõe à tendência do equilíbrio, atraindo a

atenção para o novo. Ele pode ser trabalhado nos elementos da composição dados pelas linhas, texturas, cores, contornos, ritmo, proporção e escala.



Figura 6.2.: Relação de contraste
(Fonte: Além da moda)

6.2. Legislação e Normas Técnicas

6.2.1. Carta do tombamento

O sobrado número 823, da rua Barão do Rio Branco, foi tombado pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico em 1985, registrado sob inscrição número 85, no livro do tomo II, que reporta ao tombamento do patrimônio histórico. Faz parte do processo 002/85, do tombamento da praça Eufrásio Correia, onde se solicita a averbação do tombamento e restrições para intervenção e uso. Para intervenção restauro e adequação da edificação, deve-se preservar o volume, fachadas, cobertura (já não existente), características originais, permitindo a demolição

da edícula nos fundos do lote. Para uso, discrimina-se o habitacional comercial ou institucional.

870

INSCRIÇÃO N.º 85 PROCESSO N.º 002/85

DESIGNAÇÃO Sobrado situado à Rua Barão do Rio Branco, 823

NATUREZA: Arquitetura civil

CARÁTER DA INSCRIÇÃO: compulsório

MUNICÍPIO: Curitiba

LOCALIDADE: Curitiba

LOGRADOURO: Rua Barão do Rio Branco, 823

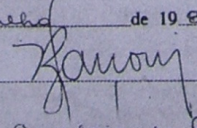
PROPRIETÁRIO: Slavina e Filhos S.A. Ind. e Com. de Madeira

ENDEREÇO: Rua Comendador Araújo, 232 Curitiba Pr

CARACTERÍSTICAS: Sobrado em alvenaria de tijolos com cobertura em madeira e telha francesa. Arquitetura eclética. Construído por imigrantes italianos, foi um dos mais antigos hotéis que surgiram na rua da Liberdade, atual Rua Barão do Rio Branco. Conforme fotografia da época, em 1904 o Hotel no térreo, ampliado em 1910 para dois pavimentos.

OBSERVAÇÕES: Ver restrição de uso e delimitação da autarquia no processo 002/85 - CPHA. Tombamento aprovado pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico em reunião realizada no dia 04 de julho de 1985.

INSCRITO EM 12 de julho de 1985

Assinatura: 

Cargo: Chefe da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico.

Figura 6.3.: Página do livro do tomo
(Fonte: Secretaria da Cultura)

6.2.2. Lei nº 9800/2000 - Legislação Municipal de Zoneamento

Com objetivo de proteger e preservar o Patrimônio cultural, natural e ambiental em Curitiba, o artigo 43 do capítulo VI prevê condição especial de ocupação, ou autorizado pelo órgão competente, a transferência a terceiros do potencial construtivo permitido no imóvel.

6.2.3. Decreto nº 212/2007 – Regulamentação de Edificações do Município de Curitiba

O Decreto nº 212/2007 orienta, por classificação de uso - prescrita no Decreto nº 183/2000, a elaboração do projeto de edificações, através de normas e decretos a serem seguidos. O termo albergue aparece na classificação de uso institucional, caracterizado por: “edificação destinada a assistência social, onde se abrigam estudantes, crianças, idosos e necessitados”(PREFEITURA DE CURITIBA, 2011c). A descrição, no entanto, não confere com o uso pretendido, a classificação usada será a de habitação transitória, que é: “edificação com unidades habitacionais destinadas ao uso transitório, onde se recebem hóspedes”(PREFEITURA DE CURITIBA, 2011c).

6.2.4. Decreto nº 28/2000 - Sobre o Setor Especial Eixo Barão-Riachelo e dá outras providências

Considerando a necessidade de preservar o patrimônio cultural edificado nas ruas Barão do Rio Branco e Riachuelo e o interesse em manter a uniformidade da paisagem urbana, considerando a necessidade de normatizar as condições de ocupação e uso do solo para a revitalização e valorização do trecho histórico.

Os projetos e obras desenvolvidos no Setor Especial, de iniciativa privada e pública, deverão ser previamente submetidos à comissão de avaliação do Patrimônio Cultural – CAPC, ouvido o IPPUC, e quando se tratar de bem tombado pelo Estado ou pela União, deverão também ser consultados os órgão competentes daquelas instâncias governamentais.

6.2.5. NBR 9077 – Saídas de emergência em edifícios

A NBR 9077 fixa condições que as edificações devem possuir a fim de que, no caso de incêndios, as pessoas possam abandoná-la de forma segura e permitir fácil acesso de auxílio externo para combate ao fogo e a retirada da população. Elas são classificadas quanto à ocupação e quanto à altura, dimensões em planta e características construtivas.

6.2.6. NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

Serão atendidos, no processo de reciclagem, critérios e parâmetros técnicos quanto às condições de acessibilidade, considerando diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, nos quesitos de referências antropométricas, comunicação e sinalização, acessos e circulação, equipamentos e mobiliário. Mais especificamente no caso de bens tombados, a norma diz que:

“Todos os projetos de adaptação para acessibilidade de bens tombados devem obedecer às condições descritas nesta norma, porém atendendo aos critérios específicos a serem aprovados pelos órgãos do patrimônio histórico e cultural competentes (NBR 09050, 2011).



Figura 6.4.: Símbolos internacionais de pessoas com deficiência
(Fonte: NBR 9050)

6.3. Programa de necessidades

O programa de necessidades foi baseado no mínimo exigido para um bom funcionamento de um estabelecimento e atendendo às normas estabelecidas pela FBAJ, explicitadas no tópico 3.4.3.1. Ambientes internos, do capítulo 3. Não serão calculadas as áreas de circulação, pois elas dependem da configuração dos cômodos. No entanto atenderão o mínimo estipulado pelo decreto nº 212/2007, assim como o restante das áreas.

- Área de hospedagem

Foi considerado para cálculo da estimativa de área, o mínimo o recomendado pelas normas da FBJA, sendo: 3,5m² por leito. Os quartos de casal, de família e para portadores de necessidades especiais possuirão instalações sanitárias individuais. Os dormitórios deverão possuir cama ou beliche com escada lateral, armário que caiba uma mochila, cesta de lixo, cabideiro e ponto de luz individual por leito. Para viabilização do empreendimentos, a FBJA recomenda o mínimo de 40 leitos.

AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA MÍNIMA
Quartos coletivos femininos – 6 leitos	2	21m ²
I.S. coletivo feminino	1	30m ²
Quartos coletivos masculino – 6 leitos	2	21m ²
I.S. coletivo masculino	1	30m ²
Quartos de casal – 2 leitos	4	8m ²
I.S. privativo de casal	4	4m ²
Quarto de família – 4 leitos	2	15m ²
I.S. privativo de família	2	4m ²
I.S. coletivo para PNE	1	6m ²
Rouparia	1	4m ²

- Áreas sociais

Um das principais diferenças dos hostels com os hotéis convencionais são os cômodos destinados à convivência. No primeiro grupo, as áreas sociais são valorizadas afim de proporcionar contato e troca de experiências entre hóspedes. Além disso, existem ambientes de uso compartilhado, o que não acontece usualmente nos meios de hospedagem hoteleiro.

Propõe-se também a instalação de café ou bar de pequeno porte, que atenda um público externo, com funcionamento independente, mas com administração em conjunto com o hostel. Pretende-se com ele instigar o uso e a apropriação do espaço da praça Eufrásio Correia, questão já proposta em projetos de revitalização do trecho Barão do Rio Branco-Riachuelo, feitos pelo IPPUC.

AMBIENTE	ÁREA MÍNIMA
Entrada principal	10m ²
Área de estar – área de convívio, espaço para internet, sala de tv	80m ²
Bar / Restaurante	200m ²
Administração – recepção	80m ²
Área comercial – bombonnière, jornais e revistas, souvenirs, tabacaria	8m ²
Sanitários	14m ²
Cozinha e copa de uso compartilhado	15m ²
Lavanderia de uso compartilhado	3m ²

- Áreas administrativas

AMBIENTE	ÁREA MÍNIMA
Gerência	6m ²
Setores administrativos – secretaria, contabilidade, recursos humanos, marketing – uso do bar/restaurante e hostel	15m ²
Sanitários – feminino e masculino	8m ²
Almoxarifado	3m ²

- Áreas de serviço

AMBIENTE	ÁREA MÍNIMA
Instalações para funcionários – vestiários feminino e masculino, refeitório, controle, rouparia (uniformes) – bar/restaurante e hostel	80m ²
Áreas de recebimento – descarga de gêneros alimentícios e produtos de uso do hostel e do bar/restaurante, controle, áreas de armazenamento	10m ²
Área de triagem – triagem de gêneros alimentícios, controle, lixo	35m ²
Almoxarifado – controle, materiais de limpeza, materiais de consumo dos hóspedes	10m ²
Área de alimento e bebidas – cozinha, depósitos e despensas – uso do bar/restaurante	200m ²

- Áreas de equipamentos

AMBIENTE	ÁREA MÍNIMA
Central de água gelada e caldeiras	2m ²
Casa de máquinas	3m ²
Grupos geradores – subestação elétrica	2m ²
Central de gás	2m ²
Reservatórios de água	8m ²

- Áreas totais

Conforme a guia amarela, emitida pela PREFEITURA DE CURITIBA (2011), a área total do lote é de 1.057,70m². Os parâmetros construtivos não foram definidos por se tratar de bem tombado, que para sua aprovação dependem de consultas à CPHA/SEEC, o IPPUC e a CAPC. No entanto, o total da estimativa de áreas deve ser compatível com o espaço pretendido. No caso, a edificação existente possui aproximadamente 1.844,71 m², contando o perímetro externo da construção existente no subsolo de 172,32m², térreo de 756,08m², segundo pavimento de 756,08 m² e o terceiro pavimento de 160,23 m². Mesmo considerando que no cálculo

preliminar de áreas não foram calculadas as circulações, pressupõe-se que o programa se encaixe no edifício.

SETOR	ÁREA TOTAL MÍNIMA
Hospedagem	300m ²
Social	410m ²
Administrativo	32m ²
Serviço	335m ²
Equipamentos	17m ²
TOTAL	1.094 m²

6.3.1. Organograma e Fluxograma

O programa foi dividido nos seguintes setores: área de hospedagem, social, administrativo, serviço, equipamento e bar/restaurante. Todos eles serão interligados, funcionando em cada uma das partes atividades mais específicas.

Os setores se distribuirão nos pavimentos do prédio existente. As áreas de hospedagem por precisarem de mais privacidade, ficarão nos pavimentos superiores enquanto as áreas sociais se localizarão no inferior, assim como o administrativo e o serviço. Cada parte do setor de equipamentos deve atender normas específicas, por isso não ficarão agrupados numa só área. Os reservatórios de água serão locados sob as águas da cobertura, por ser a cota de nível mais elevada, e a central de gás deverá possuir acesso direto à áreas abertas. O projeto deverá possuir também mecanismos de captação e áreas para retenção de água pluvial, que necessitam de espaços específicos.

O hostel e o bar/restaurante funcionarão de forma independente, tendo acessos e fluxos separados, mas com a administração, serviços e equipamentos de uso compartilhado.

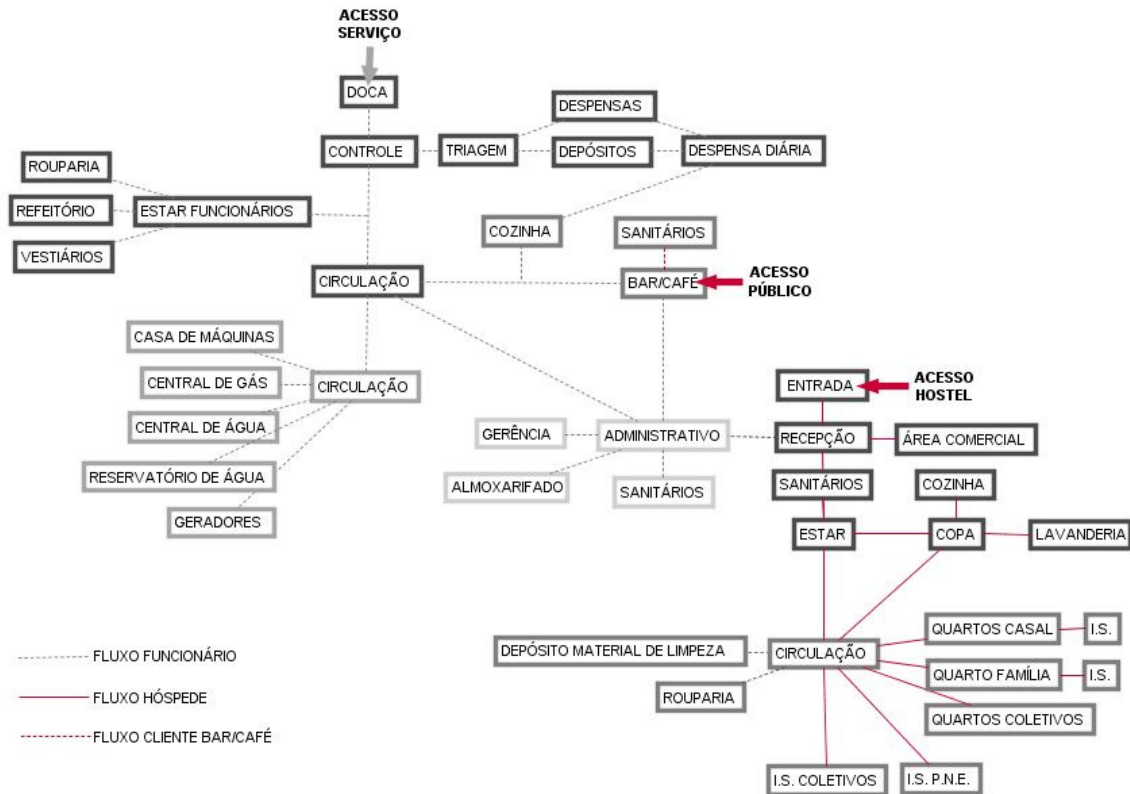


Figura 6.5.: Organograma e fluxograma
(Fonte: autora)

6.4. Diretrizes projetuais

As modificações comportamentais da sociedade exigem de um monumento adaptações para prolongar sua vida útil. A partir disso, as possibilidades projetuais são inúmeras. Como orientação é fundamental o respeito pelas questões levantadas nas cartas patrimoniais, também citadas por LYRA (19-?), a respeito de: integração, autenticidade, reversibilidade e qualificação.

A intervenção, de caráter conservativo, respeitará o conjunto já consolidado. Serão mantidas, conforme o estabelecido no processo de tombamento, a volumetria, a fachada, e suas aberturas, e as características originais do sobrado. O interior, bastante deteriorado, necessitará de maiores intervenções, recuperando a ordenação espacial interna do antigo hotel, conforme as necessidades, sem

descaracterizá-la. No entanto, para completa adequação ao novo uso, serão inseridos elementos visando melhor o funcionamento e aproveitamento dos ambientes.

Como diretriz projetual, tais inserções deverão contrastar com o sobrado existente, como forma de valorizar o passado, mas evidenciando o presente. O contraste será utilizado como estratégia visual para tornar visível as adições e simplificar a comunicação do novo e o antigo, rompendo com as tendências ao equilíbrio. Ele poderá acontecer pela diferenciação de formas, contraste de tom ou de matizes, ou materiais, como por exemplo o Hotel Andels, antiga fábrica textil, em Podz, Polônia, projeto de Jestico + Whiles.

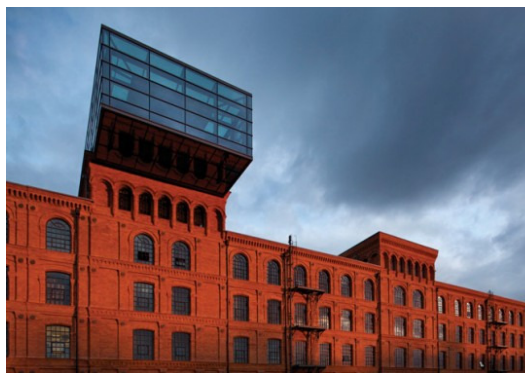
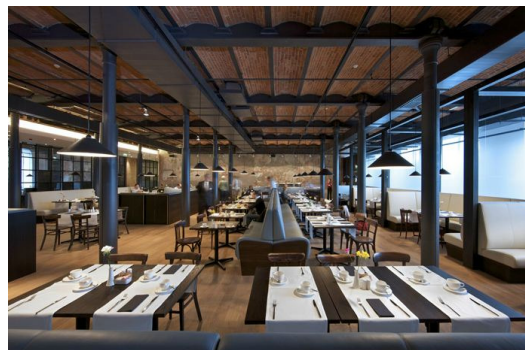
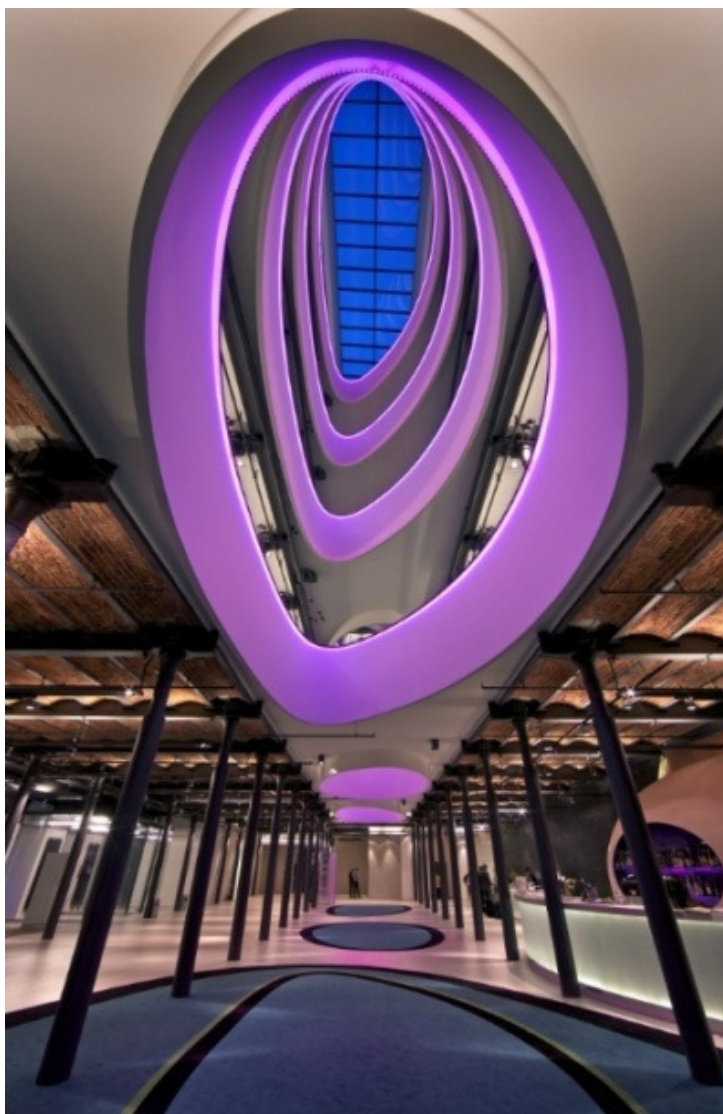


Figura 6.6.: Hotel Andels
(Fonte: Jestico + Whiles, 2011)

REFERÊNCIAS



7. REFERÊNCIAS

24h ARCHITECTURE. **Portfolio**. Disponível em: <<http://www.24h-architecture.com/portfolio/24H-leisure.pdf>>. Acesso em: 31.mai.2011.

ALMEIDA, Regina Araújo de. **Aprendiz de lazer e turismo**. São Paulo: IPSIS, 2007.

ANDRADE, Emmanuel Vitor Carreira. **Espaço para teatro londrinense: intervenção arquitetônica nos barracões de algodão e café da família Sahão**. Londrina: Trabalho Final de Graduação, 2003.

ANDRADE, Nelson; BRITO, Paulo Lúcio de; JORGE, Wilson Edson. **Hotel: planejamento e projeto**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009.

APAJ. Associação Paranaense de Albergues da Juventude. Disponível em: <<http://www.alberguespr.com.br/template.php?page=alb/parana.php>>. Acesso em: 29.mai.2011

ARTHITECTURAL. **Matali Crasset | HI matic**. Disponível em: <<http://www.arthitectural.com/matali-crasset-hi-matic/>>. Acesso em: 02.jun.2011.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. São Paulo: Atelie Editorial, 2002.

BRAGA, Márcia (Org.). **Conservação e restauro: arquitetura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. 3ª Edição. São Paulo: Atelier Editorial, 2000.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Sistema Brasileiro de classificação de meios de hospedagem**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/Arquivos/1_CARTILHA_PROCESSO_CLASSIFICAXO.pdf>. Aceso em: 20.mai.2011

CASTRO, Cleusa de. **Permanências, transformações e simultaneidades em arquitetura**. Curitiba: Dissertação de Mestrado – PUCPR, 2003.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

COELHO, Olinio G. P. **Do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: 1992.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001)

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Legislação Municipal de Zoneamento**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/legislacao-zoneamento-smu-secretaria-municipal-do-urbanismo/220>>. Acesso em 02.maio.2011b.

_____. **Regulamentação de Edificações do Município de Curitiba – Decreto no212/2007**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/legislacao-smu-smu-secretaria-municipal-do-urbanismo/211>>. Acesso em 02.maio.2011c.

DOVRAK, Max. **Catecismo da preservação de monumentos**. Atelier Editorial, 2008.

EMBRATUR. Ministério do Turismo. Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/>. Acesso em: 20.maio.2011

FBAJ. Federação Internacional dos Albergues da Juventude. Disponível em: <<http://www.hostel.org.br> >. Acesso em: 29.maio.2011

GIARETTA, Maria José. **Turismo da Juventude**. São Paulo: Manoel, 2003.

_____. **Manual de abertura e operações dos albergues da juventude**. São Paulo: [s.n.], 2006

IEPHA. **Sobre a política de proteção do patrimônio cultural**. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/sobre-a-politica-de-protecao-do-patrimonio-cultural>>. Acesso em 03.maio.2011.

INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO. **Fluxo de turistas em Curitiba**. Disponível em: <

<http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/Fluxo%20de%20Turistas%20em%20Curitiba.pdf>>.
Acesso em: 03.jun.2011a.

_____. **Pontos turísticos.** Disponível em: <
<http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/>>. Acesso em: 25.maio.2011b.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais.** Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=457C5195941F4A27982A9DFDC3616DBB?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>>.
Acesso em: 09.abr.2011c.

_____. **O que é Tombamento.** Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 2010.

_____. **Patrimônio cultural: patrimônio imaterial.** Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=DFA7AB6C6E49450CF4B1EBE01D836AAB?id=10852&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 08.abr.2011a.

_____. **Patrimônio cultural: patrimônio material.** Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=DFA7AB6C6E49450CF4B1EBE01D836AAB?id=12297&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 08.abr.2011b.

IPPUC. **Curitiba em dados.** Disponível em: <
http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp>. Acesso em: 01.jun.2011a.

_____. **Hotel Johnscher (acervo).** Curitiba: 199?.

_____. **Indicadores de desenvolvimento de Curitiba: Turismo e animação.**
Disponível em:
<http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/2008_Indicadores%20-%20Turismo.pdf>. Acesso em: 01.jun.2011b.

_____. **Motivo da viagem dos turistas em visita a Curitiba.** Disponível em:
<http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_Dados_Pesquisa_1.asp?Par=1&N1=4&N2=24&N3=3&anter=Turista>. Acesso em: 01.jun.2011c.

_____. **Patrimônio Histórico.** Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/ippucweb/sasi/home/>>. Acesso em: 21.abril.2011d.

KERSTEN, Márcia S. de A. **Os rituais do tombamento e a escrita da história.** Curitiba: Editora UFPR, 2000.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Viollet-le-Duc e o Verbetes Restauração.* In: **Restauração.** São Paulo: Atelie Editorial, 2000.

LA PASTINA FILHO, José. **Inventário cultural.** In: Palestra proferida na Secretaria da Cultura do Estado do Paraná. Curitiba: 22 de abr. 1993.

_____. **Política Oficial de Preservação.** In: I Ciclo de Estudos – Política, Patrimônio e Modernidade. Curitiba: 18 a 20.out.1989.

_____. **Reciclagem e restauração.** In: apresentação aos alunos do curso de arquitetura da PUC. Curitiba, 27.out.1989.

LAWSON, Fred. **Hotéis & resorts: planejamento, projeto e reforma.** Porto Alegre : Bookman, 2003.

LE DUC, Eugene E. Viollet. **Restauração.** São Paulo: Atelie Editorial, 2000.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

LISBON CALLING HOSTEL. Disponível em: <<http://www.lisboncalling.net/>>. Acesso em: 02.jun.2011.

LYRA, Cyro Corrêa O. **Espiraís do tempo: bens tombados do Paraná.** Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura, 2006.

_____. **Casa vazia, ruína anuncia.** Curitiba: [s.n.], 19-?.

MONTEJANO, Jordi Montaner. **Estrutura do mercado turístico.** São Paulo: Roca, 2001.

NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

NBR 9077. **Saídas de emergência em edifícios**. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

NOUVEL, Jean. **The Hotel**. Disponível em: <<http://www.jeannouvel.com/english/preloader.html>>. Acesso em: 26.maio.2011

OOPS PARIS. Disponível em: <http://www.oops-paris.com/pt_hotel.htm>. Acesso em: 31.maio.2011.

PARANÁ. Secretaria da Cultura do Paraná. **Projeto de restauro do imóvel tombado pelo patrimônio histórico –sobrado sito à rua Barão do Rio Branco, 823**. Curitiba: 2006

_____. **Projeto de revitalização da praça Eufrásio Correia**. Curitiba: IPPUC, 1985.

PEVSNER, Nikolaus. **A history of buildings types**. New Jersey: Princenton University Press, 1979.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *John Ruskin e as sete lâmpadas d arquitetura: algumas repercussões no Brasil*. In: **A lâmpada da memória**. São Paulo: Atelier Editorial, 2008.

PROJETO DESIGN. **Edificação eclética do início do século 20 é restaurada e modernizada**. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/interiores/planotel-arquitetura-e-humberto-fogassa-hotel-san-15-04-2003.html>>. Acesso em: 20.maio.2011

RAUMZEIT. **Jugendherberge Bremen**. Disponível em: <http://www.raumzeit.org/NewFiles/bremen_04.html>. Acesso em: 08.jun.2011.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

SAVI, Adriane Cordoní. **Escola de design: restauro e revitalização**. Curitiba: Trabalho Final de Graduação, 2009.

SETU. Secretaria do Turismo. **Atrativos Turísticos. Disponível em:** <http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/estatisticas/ATRATIVOS_2009.pdf>.

Acesso em: 03.jun.2011.

_____. **Curitiba: estudo do perfil por tipo de visitante – 2003.** Disponível em: <http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/estatisticas/estat_curitiba_perfil_tipo_visitante_2003.pdf>. Acesso em: 03.jun.2011.

SUTIL, Marcelo. **Arquitetura Eclética de Curitiba: 1880-1930.** Curitiba: Factum Pesquisas Históricas, 2002.

SUZUKI, Juliana H. **Notas de aula (Formas de Intervenção em Edifício Existente).** Curitiba: Disciplina de Patrimônio Histórico, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Paraná, dia 04.maio.2011a.

_____. **Notas de aula (Patrimônio Histórico e Cultural).** Curitiba: Disciplina Patrimônio Histórico, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Paraná, dia 18.maio.2011b.

_____. **Notas de aula (Restauro Científico).** Curitiba: Disciplina de Patrimônio Histórico, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Paraná, dia 15.jun.2011e.

_____. **Notas de aula (Restauro Histórico).** Curitiba: Disciplina de Patrimônio Histórico, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Paraná, dia 08.jun.2011d.

_____. **Notas de aula (Restauro Romântico).** Curitiba: Disciplina de Patrimônio Histórico, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Paraná, dia 01.jun.2011c.

TEIXEIRA, Elisabete Tassi. **Hotel Tassi: o antigo hotel da estação.** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1991.

TRIGO. Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo básico.** São Paulo, SENAC, 2002.

UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/unesco/>>. Acesso em: 03.abril.2011.

7.1. Bibliografia Básica

WHITE, Leslie. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009

RIBEIRO, Olympio Augusto. **Arquitetura: restauração e reciclagem**. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/05.057/1981>>. Acesso em: 31.mar.2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Referências: normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

NEUFERT, Ernst; NEUFERT, Peter. **A arte de projetar em arquitetura**. [s.l.]: Editorial Gustavo Gili, 1998

Martins, Jose Clerton de Oliveira. **Patrimônio cultural e identidade: significado e sentido do lugar turístico**. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=2697>>. Acesso em: 31.mar.2011.

SOMMER, Robert. **Espaço pessoal: as bases comportamentais de projetos e planejamentos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

CHIOZZINE, Daniel. **Turismo cultural e educação patrimonial**. Revista eletrônica do IPHAN. Disponível em:<<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=147>>. Acesso em 20.maio.2011

THE HOTEL. **The hotel**. Disponível em: <http://www.the-hotel.ch/englisch/03_hotel/html/hotelinfo.htm>. Acesso em: 10.jun.2011.

CUSTÓDIO, Gabriella Martins. **Reciclagem do antigo hotel cassino de Foz do Iguaçu – PR**. Londrina: Trabalho Final de Graduação, 2008.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martis Fontes, 1997

RASMUSSEN, Steen Eiler. **Arquitetura Vivenciada**. São Paulo: Martins Fontes, 1986

KOHLER, W. **Psicologia da Gestalt**. Itatiaia. Belo Horizonte, 1980

GOMES Filho, João. **Gestalt do Objeto**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004

**FONTES DE
FIGURAS**



8. FONTES DE FIGURAS

2. PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Figura 2.1.: Colagem – diversidade cultural

Fonte: a autora, 2011

Figura 2.2.: Mario de Andrade

Fonte: <<http://bravonline.abril.com.br/conteudo/literatura/mario-intimo-pessoal-467208.shtml>>. Acesso em: 15.abril.2011.

Figura 2.3.: Viollet Le Duc

Fonte:<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4d/Eugene_viollet_le_duc.jpg>. Acesso em : 15.abril.2011

Figura 2.4.: John Ruskin

Fonte:<http://1.bp.blogspot.com/_OxcmLwS2ydY/THM8IAfnIbl/AAAAAAAAACs/1w3RBYhu1mM/s1600/john_ruskin.jpg>. Acesso em: 15.abril.2011.

Figura 2.5.: Camilo Boito

Fonte: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.086/3049>>. Acesso em: 15.abril.2011.

Figura 2.6.: Cesare Brandi

Fonte: <http://4.bp.blogspot.com/_OxcmLwS2ydY/THM7u9xLQxl/AAAAAAAAACk/ixTE-zVYMzg/s1600/...IICManager_Upload_IMG_Berlino_brandi_2.jpg>. Acesso em: 15.abril.2011.

Figura 2.7.: Entidades Patrimoniais

Fonte: da esquerda para direita – WHC < <http://whc.unesco.org/en/about/>>, ICCROM - <<http://www.iccrom.org/>>, ICOMOS < <http://www.icomos.org.br/>> e IPHAN < iphan.gov.br>. Acesso em: 25.abril.2011

3. MEIOS DE HOSPEDAGEM

Figura 3.1.: Hotel Avenida

Fonte: ANDRADE, Nelson; BRITO, Paulo Lúcio de; JORGE, Wilson Edson. **Hotel: planejamento e projeto**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009.

Figura 3.2.: HI

Fonte: HI. <http://hostelbrasil.files.wordpress.com/2009/07/hostel_.jpg?w=414&h=414>.

Acesso em: 29.maio.2011.

Figura 3.3.: Primeiro albergue - Altena

Fonte: German Missions in the United States.

<http://www.germany.info/contentblob/2616492/Inhaltsbild/418063/JugendherbergeAlt_pic.jpg>. Acesso em: 26.maio.2011.

Figura 3.4.: Fachada Clink Hostel

Fonte: Arthitectural. <<http://www.arthitectural.com/24h-architecture-court-house-hostel/>>. Acesso em: 01.maio.2011.

Figura 3.5.: Corte esquemático

Fonte: 24h. <<http://www.24h-architecture.com/portfolio/24H-leisure.pdf>>. Acesso em: 01.maio.2011.

Figura 3.6.: Esquema de cores

Fonte: 24h. <<http://www.24h-architecture.com/portfolio/24H-leisure.pdf>>. Acesso em: 01.maio.2011.

Figura 3.7.: Corte transversal e planta - lounge

Fonte: 24h. <<http://www.24h-architecture.com/portfolio/24H-leisure.pdf>>. Acesso em: 01.maio.2011.

Figura 3.8.: Recepção

Fonte: Arthitectural. <<http://www.arthitectural.com/24h-architecture-court-house-hostel/>>. Acesso em: 01.maio.2011.

Figura 3.9.: Oops! Hostel

Fonte: <<http://www.maidenbergarchitecture.com/>>. Acesso em: 02.maio.2011.

Figura 3.10.: Lisbon Calling

Fonte: <<http://pt.hostelbookers.com/index.cfm?fuseaction=propertyCommon.imageView&intPropertyID=39875&intImage=1>>. Acesso em: 02.maio.2011.

Figura 3.11.: Dormitórios

Fonte:<<http://www.dezeen.com/2011/05/11/hi-matic-by-matali-crasset-with-patrick-elouarghi-and-philippe-chatelet/>>. Acesso em: 02.maio.2011.

Figura 3.12.: Áreas sociais

Fonte:<<http://www.dezeen.com/2011/05/11/hi-matic-by-matali-crasset-with-patrick-elouarghi-and-philippe-chatelet/>>. Acesso em: 02.maio.2011.

4. ANÁLISE DE CORRELATOS

Figura 4.1.: The Youth Hostel Bremen

Fonte: <<http://static.panoramio.com/photos/original/12715112.jpg>>. Acesso em: 08.jun.2011.

Figura 4.2.: Implantação

Fonte: <http://www.raumzeit.org/NewFiles/bremen_13.html>. Acesso em: 08.jun.2011.

Figura 4.3.: Vista leste

Fonte: <http://www.raumzeit.org/NewFiles/bremen_13.html>. Acesso em: 08.jun.2011.

Figura 4.4.: Planta 4º ao 5º, 3º, 2º e térreo (sentido horário)

Fonte: <http://www.raumzeit.org/NewFiles/bremen_13.html>. Acesso em: 08.jun.2011.

Figura 4.5.: Lateral oeste

Fonte: <http://www.raumzeit.org/NewFiles/bremen_13.html>. Acesso em: 08.jun.2011.

Figura 4.6.: Imagens ambientes

Fonte: CUSTÓDIO, Gabriella Martins. **Hostel: Reciclagem do Antigo Hotel Cassino de Foz do Iguaçu – PR**. Londrina: Trabalho Final de Graduação, 2008.

Figura 4.7.: Vistas externas

Fonte: Google Earth, 2011.

Figura 4.8.: Materiais

Fonte: <http://www.raumzeit.org/NewFiles/bremen_13.html>. Acesso em: 08.jun.2011.

Figura 4.9.: Inserções

Fonte: Imagem modificada pela autora.

Figura 4.10.: Ligações com o bloco existente

Fonte: Imagem modificada pela autora.

Figura 4.11.: The Hotel

Fonte: Ateliers Jean Nouvel <<http://www.jeannouvel.com/english/preloader.html>>. Acesso em: 26.maio.2011.

Figura 4.12.: Localização

Fonte: Google Maps <<http://maps.google.com.br/maps?q=THE%20HOTEL%20Lucerne%2C%20Switzerland&um=1&ie=UTF-8&sa=N&hl=pt-BR&tab=wl>>. Acesso em: 26.maio.2011.

Figura 4.13.: Subsolo, térreo e pavimento tipo

Fonte: Ateliers Jean Nouvel <<http://www.jeannouvel.com/english/preloader.html>>. Acesso em: 26.maio.2011.

Figura 4.14.: Cortes

Fonte: Ateliers Jean Nouvel <<http://www.jeannouvel.com/english/preloader.html>>. Acesso em: 26.maio.2011.

Figura 4.15.: Imagens restaurante

Fonte: Ateliers Jean Nouvel <<http://www.jeannouvel.com/english/preloader.html>>. Acesso em: 26.maio.2011.

Figura 4.16.: Detalhe das vedações

Fonte: Ateliers Jean Nouvel <<http://www.jeannouvel.com/english/preloader.html>>. Acesso em: 26.maio.2011.

Figura 4.17.: Imagens estar

Fonte: Ateliers Jean Nouvel <<http://www.jeannouvel.com/english/preloader.html>>. Acesso em: 26.maio.2011.

Figura 4.18.: Quarto – imagens e paleta de cores

Fonte: Ateliers Jean Nouvel <<http://www.jeannouvel.com/english/preloader.html>>. Acesso em: 26.maio.2011.

Figura 4.19.: Hall

Fonte: Ateliers Jean Nouvel <<http://www.jeannouvel.com/english/preloader.html>>. Acesso em: 26.maio.2011.

Figura 4.20.: Abertura -dormitório

Fonte: Ateliers Jean Nouvel <<http://www.jeannouvel.com/english/preloader.html>>. Acesso em: 26.maio.2011.

Figura 4.21.: Mobiliário - quarto

Fonte: Hotel Guide < http://www.hotelguide.com/hotel/switzerland/lucerne/the_hotel/6663166_it.html>. Acesso em: 26.maio.2011.

Figura 4.22.: Detalhamento mobiliário

Fonte: Ateliers Jean Nouvel <<http://www.jeannouvel.com/english/preloader.html>>. Acesso em: 26.maio.2011.

Figura 4.23.: Acesso Principal

Fonte: Hotel Guide < http://www.hotelguide.com/hotel/switzerland/lucerne/the_hotel/6663166_it.html>. Acesso em: 26.maio.2011.

Figura 4.24.: Detalhamento acesso

Fonte: Ateliers Jean Nouvel <<http://www.jeannouvel.com/english/preloader.html>>. Acesso em: 26.maio.2011.

Figura 4.25.: Hotel Johnscher

Fonte: A autora. Curitiba: 01.jun.2011.

Figura 4.26.: Localização

Fonte: Google Map < <http://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 01.jun.2011.

Figura 4.27.: Hotel Johnscher - 1976

Fonte: <http://www.folhawe.com.br/?id_folha=2-1-89-657-20090603>. Acesso em: 01.jun.2011.

Figura 4.28.: Acessos

Fonte: autora. Curitiba: 01.jun.2011

Figura 4.29.: Desenho técnico - plantas

Fonte: IPPUC. **Hotel Johnscher**. Curitiba: 199?.

Figura 4.30.: Desenho técnico – cortes e elevações

Fonte: IPPUC. **Hotel Johnscher**. Curitiba: 199?.

Figura 4.31.: Espaço do restaurante e piso do 2º pavimento

Fonte: IPPUC. **Hotel Johnscher**. Curitiba: 199?.

Figura 4.32.: Ambientes sociais no ano da inauguração

Fonte: PROJETO DESIGN. **Edificação eclética do início do século 20 é restaurada e modernizada**. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/interiores/planotel-arquitetura-e-humberto-fogassa-hotel-san-15-04-2003.html>>. Acesso em: 20.maio.2011

Figura 4.33.: Quartos

Fonte: PROJETO DESIGN. **Edificação eclética do início do século 20 é restaurada e modernizada.** Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/interiores/planotel-arquitetura-e-humberto-fogassa-hotel-san-15-04-2003.html>>. Acesso em: 20.maio.2011

Figura 4.34.: Áreas sociais - atual

Fonte: Click Hotéis. <<http://www.clickhoteis.com.br/Curitiba-Brasil/Hoteis/San-Juan-Johnscher/?asoc=adwbr&gclid=CP3tqKexs6kCFYru7QodFnlwIQ>>. Acesso em: 20.maio.2011.

Figura 4.35.: Restaurante Zea Maïs

Fonte: Zea Maïs. <<http://www.zeamais.com.br/>>. Acesso em: 20.maio.2011.

Figura 4.36.: Parte interna – início da obra

Fonte: Acervo Casa da Memória.

Figura 4.37.: Reforma

Fonte: Acervo IPPUC.

5. INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

Figura 5.1.: Paraná – Curitiba - Centro

Fonte: IPPUC. <http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/2009_MapadoBairroCentro.pdf>. Acesso em: 25.maio.2011.

Figura 5.2.: Localização

Fonte: Google Earth, 2011.

Figura 5.3.: Fluxo de turistas em Curitiba

Fonte: Instituto Municipal de Turismo < <http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/Fluxo%20de%20Turistas%20em%20Curitiba.pdf>>. Acesso em: 03.jun.2011a., 2011.

Figura 5.4.: Quantidade de hotel em Curitiba

Fonte: Instituto Municipal de Turismo < <http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/Fluxo%20de%20Turistas%20em%20Curitiba.pdf>>. Acesso em: 03.jun.2011a., 2011.

Figura 5.5.: Motivo da viagem

Fonte: SETU <http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/estatisticas/estat_curitiba_perfil_tipo_visitante_2003.pdf>. Acesso em: 03.jun.2011a., 2011.

Figura 5.6.: Tipo de hospedagem

Fonte: SETU <http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/estatisticas/estat_curitiba_perfil_tipo_visitante_2003.pdf>. Acesso em: 03.jun.2011a., 2011.

Figura 5.7.: Pontos Turísticos de Curitiba

Fonte: SETU <http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/estatisticas/ATRATIVOS_2009.pdf>. Acesso em: 03.jun.2011.

Figura 5.8.: Equipamentos Culturais em Curitiba

Fonte: IPPUC <http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/2008_Mapa%20Espa%C3%A7os%20Culturais%20Municipais%20em%20Curitiba.pdf>.

Acesso em: 03.jun.2011a., 2011.

Figura 5.9.: Rua da Liberdade

Fonte: Acervo Secretaria da Cultura

Figura 5.10.: Mapa transporte público região central

Fonte: IPPUC <http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/PORTAL/rit/arquivosPDF/Mapa%20RIT_2009_AGOSTO.pdf>. Acesso em: 03.jun.2011a., 2011.

Figura 5.11.: Linha turismo

Fonte: IPPUC <http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/2008_Mapa%20Linha%20Turismo%20em%20Curitiba.pdf> e <http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/PORTAL/rit/8_3_linhaturismo.jpg>. Acesso em: 03.jun.2011a., 2011.

Figura 5.12.: Mapa equipamentos turisticos no bairro São Francisco

Fonte: autora

Figura 5.13.: Hotel Estrada de Ferro

Fonte: TEIXEIRA, Elisabete Tassi. **Hotel Tassi: o antigo hotel da estação**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1991.

Figura 5.14.: Casal Tassi e filipeta Hotel Tassi

Fonte: TEIXEIRA, Elisabete Tassi. **Hotel Tassi: o antigo hotel da estação**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1991.

Figura 5.15.: Edifício em estilo eclético

Fonte: TEIXEIRA, Elisabete Tassi. **Hotel Tassi: o antigo hotel da estação**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1991.

Figura 5.16.: Ambientes internos

Fonte: TEIXEIRA, Elisabete Tassi. **Hotel Tassi: o antigo hotel da estação**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1991.

Figura 5.17.: Elevação rua Barão do Rio Branco

Fonte: autora.

Figura 5.18.: Elevação Av. Sete de Setembro

Fonte: autora.

Figura 5.19.: Estado atual – parede interna

Fonte: Acervo Secretaria da Cultura.

Figura 5.20.: Estado atual - cobertura

Fonte: Acervo Secretaria da Cultura.

Figura 5.21.: Estado atual - cobertura

Fonte: Acervo Secretaria da Cultura.

Figura 5.22.: Estado atual - esquadrias

Fonte: Acervo Secretaria da Cultura.

Figura 5.23.: Estado atual - piso

Fonte: Acervo Secretaria da Cultura.

Figura 5.24.: Planta subsolo, térreo e 2º pavimento

Fonte: Acervo Secretaria da Cultura.

Figura 5.25.: Corte AA

Fonte: Acervo Secretaria da Cultura.

Figura 5.26.: Corte BB

Fonte: Acervo Secretaria da Cultura.

Figura 5.27.: Corte CC

Fonte: Acervo Secretaria da Cultura.

Figura 5.28.: Elevação avenida Sete de Setembro

Fonte: Acervo Secretaria da Cultura.

Figura 5.29.: Elevação rua Barão do Rio Branco

Fonte: Acervo Secretaria da Cultura.

6. METODOLOGIA DE PROJETO

Figura 6.1.: Relação entre novo e antigo

Fonte: CASTRO, Cleusa de. **Permanências, transformações e simultaneidades em arquitetura**. Curitiba: Dissertação de Mestrado – PUCPR, 2003.

Figura 6.2.: Contraste

Fonte: Além da moda. <<http://alemdamoda.files.wordpress.com/2010/04/gestalt-pattern-image.jpg>>. Acesso em: 05.jun.2011

Figura 6.3.: Página do livro do tombo

Fonte: Secretaria da Cultura.

Figura 6.4.: Símbolos internacionais de pessoas com deficiência

Fonte: NBR 9050

Figura 6.5.: Organograma e fluxograma

Fonte: autora

Figura 6.6.: Hotel Andels

Fonte: Jestic + Whiles. <<http://www.jesticowhiles.com/#/projects/2140/>>. Acesso em: 05.jun.2011.

